



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ÉRIK ÁLVARO FERNANDES

**O ATIVISMO DIGITAL DO *ANONYMOUS* NA
#OPVENEZUELA:
PROCESSOS DE INTERVENÇÃO E INTERAÇÃO NA
SOCIEDADE SUSTENTÁVEL**

Londrina
2016

ÉRIK ÁLVARO FERNANDES

**O ATIVISMO DIGITAL DO *ANONYMOUS* NA
#OPVENEZUELA:
PROCESSOS DE INTERVENÇÃO E INTERAÇÃO NA
SOCIEDADE SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Marchiori

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Fernandes, Érik Álvaro.

O Ativismo Digital do Anonymous na #OpVenezuela : processos de intervenção e interação na sociedade sustentável / Érik Álvaro Fernandes. - Londrina, 2016.
156 f. : il.

Orientador: Marlene Regina Marchiori.
dissertação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Sustentabilidade - Teses. 2. Movimentos Sociais - Teses. 3. Teoria da Atividade - Teses. 4. Anonymous - Teses. I. Marchiori, Marlene Regina. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

ÉRIK ÁLVARO FERNANDES

**O ATIVISMO DIGITAL DO *ANONYMOUS* NA
#OPVENEZUELA:
PROCESSOS DE INTERVENÇÃO E INTERAÇÃO NA
SOCIEDADE SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Marlene Marchiori
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Marcio Pascoal Cassandre
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 04 de março de 2016.

Dedico este trabalho aos meus avós, ítalo-espanhóis que deixaram seus países em guerra e vieram ao Brasil reconstruir sua vida; a minha família que incondicionalmente é amorosa comigo e aos meus professores e mestres, os quais me proporcionaram experiências fundamentais para que eu pudesse realizar meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, principalmente minha mãe Marta Basseto e ao meu irmão Edgar Carlos Fernandes, que afetivamente me deram todo o apoio necessário para a realização tanto do mestrado, quanto da pesquisa. Foram meu porto seguro em muitas tempestades.

A minha orientadora Dra. Marlene Marchiori, que sempre acreditou na ousadia desse tema e, com isso, me fez viver uma experiência desafiadora e gratificante com a realização desse trabalho. A vitalidade com que ela trabalha me inspira a continuar desejando esse processo de crescimento pessoal e acadêmico.

Agradeço os valiosos conselhos acadêmicos e profissionais, além da dedicação para me ajudar a crescer como pesquisador.

A Giovanna Galleli e a Milene Lourenço pelo apoio, acolhida e os momentos de crescimento acadêmico que tivemos no Grupo de Estudos das Faces da Cultura e da Comunicação Organizacional (GEFACESCOM), coordenado pela Dra. Marlene Marchiori. Sem os estudos e as discussões promovidas pelo grupo, seria impossível apresentar uma dissertação que contempla tanto os estudos organizacionais, quanto a comunicação.

Ao Grupo de Estudos em Redes Organizacionais, Sociais e Sustentabilidade, coordenado pelo Dr. Ivan de Souza Dutra. As oportunidades que me deram e a confiança na minha capacidade de desenvolver estudos nesse campo de conhecimento foram fundamentais para essa dissertação.

A Dra. Simone Campos, que gentilmente forneceu os textos sobre a Teoria da Atividade advindos do período que passou desenvolvendo sua tese conjuntamente com o Professor Dr. Yrjö Engeström, na Finlândia.

Ao Dr. Marco Antonio Pereira Querol, que se disponibilizou a me apresentar a Teoria da Atividade. Sua atenção e dedicação me estimularam a me aprofundar no conhecimento dessa teoria, além de terem me auxiliado na etapa de análise dessa pesquisa.

Ao Dr. Marcio Cassandre pelas contribuições fundamentais também no campo da Teoria da Atividade e por se disponibilizar a me apresentar com mais detalhes essa teoria tão desafiadora.

Gostaria de agradecer também algumas pessoas que contribuíram para a realização desse trabalho: Carlos Eduardo de Lima, Dayane Freire Romagnolo, Gian Carlo Decarli, Marissa Yanara de Godoy Lima e a Renata Storti Pereira.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro para a realização desta pesquisa

“Será nossa culpa se as redes são ao mesmo tempo reais como a natureza, narradas como o discurso, coletivas como a sociedade? [...] Aquilo que a razão complica, as redes explicam”

Bruno Latour (1994)

FERNANDES, Érik Álvaro. **O Ativismo Digital do *Anonymous* na #OpVenezuela: processos de intervenção e interação na sociedade sustentável.** 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

A perspectiva histórica da constituição da sociedade enfatiza o surgimento de três macroestruturas inter-relacionadas: o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil. Quando o movimento de uma ou mais esferas suprime a atuação das demais, coloca-se a sociedade sob uma condição de risco, reacendendo a discussão sobre o valor da Sociedade Civil em um contexto onde as pessoas estão ameaçadas por riscos globais. Ressalta-se que a Sociedade Civil é o espaço de diversidade e de multiplicidade de segmentos sociais, dos quais emergem associações coletivas que mobilizam pessoas a se associarem e a se comprometerem com demandas que afetam a sociedade. Dessas inúmeras associações destacam-se os movimentos sociais e sua atuação como formadores coletivos dos anseios da Sociedade Civil, fortalecendo o entendimento da sustentabilidade como processo, a qual emerge do diálogo, das práticas, das experiências e da experimentação das pessoas sobre qual sociedade desejam viver. Nesse sentido, o *Anonymous* chama a atenção, por ganhar notoriedade após a participação nas principais manifestações mundiais, como: a Primavera Árabe, os Movimentos *Occupy* e os protestos no Egito e na Tunísia, destacando-se, pela sua capacidade de mobilizar pessoas, em um nível mundial, para contestar realidades em diversos contextos. Assim, buscou-se compreender de quais maneiras o ativismo digital desse movimento social intervém e interage na sociedade, estimulando processos sustentáveis. Para isso, utilizou-se a Teoria da Atividade proposta por Engeström (1987), a qual permitiu compreender o *Anonymous* a partir das suas atividades e contextos por ele vivenciados. A compreensão tanto das manifestações venezuelanas ocorridas em 2014, quanto do envolvimento do *Anonymous*, ocorreu após a realização de entrevista no espaço virtual com um dos membros, a qual também subsidiou a procura por dados documentais que permitissem seu entendimento. Nesse contexto, os protestos e a imprensa sofreram a repressão e a censura do governo, o qual restringiu o acesso à informação, cerceando o direito dos estudantes e civis de se expressarem e de se associarem para demandar mudanças na sociedade venezuelana. A partir dessa leitura, delineou-se dois sistemas de atividades, ressaltando as contradições que possibilitaram os processos de intervenção e de interação do *Anonymous* na Venezuela. Esses processos levaram a transformações no contexto venezuelano, onde cessaram os abusos governamentais e restabeleceu-se a possibilidade de uma Venezuela sustentável. Por fim, destacam-se a revalorização da Sociedade Civil em situação de crise e a emergência de processos sustentáveis nesse contexto; as discussões sobre os movimentos sociais em rede e o ativismo digital que caracterizam o *Anonymous* e as contribuições deste estudo para a aproximação entre a Teoria da Atividade e seu uso nas pesquisas organizacionais.

Palavras-chave: Interação. Sustentabilidade. Movimentos Sociais. Teoria da Atividade. *Anonymous*.

FERNANDES, Érik Álvaro. **The Digital Activism of *Anonymous* in the #OpVenezuela**: intervention and interaction processes in the sustainable society. 2016. 156 p. Dissertation (Master in Administration) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

The society historical formation emphasizes the emergence of three macrostructures interrelated: State, Market and Civil Society. When the action movement from one of these realms suppresses the space of others, puts the society in an unsafe condition, rekindling the debate about the value of Civil Society in this context where people are threatened by global risks. It is worth mentioning that Civil Society is the space where there are several social segments, in which emerge collective associations that mobilize people to join and commit with demands that affect society. Among these associations highlights the social movements and their role as collective maker of the Civil Society aspirations, strengthening the understanding of sustainability as a process, which emerges from the dialogue, practice, experience and experimentation of people when questioning in what society they want to live. In this sense, *Anonymous* draws attention and gain notoriety after the participation in major worldwide protests, such as the Arab Spring, the Occupy Movements and protests in Egypt and Tunisia, highlighting his ability to mobilize people in a world level to challenge realities in different contexts. Thus, the objective is understanding in what ways the digital activism of this social movement intervenes and interacts in society, stimulating sustainable processes. This research used the Activity Theory proposed by Engeström (1987), which provides an understanding from the readings and discoveries of the *Anonymous* activities and contexts, what leading to study of the both, Venezuelan protesters in 2014 and the *Anonymous* involvement. This study was materialized after accomplishment the interview with one member in the virtual space and this also supported the search for documental data that allowed the understanding of these events. In this context, the protesters and the media have suffered repression and censorship by government who restricted the access to information. This leads to violation of the rights of the students and civilians to express themselves and produce collective associations. These facts allowed delineating two activity systems, which the contradictions emerged and produced the intervention and interaction processes of *Anonymous* in Venezuela. These processes have led to changes in the Venezuelan context, stopping abuses from government and re-established the possibility of a sustainable Venezuela. Finally, highlights the value of Civil Society in a crisis context and the emergence of sustainable processes; also the discussions about social movements and networking, besides digital activism, that characterized the *Anonymous*. Finally, highlights the contribution of this study in the rapprochement between the Activity Theory and the organizational research.

Keywords: Interaction. Sustainability. Social Movements. Activity Theory. *Anonymous*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Triádico da Sociedade e suas Interações.....	25
Figura 2 – Interações e Mediações entre as Esferas	26
Figura 3 – Modelo Triádico Interacional da Sociedade	36
Figura 4 – Movimento nas Inter-relações das Macroestruturas.....	37
Figura 5 – As Inter-relações na Sociedade Contemporânea.....	38
Figura 6 – Movimento Baseado na Valorização da Sociedade Civil	39
Figura 7 – Cenário dos Riscos Globais 2014	42
Figura 8 – Síntese do Percurso, Objetivos Específicos e Operacionalização	91
Figura 9 – Relações entre os Sistemas de Atividades	93
Figura 10 – Resumo Cronológico dos Eventos de 2014 na Venezuela	97
Figura 11 – Modelo Triádico Composto da sociedade venezuelana.....	99
Figura 12 – Contradições no sistema de atividade dos protestos venezuelanos	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de Movimentos Sociais na Sustentabilidade	62
Quadro 2 – Diferença entre os Movimentos Sociais Modernos e os em Rede.....	72
Quadro 3 – Etapas da Operacionalização da Pesquisa.....	83
Quadro 4 – Definição dos Elementos da Teoria da Atividade.....	88

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	SOCIEDADE E SUAS INTER-RELAÇÕES: COMPREENDENDO A SOCIEDADE CIVIL	18
2.1	AS INTER-RELAÇÕES ENTRE AS MACROESTRUTURAS DA SOCIEDADE.....	23
2.2	O MERCADO E A INTENSIFICAÇÃO DAS SUAS RELAÇÕES.....	28
2.3	O ESTADO E SUA BUSCA PELA LEGITIMIDADE	29
2.4	SOCIEDADE CIVIL E SUAS TRANSFORMAÇÕES	31
2.5	SOCIEDADE CIVIL E SUAS INTER-RELAÇÕES EM UMA PERSPECTIVA INTERACIONAL	35
3.	SOCIEDADE SUSTENTÁVEL: AS INTERVENÇÕES POSSÍVEIS DA SOCIEDADE CIVIL	41
3.1	O ESTADO PRESSIONADO PELA SUSTENTABILIDADE	47
3.2	O MERCADO PARCIALMENTE INSTRUMENTALIZANDO A SUSTENTABILIDADE.....	50
3.3	A SOCIEDADE CIVIL INSTIGANDO O PENSAR PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL	52
3.4	A SOCIEDADE SUSTENTÁVEL REQUISITANDO O AGIR COLETIVO	56
4	MOVIMENTOS SOCIAIS: OS FORMADORES COLETIVOS DA SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE	59
4.1	A EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	63
4.2	MOVIMENTOS SOCIAIS: DA ORGANIZAÇÃO PARA AS REDES SOCIAIS.....	67
4.3	MOVIMENTOS SOCIAIS: FORMAS FLUIDAS E O REPERTÓRIO DE AÇÕES.....	73
4.3.1	Ampliação do Repertório de Ações dos Movimentos Sociais	75
4.4	O <i>Anonymous</i> FORMANDO COLETIVAMENTE OS ANSEIOS DA SOCIEDADE CIVIL.....	77

5	PERCURSO METODOLÓGICO	80
5.1	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA.....	81
5.2	OPERACIONALIZAÇÃO DA TEORIA DA ATIVIDADE	83
5.2.1	Etapa de Seleção da Operação Envolvendo o <i>Anonymous</i>	84
5.2.2	Etapa de Delineamento dos Sistemas de Atividades	84
5.2.3	Etapa de Análise das Contradições dos Sistemas	85
5.2.4	Etapa de Análise das Formas de Intervenção e Interação do <i>Anonymous</i>	86
5.3	A SELEÇÃO DO ESTUDO DE CASO E A CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO	89
6	ANÁLISE DOS SISTEMAS DE ATIVIDADE: A PARTICIPAÇÃO DO ANONYMOUS	92
6.1	PROCESSO DE DELINEAMENTO DOS SISTEMAS DE ATIVIDADES	94
6.1.1	Das Manifestações à Censura e Repressão do Governo	95
6.1.1.1	Constituição do objeto da atividade	98
6.1.1.2	O sistema da atividade dos protestos venezuelanos	100
6.1.2	O <i>Anonymous</i> e a Operação Venezuela	104
6.1.2.1	Constituição do objeto da atividade	107
6.1.2.2	O sistema de atividade do <i>Anonymous</i>	109
6.2	AS CONTRADIÇÕES E O ENVOLVIMENTO ENTRE OS SISTEMAS DE ATIVIDADE.....	114
6.3	AS FORMAS DE INTERVENÇÃO E INTERAÇÃO DO <i>ANONYMOUS</i>	117
6.4	O <i>ANONYMOUS</i> CONTRIBUINDO PARA UMA POSSÍVEL VENEZUELA SUSTENTÁVEL	120
6.5	LIMITAÇÕES E ESTUDOS FUTUROS	122
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	126
	APÊNDICES	139
	APÊNDICE A – Diário de Campo.....	140
	APÊNDICE B – Entrevista Iggy	146

1 INTRODUÇÃO

A evolução histórica da sociedade enfatiza um entendimento baseado no modelo sociológico triádico, o qual sugere que ela é composta por três macroestruturas inter-relacionadas: o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil (WRIGHT, 2011). Essa concepção em esferas sugere que pode ocorrer a supressão de uma ou mais esferas, afetando as inter-relações entre elas, podendo provocar o aumento das desigualdades e da miséria, à medida que uma delas acaba se sobrepondo as demais.

Contemporaneamente, a discussão sobre o valor da Sociedade Civil se reacende, pois tanto o Mercado, quanto o Estado não conseguem mais dar conta das demandas que afligem a sociedade (BARKEMEYER et al., 2014; MEBRATU, 1998; REDCLIFT, 2005). Os problemas sobre os riscos globais, apontados pelo relatório do Fórum Econômico Mundial, indicam que as principais dificuldades enfrentadas pela sociedade serão aquelas que envolvem os problemas sociais e os ambientais, exatamente nessa ordem (WORLD ECONOMIC FORUM, 2014).

Nesse sentido, ressalta-se que a Sociedade Civil é o espaço de diversidade e de multiplicidade de segmentos sociais, dos quais emergem associações coletivas que lutam contra esses riscos, instigando transformações na sociedade. Entre essas associações, destacam-se os movimentos sociais, os quais são permeados por demandas fragmentadas e direcionadas aos vários aspectos da vida, principalmente quando se observam essas associações no contexto da sustentabilidade. Em razão dessas características, esses movimentos podem ser considerados formadores coletivos dos anseios da sociedade (ALEXANDER, 2006).

Nesse sentido, a Sociedade Civil apresenta entendimento diverso em relação à sustentabilidade, a qual emerge do diálogo, das práticas, das experiências e da experimentação das pessoas sobre qual sociedade desejam viver (BOSTRÖM, 2012; JAMES, 2015; ROBINSON, 2004). Corroborando com essa ideia de que a sustentabilidade é um processo contínuo de mudanças, enfatiza-se o entendimento dos movimentos sociais, os quais destacam a sustentabilidade como o princípio estruturador desse processo centrado nas pessoas, que pode se tornar um fator mobilizador e motivador dos esforços por parte da Sociedade Civil, no sentido de transformar com suas ações a própria sociedade (RATTNER, 1999; REDCLIFT, 2005; SCHERER-WARREN, 2006).

Entre os inúmeros movimentos sociais, estuda-se nessa dissertação, o *Anonymous*, um coletivo articulado em rede que mais recentemente ganhou notoriedade por participar ativamente de manifestações mundiais como: a Primavera Árabe, os Movimentos *Occupy*, os protestos no Egito e na Tunísia, entre outras. O *Anonymous* se destaca por sua capacidade de mobilizar pessoas globalmente para contestar a realidade em vários contextos, como no caso da Igreja da Cientologia, no qual pessoas espalhadas mundialmente protestaram questionando sobre a legitimidade das práticas dessa entidade. Assim, objetivou-se compreender de quais maneiras o ativismo digital do *Anonymous* intervém e interage na sociedade, estimulando processos sustentáveis.

Para responder a essa questão, primeiro buscou-se identificar e revelar o envolvimento do *Anonymous* em uma operação, observando principalmente as atividades realizadas pelos grupos. Na sequência, descreveu-se os elementos dos sistemas de atividade e ressaltou-se como as contradições motivaram os processos de intervenção e interação do *Anonymous* nesse contexto. Ao final, apresentou-se como esses processos podem levar a uma sociedade sustentável.

Ressalta-se que o *Anonymous* apresenta dificuldade para o desenvolvimento da pesquisa empírica, pois suas fronteiras são difusas e sua identidade está em reconstrução (COLEMAN, 2011; FUCHS, 2013; OLSON, 2012). Por isso, os procedimentos metodológicos foram baseados na Teoria da Atividade proposta por Engeström (1987), a qual permite compreender o *Anonymous* a partir das leituras e das descobertas de suas atividades e dos contextos por ele vivenciados. Essa teoria concebe a atividade como algo metamórfico, requisitando a percepção das mudanças nos vários elementos envolvidos na sua realização, as quais, em última instância, levam a compreensão de uma dada situação envolvendo o *Anonymous*: as manifestações venezuelanas ocorridas em 2014.

A identificação dessa situação, em específico, ocorreu após um processo de aprendizado e aclimatação nos canais de comunicação do *Anonymous* na internet, onde foi necessário apresentar e explicar os motivos acadêmicos do estudo e após confirmar a identidade através de um e-mail institucional, foi possível realizar a entrevista com um participante de codinome Iggy. A partir dessa entrevista, buscou-se dados documentais para entender historicamente os eventos que ocorreram na Venezuela em 2014, os quais levaram a seleção e a análise da Operação Venezuela (*#OpVenezuela*), realizada pelo *Anonymous*. Esse processo

metodológico foi fundamental para revelar nuances e processos históricos que direcionaram o objeto da pesquisa.

No contexto venezuelano, os protestos e a imprensa sofreram repressão e censura por parte do governo, que restringiu o acesso à informação, cerceando o direito dos estudantes e dos civis de se expressarem e de se associarem. Por um lado, isso implicava na manipulação das informações por parte do governo e na apresentação de uma realidade distorcida à população; por outro, permitia a intensa inibição dessas manifestações.

Dessa forma, foi possível delinear dois sistemas de atividades, seguindo os direcionamentos de Engeström (1987, 2001): o dos protestos venezuelanos e o do *Anonymous*, percebendo a presença de contradições em alguns elementos envolvidos nessas atividades. Dentre essas contradições, buscou-se analisar aquelas que motivavam o envolvimento do *Anonymous* neste contexto, as quais consubstanciaram a análise e a discussão dos processos de intervenção e interação. As ações envolvidas no processo de intervenção incluem a disponibilização de uma internet alternativa e os ataques DDoS aos sites do governo, enquanto que, o processo de interação é materializado na ressignificação das relações internas e entre os sistemas, as quais levaram o *Anonymous* a se engajar conjuntamente com os estudantes e civis para demandar mudanças contra a opressão do governo.

Assim, os processos de intervenção e de interação levaram a transformações no contexto venezuelano, pois conforme apontou Iggy (2015), o acesso a mídia foi restabelecido e o governo parou com a maioria dos abusos, permitindo que novas associações civis surgissem após a realização da operação. Portanto, o *Anonymous* colaborou no sentido de transformar essa situação de repressão e censura na Venezuela, reabilitando as manifestações a continuarem demandando mudanças na qualidade de vida da população. Ressalta-se que essa busca por uma sociedade melhor pode ser entendida como um processo de sustentabilidade advindo das pessoas. No caso estudado, a reconstituição das relações entre os movimentos sociais restabeleceu a possibilidade de a população pensar e demandar mudanças que, no longo prazo, podem levar a Venezuela a uma condição sustentável.

A realização deste estudo visa contribuir com discussões que evidenciem a importância da Sociedade Civil na contemporaneidade, principalmente quando a sociedade e as pessoas estão ameaçadas por riscos globais

(BARKEMEYER et al., 2014; MEBRATU, 1998; REDCLIFT, 2005). Nesse sentido, argumenta-se que a Sociedade Civil não está sendo aclamada como a solução para todos esses problemas, pelo contrário, o objetivo é destacar seu valor no enfrentamento dessas questões, junto com as demais esferas. Nesse contexto, a sustentabilidade é entendida como um processo emergente que reorienta as práticas e as experiências das diferentes associações imersas na Sociedade Civil, levando ao desenvolvimento de espaços que possibilitam discutir sobre qual sociedade esses grupos desejam (JAMES, 2015; ROBINSON, 2004). É nesse contexto, que os movimentos sociais adquirem relevância para a consecução desses objetivos, pois é através deles que os anseios da Sociedade Civil são formados (ALEXANDER, 2006). Além disso, os movimentos aqui entendidos como uma forma organizacional social fluida (DOBUSCH; SCHOENEBORN, 2015), constituída comunicacionalmente (ASHCRAFT; KUHN; COOREN, 2009; DOBUSCH; SCHOENEBORN, 2015) e imersa em redes (DIANI, 1992; MELUCCI, 1989), que perpassam todas as macroestruturas da sociedade, de tal modo que seus ativismos podem construir realmente mobilizações capazes de transformar a sociedade (JOYCE, 2010; POSTMES; BRUNSTING, 2002).

Do ponto de vista teórico, as contribuições se ramificam por diferentes campos do conhecimento, evidenciando a interdisciplinaridade do tema. No campo dos Estudos Organizacionais, o reconhecimento das novas formas organizacionais emergentes (PURANAM; ALEXY; REITZIG, 2014) colabora para que se reacendam as discussões em torno do entendimento sobre “organização”, contribuindo para a perspectiva subjetivista desses estudos, ao destacar o processo de organização (*organizing*) em torno da constituição de identidades coletivas (SCHULTZ; HERNES, 2013), além disso, enfatiza-se a importância do estudo dessas novas formas organizacionais, as quais questionam as situações e os contextos contemporâneos. Putnam, Phillips e Chapman (1996) entendem que organização e comunicação são manifestações de um mesmo fenômeno, o qual emerge das interações dos sujeitos e possibilita a construção de identidades, signos, atitudes e emoções que fundamentam a capacidade das organizações de interpretar, reinterpretar e desenvolver-se (MARCHIORI, 2008). Este estudo contribui teoricamente para o campo da Comunicação Organizacional e empiricamente para a materialização da Comunicação Constituindo Organização (CCO), através dos estudos sobre organizações sociais fluidas (DOBUSCH; SCHOENEBORN, 2015). Como são

contempladas as novas formas organizacionais constituídas comunicacionalmente, as atenções voltam-se para o campo dos movimentos sociais e as contribuições seguem no sentido de reforçar cada vez mais a capacidade explicativa das perspectivas subjetivas desses movimentos (CLEMENS; MINKOFF, 2004; GOHN, 2011; MELUCCI, 1989; SCHERER-WARREN, 2006), as quais são permeadas pela cultura e pelos diferentes conflitos de significados. Por fim, todas essas contribuições se unem a fim de materializar a sustentabilidade como um processo centrado nas pessoas (BOSTRÖM, 2012; JAMES, 2015; ROBINSON, 2004).

Por fim, este estudo encontra-se dividido em sete capítulos, sendo que neste primeiro são apresentados o contexto que origina a problemática e a justificativa para este estudo. No capítulo 2, buscou-se entender a sociedade a partir do modelo composto por três macroestruturas inter-relacionadas: o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil, discutindo sobre o valor da Sociedade Civil contemporaneamente. No seguinte, apresentou-se os riscos provenientes da supressão de uma ou mais esferas e como os autores enxergam as contribuições de cada uma para a sustentabilidade, destacando principalmente a Sociedade Civil e o valor dos movimentos sociais nesse contexto. Assim, no capítulo 4 esses movimentos são ressaltados como formadores coletivos dos anseios da Sociedade Civil, procurando avançar nas discussões sobre os novos movimentos sociais em redes e o ativismo digital que caracteriza o *Anonymous*. Com isso, chega-se ao percurso metodológico (capítulo 5), o qual apresenta um breve histórico da Teoria da Atividade e propõe um roteiro que explica o procedimento metodológico adotado nessa dissertação, pautando o percurso empírico desenvolvido. Assim, a análise da Operação Venezuela é detalhada no capítulo 6, onde se delineou os sistemas de atividade dos protestos venezuelanos e do *Anonymous*, ressaltando-se fundamentalmente as contradições que se manifestaram nos processos de intervenção e de interação do *Anonymous* na Venezuela, sendo que a intervenção produz distúrbios que modificam o sistema intervencionado, enquanto que as interações levam a ressignificação das relações dentro e entre os sistemas. Assim, ambos processos reabilitam os venezuelanos a discutirem sobre uma Venezuela sustentável. O último capítulo apresenta as considerações finais sobre este estudo.

2 SOCIEDADE E SUAS INTER-RELAÇÕES: COMPREENDENDO A SOCIEDADE CIVIL

Uma sociedade pode ser vislumbrada inicialmente como uma coletividade humana, que requisita de seus membros a convivência em um estado de associação ou companheirismo, permitindo-lhes desenvolver comportamentos compartilhados e compreensíveis que possibilitem a coexistência dessas pessoas em um mesmo espaço (BRUYN, 2010; HOUAISS, 2009). Esse entendimento enfatiza o aspecto estrutural de uma sociedade, o qual destaca a convivência das pessoas no sentido de organizar o espaço habitado para que as relações sociais possam vir a se constituir e se estabelecer, podendo, todavia ser essa visão considerada como restrita, uma vez que não contempla a importância que essas relações têm na produção, reprodução e modificação da sociedade (CASTELLS, 2000). Assim, a organização do aspecto estrutural é influenciada pelos aspectos relacionais das pessoas e vice-versa, de modo que ambos possibilitam as transformações na sociedade.

Nesse sentido, destaca-se que as relações nem sempre são orientadas ao consenso, pelo contrário, muitas vezes acabam estabelecendo-se relações divergentes entre os membros, levando a um dissenso que também provoca alterações na sociedade. Portanto, tanto o consenso quanto a divergência que emergem das relações sociais substanciam o processo de transformação da sociedade ao longo do tempo, conduzindo a manutenção ou modificação de sua estrutura, o que em última instância impacta as próprias relações sociais, alterando o espaço onde se acomoda a dinâmica inerente dos comportamentos compartilhados que necessitam tornar-se compreensíveis aos membros.

Como consequência dessas duas perspectivas, a sociedade pode ser vislumbrada como a composição intrincada desses aspectos estruturais e relacionais, os quais possibilitam seu desenvolvimento e seu amadurecimento. Os aspectos estruturais constituem o suporte para o habitar da coletividade humana em um mesmo espaço, enquanto que os relacionais privilegiam a capacidade transformadora que emerge das interações entre os sujeitos (MARCHIORI; BUZZANELL, 2012). Em especial, nessas últimas a capacidade de mudança se manifesta a partir da produção de significados que permeiam e orientam a vida das pessoas.

Essa discussão contribui para a ampliação do entendimento da sociedade ao se considerarem ambos os aspectos em um processo inter-relacional de tal forma que juntos possam construir uma realidade coerente e passível de ser modificada ao longo do tempo pelos seus membros (BERGER; LUCKMANN, 2004; CASTELLS, 2000). Além disso, a sociedade não pode ser considerada como uma entidade isolada, pelo contrário, ela está imersa no ambiente e, assim, suas interações vão além das características físicas de acomodação, segurança e sustento dos seus membros ou das relações sociais que nela habitam (CASTELLS, 2000), estabelecendo também uma relação direta com a natureza.

As transformações que ocorrem na sociedade acarretam em modificações no ambiente, como, por exemplo, a crise ambiental que provém da intensificação da exploração da natureza, devido à reestruturação das relações de produção e consumo na sociedade (MEBRATU, 1998; REDCLIFT, 2005; ROBINSON, 2004). Por outro lado, uma relação inversa se estabelece quando as pessoas passam a perceber e a sofrer os efeitos provenientes da degradação ambiental, levando à rediscussão dos padrões de produção e consumo na sociedade, o que, em última instância, pode levar a novas transformações nas sociedades.

Assim, quando se consideram todas essas inter-relações (estrutura, relações e natureza), reforça-se o entendimento de Bruyn (2010), o qual afirma que a sociedade não deve ser entendida como sinônimo de nação ou estado, pois ela é maior que uma ideia política ou a representatividade de um governo. Nessa dissertação, a sociedade é, portanto, entendida como um fenômeno complexo e difícil de ser compreendido empiricamente, requerendo-se para isso que se utilizem referências teóricas, principalmente quando se busca vislumbrar a sociedade a partir das inter-relações entre suas partes constituintes.

Diante do exposto, essa discussão põe o foco em perspectivas teóricas que procuram interpretar a estrutura social (junção dos aspectos estruturais e relacionais), atentando-se para as relações entre as dimensões micro e macroestruturais da sociedade. Na sequência, aborda-se o modelo triádico (BRUYN, 2010; WRIGHT, 2011), como uma possibilidade explicativa baseada nas inter-relações entre as macroestruturas (Estado, Mercado e Sociedade Civil), destacando-se ao final, a importância da Sociedade Civil no processo de desenvolvimento e amadurecimento da sociedade.

Nesse sentido, Porpora (1989), afirma que o conceito de estrutura social pode ser considerado um dos mais úteis, quando se tenta estudar o fenômeno chamado “sociedade”; apesar disso, o autor também chama a atenção para a existência de desacordos entre os sociólogos sobre este conceito. Assim, a definição de estrutura social geralmente enfatiza uma dimensão (micro ou macroestrutural), como determinante da outra ou então, foca nas dinâmicas subjacentes entre essas dimensões. Para Porpora (1989), há quatro entendimentos que podem ser considerados mais proeminentes no campo da sociologia, os quais alegam que a estrutura social é determinada:

- a) pelos relacionamentos e comportamentos (microestrutura de práticas sociais) que, ao longo do tempo, se agregam e tornam-se estáveis, permitindo o surgimento de macroestruturas estáveis;
- b) pelas regularidades advinda das macroestruturas, as quais podem ser expressas na forma de leis naturais (*law-like regularities*¹), as quais governam o comportamento das práticas sociais (microestrutura);
- c) pela hierarquia das posições sociais (classes), as quais determinam assimetricamente como recursos e restrições são distribuídos e acabam influenciando na constituição das macroestruturas sociais;
- d) tanto pelas regras e recursos coletivos que estruturam as práticas sociais, quanto pelos relacionamentos e comportamentos estáveis ao longo do tempo que redefinem as regras e recursos coletivos.

No primeiro item, a constituição da estrutura social está diretamente relacionada com as práticas sociais ou com a microestrutura da sociedade, composta pelos relacionamentos e comportamentos que se agregam e se repetem ao longo do tempo, tornando-se padrões estáveis reconhecidos pelas pessoas. A macroestrutura é, por sua vez, constituída de conjuntos agregados de microestruturas similares, as quais se repetem no tempo, gerando estabilidade, ou seja, as macroestruturas são

¹ *Law-like regularities* é uma expressão da filosofia da ciência usada para identificar as regularidades que podem vir a ser leis naturais e gerais o suficiente para descrever o comportamento das coisas no mundo de modo previsível. Esta expressão se faz necessária uma vez que nem toda regularidade pode tornar-se uma lei.

constituídas por grandes conjuntos de sujeitos agindo em tipos particulares de microestruturas propensas a se estabilizar ao longo do tempo (PORPORA, 1989).

Já a segunda perspectiva inverte essa lógica e defende que as práticas sociais estão relacionadas umas às outras devido às leis naturais advindas da regularidade da dimensão macroestrutural (*law-like regularities*). Assim, o objetivo nessa perspectiva é identificar essas leis naturais através de abordagens quantitativas, determinando uma relação causal entre elas e as práticas sociais, as quais encontram-se subordinadas a dimensão macroestrutural (PORPORA, 1989).

A terceira perspectiva tem raízes nas tradições marxistas e enfatiza as dinâmicas entre as relações das pessoas (conexões) e as posições sociais (hierarquias de classe). Assim a estrutura social é formada pela combinação dinâmica das conexões e das posições sociais, as quais acabam produzindo efeitos que se manifestam na assimetria de recursos e restrições dentro da estrutura social. Assim, as pessoas acabam sendo compelidas a agir conforme os interesses estabelecidos pela hierarquia, porém reconhece-se a existência de um certo grau de liberdade na manifestação dessas ações, o que impede a previsão antecipada como na perspectiva anterior. Portanto, estabelece-se uma relação dialética onde as pessoas agem influenciadas por uma estrutura de interesses, a qual é modificada pelas próprias ações, modificando a estrutura social (PORPORA, 1989).

Por fim, a última perspectiva está baseada em Giddens (2003), no qual o autor afirma que a estrutura social não pode ser constituída somente pela interações sociais entre as pessoas (denominada pelo autor de sistema social), mas também pelas regras e recursos (denominada de estrutura), as quais estão associadas a estas relações sociais. Assim, a estrutura manifesta a propriedade de gerar e reproduzir o sistema social ao mesmo tempo que é reestruturada por ele (GIDDENS, 2003). A diferença entre esta e a perspectiva marxista reside no elemento base para que a recursividade ocorra, em outras palavras, Giddens (2003) apoia sua explicação na cultura, enquanto que a abordagem anterior se baseia na materialidade. Portanto, a estrutura social é definida por um processo de estruturação recursivo e contínuo que está ancorado nas ações sociais, as quais são simultaneamente causa e efeito dessa estrutura (PORPORA, 1989).

Como destacado anteriormente, cada uma dessas quatro perspectivas enfatiza diferentes percepções da relação entre as dimensões micro e macroestruturais, permitindo com isso uma discussão acerca das fragilidades de cada

uma delas. No primeiro caso, a redução da estrutura social a dimensão micro (práticas sociais) acaba não considerando como alguns mecanismos sociais afetam as relações sociais, por exemplo, quando uma instituição política tem autoridade para determinar as relações de propriedade entre pessoas e coisas, desencorajando que outras relações além daquela determinada se estabeleçam, evidenciando como esse tipo de mecanismo influencia as práticas sociais das pessoas. Por sua vez, a segunda perspectiva se posiciona contrariamente ao entendimento de que a sociedade é um fenômeno complexo, ao defender que a sociedade é governada por leis naturais baseadas em regularidades, deixando de admitir que os fatos sociais são construídos socialmente pelos processos interacionais intersubjetivos (BERGER; LUCKMANN, 2004) e, portanto, não são determinados apenas por leis naturais. A terceira perspectiva assinala como a posição social (hierarquia de classes) é determinante da estrutura social, enfocando especialmente as assimetrias de recursos e restrições que essas posições produzem; ressalta também como o poder material é o principal orientador das ações sociais; entretanto, ao considerar que as interações sociais dos sujeitos não são pré-determinadas, abre-se espaço para que outras formas de orientação sejam consideradas, tais como a cooperação ou a solidariedade, as quais também fazem parte da constituição da estrutura social. Por fim, para essa dissertação, a última perspectiva apresenta uma visão mais coerente da realidade ao ressaltar a inter-relação entre as regras e recursos e os relacionamentos dos sujeitos, sendo ambos causas e efeitos uns dos outros. Com base nesse entendimento, estabelecem-se certos conjuntos de relacionamentos, regras e recursos que constituem as chamadas macroestruturas da sociedade, ou subpartes nas quais certas práticas e interações sociais são reconhecidas e padronizadas ao longo do tempo, afetando todo conjunto de relações sociais. Nesse sentido, realça-se como a macroestrutura chamada Mercado tem, contemporaneamente, influenciado intensamente as interações sociais na sociedade.

Esse olhar sobre as macroestruturas tende a contribuir para o entendimento do fenômeno sociedade, pois permite sua decomposição em subpartes para os estudos. Além disso, as macroestruturas fazem parte de modelos sociológicos explicativos que se utilizam de metáforas espaciais como “esferas” ou “domínios” para designar as macroestruturas constituintes da sociedade, estabelecendo a partir disso as inter-relações entre cada uma delas (SILBER, 1995). Dentre esses conjunto de possibilidades explicativas, destaca-se o modelo triádico, o qual foi desenvolvido com

base na história constitutiva da sociedade e que a decompõe em três macroestruturas (esferas) inter-relacionadas: o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil (WRIGHT, 2011), discutidas a seguir.

2.1 AS INTER-RELAÇÕES ENTRE AS MACROESTRUTURAS DA SOCIEDADE

As macroestruturas abordadas no modelo triádico foram baseadas na própria evolução histórica da sociedade, a qual é marcada por competições, necessidade de diferenciação e revoluções (ALEXANDER, 2007). O autor afirma que esse processo histórico evolutivo está ancorado na ideia de progresso da sociedade, a qual segundo Nisbet (1985), apresenta duas proposições que se encontram intimamente relacionadas:

Primeiro, a lenta, acumulativa e gradual melhoria em “conhecimento”, o tipo de conhecimento incorporado nas artes e ciências, nas múltiplas maneiras que o homem tem para lidar com os problemas apresentados pela natureza ou pelo esforço intenso do ser humano para conviver em grupos humanos. [...]. A segunda proposição [...] se localiza em torno da condição moral e espiritual do homem na terra, sua felicidade, sua independência nos tormentos da natureza e da sociedade e, sobretudo, sua serenidade e tranquilidade (NISBET, 1985, p. 17).

Assim, a ideia de progresso está vinculada tanto à essência do conhecimento, que leva ao desenvolvimento social, quanto ao empreendimento resultante das virtudes que a humanidade se põe a construir. Essas proposições enfatizam a natureza processual não-linear do progresso, o qual é constituído e concretizado pelas pessoas, de sorte que suas aspirações, valores e experiências são agregadas para servirem de orientação para o futuro. Portanto, essa crença em um amanhã, melhor que o ontem, motiva as pessoas e as próprias mudanças na sociedade, as quais foram construídas ao longo da história e substanciaram o desenvolvimento do modelo conhecido como triádico (BRUYN, 2010).

Este modelo começa a se desenvolver a partir do século XVIII (BRUYN, 2010; CAROTHERS, 1999). Nesse período, consolida-se a primeira distinção entre Estado e Sociedade Civil, os quais passaram a serem entendidos como domínios particulares. Tal distinção estabeleceu-se a partir de duas mudanças significativas que ocorriam na sociedade, conforme esclarece Carothers (1999):

- a) a constituição de uma nova realidade econômica, caracterizada pelo surgimento da propriedade privada, da competição de mercado e da burguesia;

b) o aumento da demanda popular por liberdade.

O Estado surge como uma entidade autônoma capaz de garantir e consolidar essas transformações, e o debate nesse período gira em torno do seu papel na sociedade. Uma corrente filosófica defende que o Estado deve ser considerado absolutista, detentor de todos os poderes sobre as coisas e que a Sociedade Civil está subordinada a ele; enquanto que outra afirma que o Estado deve acatar as reivindicações dos donos de propriedades privadas, os quais compõem a Sociedade Civil junto com os demais. Independente da distinção, o Estado surge como uma macroestrutura que deve atender, principalmente, as necessidades ou exigências dos proprietários (BRUYN, 2010).

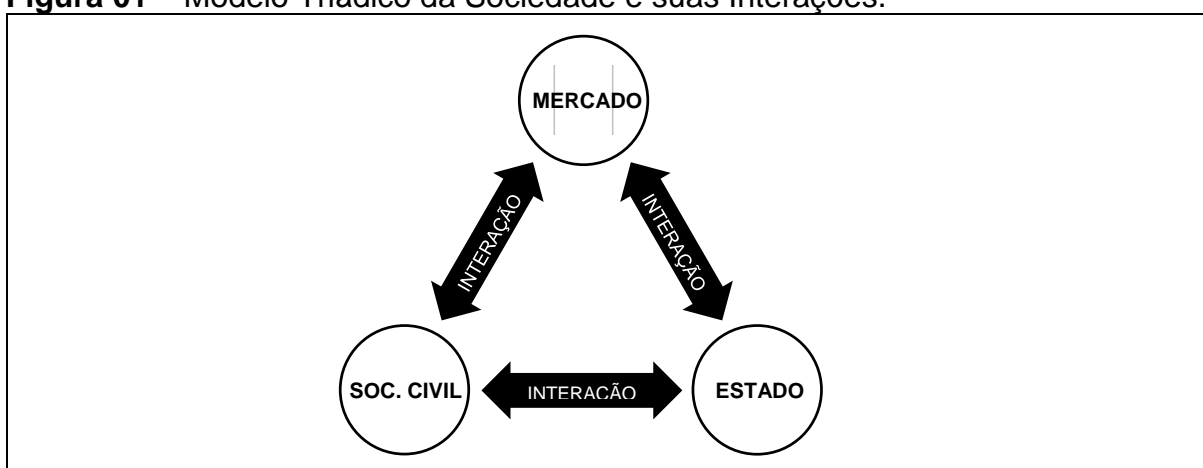
No século seguinte ocorre a Revolução Industrial e as preocupações com as consequências políticas e sociais desta revolução fizeram que a expressão Sociedade Civil caísse em desuso, sendo refundada por Gramsci após a II Guerra Mundial, quando o Estado passou a incorporar as conquistas democráticas resultantes das lutas populares, levando ao entendimento que a Sociedade Civil é o espaço onde se organizam as vontades coletivas e consciências sociais distintas das apresentadas pelos donos das propriedades (CAROTHERS, 1999), enfatizando as ações cooperativas em detrimento aos interesses egoístas. Com a consolidação dessas duas macroestruturas, os teóricos políticos passaram a considerar que qualquer tentativa de explicar a sociedade deveria se basear no modelo diádico, no qual o Estado é o legítimo detentor do poder, enquanto que a Sociedade Civil reúne todas as atividades fora do Estado, inclusive as de caráter econômico (BRUYN, 2010; CAROTHERS, 1999).

A crítica a esse modelo surge exatamente desse entendimento segundo o qual as relações econômicas estão incorporadas à Sociedade Civil, pois ao admitir tal fato, obstrui-se a percepção dos efeitos da economia sobre a sociedade como um todo, principalmente aqueles considerados negativos (BRUYN, 2010). Nesse contexto histórico, destaca-se uma reorientação na ideia de progresso da sociedade, a qual passou a ser definida limitadamente como desenvolvimento econômico, tornando-se o estimulador da competição econômica entre as pessoas e as nações. Assim, fortaleceram-se valores que constituíram a macroestrutura chamada Mercado, que está baseada na autorregulação e na maximização dos interesses individuais.

Como a força do mercado atua em um contexto onde há competição e escassez de vários tipos e níveis (matéria-prima, produto, mão de obra, entre outros), ocorre o aumento das diferenças econômicas entre pessoas e países, levando a um quadro de desigualdades e miséria que passa a fazer parte do cotidiano das sociedades (CASTELLS, 2008). Esta situação requer cada vez mais a intervenção do Estado na economia com o objetivo de proteger as pessoas dos riscos oriundos do Mercado. Dessa forma, compreende-se como os ideais de progresso da sociedade ficaram exclusivamente vinculados a diferentes combinações entre política e economia, de forma que estas variam desde a possibilidade de um Estado intervencionista regulador do Mercado, até um Estado liberal com um Mercado autorregulador. Por outro lado, independente de qual combinação é efetivada, o papel da Sociedade Civil é caracterizado como passivo, principalmente no sentido de influenciar o direcionamento do projeto de progresso da sociedade para além da combinação político-econômica.

Portanto, o modelo triádico pode ser considerado uma evolução do diádico no sentido de destacar um maior conjunto de relações e mecanismos sociais que afetam as relações das pessoas, as transformações e evolução da sociedade. A Figura 01 apresenta esse modelo triádico, destacando como o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil estabelecem suas interações (WRIGHT, 2011).

Figura 01 – Modelo Triádico da Sociedade e suas Interações.



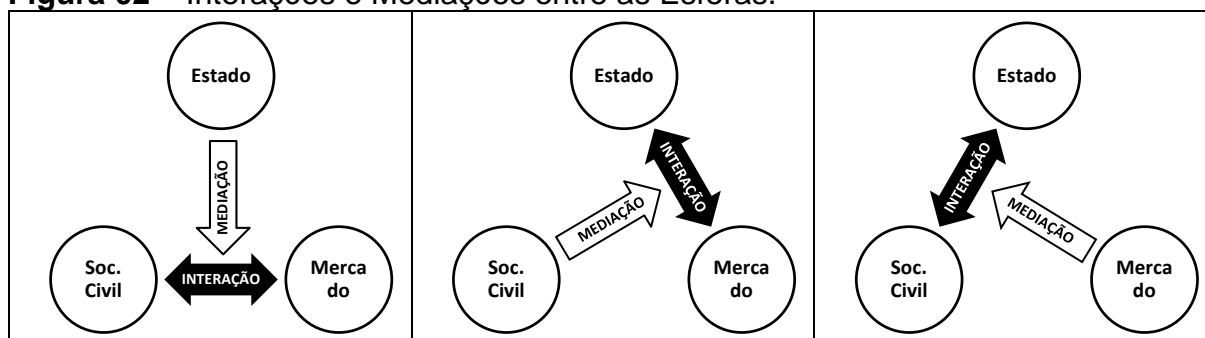
Fonte: Wright (2011, p. 407).

Wright (2011) sugere que essas macroestruturas sejam definidas como esferas de práticas sociais, evitando-se percebê-las como espaços hermeticamente fechados ou como domínios autônomos, e fazendo com que cada uma dessas esferas envolva um conjunto de práticas capazes de estabelecer inter-relações entre esses espaços. Conseqüentemente, o autor define o Estado como a

esfera de atividade social que compreende um conjunto de instituições, com um nível de coerência e organização, que são dotadas da capacidade para estabelecer regras e normas, regulando assim as relações sociais sobre um determinado território. Por sua vez, a esfera do Mercado compreende as interações entre pessoas e empresas, que são orientadas para produção, distribuição e consumo de bens e serviços, os quais ocorrem através do processo de troca, principalmente do tipo monetária. Por fim, a Sociedade Civil é a esfera de atividade social, na qual os sujeitos interagem voluntariamente, formando associações baseadas principalmente na capacidade das pessoas agirem coletivamente e na possibilidade de serem de diferentes tipos, além de orientadas para diversas finalidades (WRIGHT, 2011).

Apesar deste modelo decompor a sociedade em três subpartes ao invés de duas como no modelo diádico, Wright (2011) afirma que ele não é totalmente triádico, principalmente quando se observam as relações entre as esferas. Assim, percebe-se que apenas duas esferas estão em interação, enquanto que a terceira é totalmente excluída, e portanto, esse modelo, tal como é apresentado, não evidencia todas as interações existentes entre as três esferas (WRIGHT, 2011). Para superar essa limitação do modelo, o autor sugere que esta terceira esfera excluída, interfere na interação das outras duas esferas, atuando como mediadora dessa interação, conforme apresentado na Figura 02.

Figura 02 – Interações e Mediações entre as Esferas.



A) Estado mediando a relação entre Sociedade Civil e Mercado.
 B) Sociedade Civil mediando a relação entre Estado e Mercado.
 C) Mercado mediando a relação entre Sociedade Civil e Estado.

Fonte: Wright (2011, p. 407).

Essa proposta amplia as inter-relações entre as esferas e possibilita observar as dinâmicas que se evidenciam nessas diferentes interações e mediações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.

Ao considerarem-se as inter-relações apresentadas na Figura 02A, e supondo-se uma situação de fundamentalismo de mercado, a ausência da relação de

mediação do Estado, por exemplo, habilita uma incursão do Mercado sobre a Sociedade Civil, intensificando as relações de produção, distribuição e consumo, fazendo que elas se tornem preponderantes na vida das pessoas, porém, essa mesma incursão também leva a deterioração das condições de vida na sociedade, principalmente com a precarização dos empregos (FERNANDES; MARCHIORI, 2015). Justamente por isso é necessária a mediação do Estado na interação entre Mercado e Sociedade Civil, para evitar que a desigualdade de poder entre as esferas coloque em risco a evolução da sociedade.

De forma análoga, observam-se as inter-relações presentes na Figura 02C e destaca-se que a ausência da mediação do Mercado na interação entre o Estado e a Sociedade Civil, evidencia, primeiro, um mercado fraco no que se refere ao poder e, segundo, apresenta uma situação de absolutismo do Estado em relação à sociedade, como as adotadas na União Soviética, nas quais emergiram uma condição de subordinação generalizada das pessoas ao controle do Estado. Por isso tal mediação também é importante.

Por fim, as inter-relações apresentadas na Figura 02B mostram que uma Sociedade Civil forte e atuante por meio de associações, movimentos sociais, ONGs, entre outras, acaba mediando as interações entre Estado e Mercado evitando, por exemplo, o enfraquecimento do Estado diante da intensificação das relações econômicas em um nível global (HELD; MCGREW, 2003), ou colabora significativamente para que se efetive o processo de democratização na sociedade (COHEN, 2003). Assim, nestas condições a Sociedade Civil torna-se uma força orientadora para o desenvolvimento e a boa governança, junto com as outras esferas.

Ainda que os esforços de Wright (2011) sejam significativos para o fortalecimento explicativo do modelo triádico, ressalta-se que o uso de metáforas espaciais para esse fim apresenta limitações teóricas (SILBER, 1995), que restringem a capacidade explicativa de fenômenos complexos. Apesar disso, essas metáforas são úteis, quando utilizadas como possíveis leituras da realidade, permitindo estabelecer reflexões sobre as macroestruturas e suas inter-relações.

Portanto busca-se, baseado na proposta de Wright (2011), entender como os processos contínuos de transformações da sociedade impactaram cada uma das macroestruturas e como as inter-relações entre essas esferas permitem evidenciar a importância da Sociedade Civil, principalmente em um contexto onde a sociedade e as pessoas são ameaças por riscos globais (BECK, 2010b; GIDDENS,

1991). Na sequência, enfocam-se as transformações ocorridas em cada uma das macroestruturas.

2.2 O MERCADO E A INTENSIFICAÇÃO DAS SUAS RELAÇÕES

As transformações nessa macroestrutura, são caracterizadas por uma profunda integração dos sistemas econômicos que permitem o incremento da capacidade produtiva e o estabelecimento da competitividade em qualquer lugar do mundo. Com isso, atividades consideradas centrais nessa economia integrada, como as operações dos mercados financeiros, o comércio internacional e as produções multinacionais, passaram a contar com o apoio de redes auxiliares de comunicação e trabalho que permitem a coordenação dessas atividades à longas distâncias. Essa reestruturação permitiu o surgimento das chamadas redes de negócio, as quais alteraram significativamente os entendimentos sobre as fronteiras empresariais (CASTELLS, 2000), habilitando as organizações a atuarem além de suas fronteiras.

Apesar dos avanços provocados por essas transformações, o sistema econômico não conseguiu consolidar-se globalmente, pois nem todos os processos, ou mesmo países, foram incorporados nessas novas dinâmicas. Assim, efetivaram-se profundas assimetrias econômicas entre os países, principalmente aqueles considerados em desenvolvimento, levando à deterioração de sua capacidade de intervir e regular a economia. Como consequência, a concentração de tecnologias, recursos e riquezas, em certas regiões mundiais, elevou as desigualdades e a miséria a níveis globais (CASTELLS, 2000), consolidando uma distribuição irregular dos benefícios advindos do desenvolvimento econômico.

Em decorrência desses contextos e com uma economia descentralizada, a soberania atribuída ao Estado deteriora, conforme ocorre a desregulamentação do mercado nacional, permitindo com isso que imperativos econômicos passem a orientar as ações sociais (COHEN, 2003), o que, conseqüentemente, leva a uma ampliação da lógica e do espaço de atuação do Mercado sobre as outras macroestruturas. Nesse contexto, cada vez mais as organizações econômicas multinacionais determinam a distribuição de recursos e benefícios com o aval do Estado. Tal fato modifica radicalmente a percepção dessas organizações sobre a disponibilidade da mão-de-obra, agora disponível e organizada mundialmente em camadas de milhões de trabalhadores interconectados, ou seja,

qualquer multinacional tem mão-de-obra disponível em qualquer lugar do mundo; consolidando-se assim o que pode ser chamado de mão-de-obra transnacional (CASTELLS, 2002).

Paralelamente a essa integração econômica, ocorre a expansão e intensificação da exploração da natureza e pessoas, como por exemplo, no caso da degradação socioambiental ocorrida na região de Ogoni (Nigéria), como consequência da exploração de petróleo pela Shell. Para entender a relação entre governo e multinacional, é importante observar dois detalhes: (a) a empresa é mais poderosa que o governo nigeriano e; (b) a empresa é uma multinacional, o que evidencia sua desvinculação total com a região, povo, cultura ou país explorado. Diante desses fatos, fica claro que os interesses, tanto da multinacional, quanto do governo, se pautam exclusivamente pelos aspectos econômicos, o que, em última instância, contribuiu com a permissividade do governo que levou à exploração e degradação da região. O que era para ser uma parceria vantajosa em termos de recursos e benefícios para a região, converteu-se em sérios problemas de degradação ambiental e deterioração das condições sociais (BOELE; FABIG; WHEELER, 2001).

Em suma, essa transformação da macroestrutura econômica intensificou tanto as capacidades econômicas e produtivas dos países, quanto seus problemas ambientais e sociais. Além disso, ela também provocou a deterioração da soberania do Estado, ao permitir que as organizações se tornassem mais poderosas que alguns países, de modo que o Estado passou a ser constantemente desafiado na sua capacidade de regular as ações econômicas, ou seja, o Mercado é fortalecido com a integração global da economia, de modo que, ele se sobreponha ao Estado e a Sociedade Civil. Além disso, destaca-se que houve um aumento das desigualdades e misérias, devido a intensa degradação ambiental e deterioração das condições de vidas advindas dessa evolução econômica. Diante dessas condições o Estado necessita restabelecer sua legitimidade, para que possa regular, de fato, as ações econômicas.

2.3 O ESTADO E SUA BUSCA PELA LEGITIMIDADE

Conforme apresentando anteriormente, as transformações do sistema econômico interferiram na soberania do Estado, afetando principalmente seu

papel de mediador nas interações das demais macroestruturas. Essa interferência pode ser caracterizada por duas mudanças substanciais na estrutura de poder:

- a) a criação de organizações políticas supranacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) para regular a nova economia global;
- b) o aumento da competição internacional que levou ao estabelecimento de blocos econômicos (Alca, Mercosul, União Europeia, entre outros), onde países com assimetrias de poder e recursos firmavam acordos de cooperação que, em última instância, acabaram privilegiando a alguns desses países, enquanto outros entraram em crise.

Além dessa modificação na estrutura de poder, outros fatores acabaram contribuindo para agravar a crise de legitimidade do Estado, como:

- c) a criação e o desenvolvimento de novos meios de comunicação que causaram a descentralização e a democratização da mídia (CASTELLS, 2001);
- d) a articulação do crime organizado em rede, extrapolando as fronteiras nacionais para se tornar uma ameaça global (STOHL; STOHL, 2011);
- e) os sucessivos escândalos de corrupção que deterioraram a confiança das pessoas no Estado, principalmente na sua capacidade de protegê-las contra os riscos provenientes do Mercado (COHEN, 2003).

Assim, quando se consolida a crise de legitimidade do Estado, as pessoas passam a optar por outros mecanismos de defesa e representação, o que contribui ainda mais para a deterioração de sua legitimidade e o aumento dos riscos na sociedade. Diante disso, o Estado para tentar recuperar-se dessa crise, fragmenta e distribui seu poder entre as regiões, governos locais e movimentos sociais, descentralizando tanto as responsabilidades, quanto os recursos. Assim, o Estado encontra-se imerso em uma rede política complexa que envolve instituições internacionais, multinacionais, nacionais, regionais e locais, além das não governamentais (CASTELLS, 2001, 2002; COHEN, 2003), com as quais ele compartilha poder e negocia as tomadas de decisões. De certo modo essa estratégia acabou apresentando resultados, todavia, Cohen (2003) questiona se esta é a melhor

estratégia, uma vez que, ela pode acabar não fortalecendo o Estado e acentuar ainda mais as suas vulnerabilidades ou, conforme aponta Castells (2001), contribuir apenas para a manutenção de um Estado debilitado.

Apesar de todo esse contexto duvidoso e pessimista em relação ao Estado, é um equívoco pensar que este é seu fim. Cohen (2003), entende que o deslocamento de parte do poder do Estado para organizações superiores e inferiores a ele tende a não ser o suficiente para substituí-lo; essas organizações podem no máximo complementá-lo, sugerindo assim, a necessidade de uma rediscussão do seu papel na sociedade.

Portanto, o Estado encontra-se em um processo de busca pela legitimidade perdida com as transformações econômicas e com a fragmentação de seu poder. Esse enfraquecimento perante o Mercado agrava a assimetria nas inter-relações entre essas macroestruturas, abrindo espaço para que a Sociedade Civil surja como uma possibilidade para a revitalização da sociedade, por isso essa discussão converge para essa esfera, buscando ampliar o entendimento sobre ela.

2.4 SOCIEDADE CIVIL E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Ao longo da história, a participação da Sociedade Civil na formação de uma ideia de progresso centrada nas pessoas tem sido obstruída pelas outras macroestruturas, não obstante essa esfera é considerada conjuntamente com as demais, uma parte importante da sociedade. Nesse sentido, as transformações que ocorreram no Estado e no Mercado trouxeram riscos para a sociedade, estabelecendo uma situação de crise que impulsionou os problemas sociais e ambientais. Nesse contexto, é compreensível que os estudiosos apontem a Sociedade Civil como uma alternativa contra essa condição de crise e risco, principalmente quando se destacam suas características de solidariedade, cidadania e integração social (COHEN, 2003), tornando-se também um elemento essencial para o processo de democratização da sociedade (HILGER, 2006).

Num primeiro momento pode-se considerar que esse contexto de crise ocorre, em parte, pela ausência da participação da Sociedade Civil na inter-relação assimétrica entre o Estado e o Mercado, devido a essa herança histórica que a postula como passiva e subordinada ao Estado. Assim, a primeira transformação

que deve ocorrer é com relação ao entendimento da Sociedade Civil, o qual deve ser mais contemporâneo segundo Scherer-Warren (2006).

A Sociedade Civil, embora configure um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores [...], distinguindo-se assim [do Estado e do Mercado], que estão orientados, preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110)

A autora apresenta um entendimento sobre a Sociedade Civil, pautado pela cidadania, interesse público e valores, entretanto, Cohen (2003) argumenta que qualquer tentativa nesse sentido deve considerar três prerrogativas:

- a) nenhuma concepção da Sociedade Civil é neutra, ela está sempre associada a construções sociais, formas culturais e modos de pensar sobre a sociedade;
- b) deve ser compreendida simultaneamente como uma macroestrutura dinâmica, criativa e contestadora, além de um espaço para tematização de novos problemas, formulação de novos projetos, criação de novos valores e identidades coletivas (lutas pela democratização);
- c) deve se considerar a existência de uma capacidade deliberativa capaz de influenciar os importantes debates realizados em outras macroestruturas.

Alexander (2006) destaca que a natureza da Sociedade Civil é contraditória e fragmentada, cria condições para ser suprimida pelas outras macroestruturas; ao mesmo tempo, tais características permitem que ela seja reconstruída dinamicamente, por meio da solidariedade, da cidadania e da interação social. Assim, contribuições podem advir das inter-relações tanto com o Mercado, quanto com o Estado. No primeiro caso, a Sociedade Civil colabora com o Mercado, compartilhando conhecimento local, experiência e valores, que são fundamentais para a reorientação da sociedade. Por outro lado, a interação com o Estado se evidencia na possibilidade de construção de um sistema democrático de participação e tomada de decisões, onde as múltiplas vozes da sociedade sejam ouvidas, ampliando-se a capacidade dos gestores públicos formularem políticas públicas. Para Cohen (2003), somente uma Sociedade Civil ativa, vigilante e participativa é capaz de transformar em justo e democrático, um governo desmantelado.

Com essas transformações, a Sociedade Civil torna-se presente não apenas conceitualmente, mas na própria realidade da sociedade, ainda que sua atuação fique aquém do ideal. Bunyan (2014) também acredita nessa força transformadora da Sociedade Civil capaz de reestruturar as outras macroestruturas através dos princípios de solidariedade, cidadania e interação social. Apesar disso, o autor afirma que há, atualmente, uma assimetria de vários níveis entre ela e as outras esferas, ou seja, é importante evidenciar que nenhuma esfera deve sobrepor-se as demais, anulando suas atuações e podendo, com isso, levar a sociedade ao colapso. Por isso, as inter-relações entre as macroestruturas devem ser respeitadas e orientadas para uma atuação conjunta, de modo que, cada esfera possa ampliar ou reduzir momentaneamente seu espaço de atuação sem anular as demais, criando com isso, um movimento dinâmico entre as macroestruturas ao longo do tempo.

Apesar desse destaque em relação à Sociedade Civil, Cohen (2003) alerta que, conquanto ela seja reconstruída com base em novos ideais da contemporaneidade, é importante levar em conta que sempre haverá limitações que deverão ser complementadas pela interações com o Estado e o Mercado, ou seja, ela não é a resposta para todos os problemas e, portanto, não deve se posicionar acima das outras macroestruturas.

A Sociedade Civil não consegue fiscalizar por conta própria as novas e poderosas instituições supranacionais ou subnacionais. A verdade é que a própria Sociedade Civil precisa ser fiscalizada, porque as redes e associações civis podem ser muito excludentes, injustas, desiguais e antidemocráticas (COHEN, 2003, p. 450)

Assim, somente com uma condição de esferas interagindo poderá restabelecer a possibilidade de levar a sociedade a um novo patamar, evitando que se enfatize apenas os aspectos políticos e econômicos. Portanto, fica evidente que nem a sociedade, nem a democracia atingiram uma condição de plenitude e que um longo caminho precisa ser percorrido para tal realização.

Por outro lado, considerando-se o termo “redes” da citação de Cohen (2003), se destaca outra transformação da Sociedade Civil, a saber, a articulação em redes, as quais podem ser entendidas como novas formas organizacionais que surgem para encaminhar as demandas sociais. Nessas redes os atores dispersos globalmente podem se engajar na tematização de problemas da sociedade, sem a necessidade de estarem representados por instituições (HILGER, 2006). Apesar disso, essas redes apresentam posicionamentos e ideologias marcantes, ou seja, a Sociedade Civil é permeada por disputas de poder e interesses que acabam

influenciando a forma como se dá sua influência nas inter-relações com as demais esferas.

Nesse contexto, Barber (1995) abre outra possibilidade para compreender a Sociedade Civil, destacando os “espaços que as pessoas ocupam”, quando não estão envolvidas nem em atividades normativamente políticas (votando, servindo como júri, pagando impostos), nem exclusivamente econômicas (trabalhando, produzindo, comprando, consumindo). Portanto, a construção da identidade individual e coletiva nessa macroestrutura é um processo fragmentado e contraditório, que permite a “liberdade aos seus atores para se organizarem, criticarem e reafirmarem as normas, os valores, as identidades e os significados” (COHEN, 2003, p. 428).

Apesar do otimismo acadêmico em relação a essa nova fase de entendimentos sobre a Sociedade Civil, reforça-se que a situação é de “invasão” da esfera econômica sobre as outras (BARBER, 1995), provocando a expansão da chamada “cultura da individualidade” (FUKUYAMA, 1999) nas macroestruturas. Essa cultura é caracterizada pelo crescimento do individualismo desmedido, atomizado, egoísta e irresponsável (COHEN, 2003), que colabora significativamente para a supressão da Sociedade Civil e de suas inter-relações com as demais esferas.

Tal situação leva-nos ao questionamento sobre como as pessoas podem romper com essa cultura da individualidade, engajando-se na reconstrução da Sociedade Civil. Barber (1995) oferece uma possível resposta a essa pergunta, afirmando que não é necessário recriar a Sociedade Civil; pelo contrário, deve-se reconceituar e reposicionar as organizações que a compõem, dando legitimidade política às pessoas, escolas, fundações, movimentos sociais e outras associações civis, para que possam posicionar-se contra os interesses particulares e excludentes. Em outras palavras, levando-se em consideração as dinâmicas intrínsecas da Sociedade Civil, conclui-se que as várias associações civis tornam-se fundamentais para ressaltar ou suavizar as contradições nela imersas, o que permite a possibilidade de se recuperar o valor da Sociedade Civil (ALEXANDER, 2006).

Portanto, essas associações tornam a Sociedade Civil ativa na mediação das relações estabelecidas entre o Estado e o Mercado, atuando como formadores coletivos dos anseios da Sociedade Civil. Dentre estas associações, destacam-se os movimentos sociais que atuam nesse processo de revalorização dessa esfera perante as demais, gerando a possibilidade de a Sociedade Civil se

fortalecer dentro dessa concepção triádica de sociedade, permitindo que as inter-relações entre as macroestruturas se manifestem através do movimento dinâmico de ampliação e redução do espaço de atuação entre elas.

2.5 SOCIEDADE CIVIL E SUAS INTER-RELAÇÕES EM UMA PERSPECTIVA INTERACIONAL

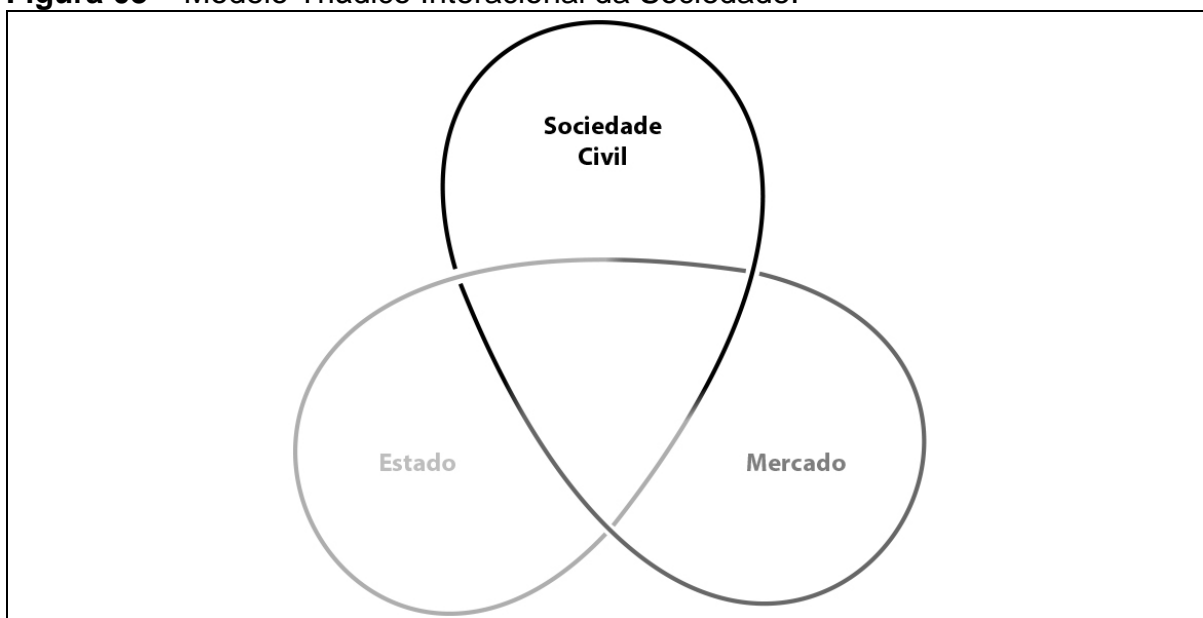
Ao emergir nesse contexto de crise, a Sociedade Civil revitaliza as discussões sobre seu potencial emancipatório, sua capacidade transformativa no tocante às relações de poder (MUMBY, 2013) e ao seu valor na resolução dos problemas da sociedade. Edwards (2014), adverte que esse otimismo quanto à capacidade da Sociedade Civil dar respostas a essas demandas, somente se consolidará se os estudiosos abandonarem a ideia da necessidade de se estabelecer um consenso teórico, aceitando o fato de que ela é uma miscelânea de entendimentos e papéis dinâmicos difíceis de serem integrados em uma única definição. Por outro lado, destacar a força transformadora da Sociedade Civil, não implica na ideia de sobreposição desta em relação às demais esferas, pelo contrário, parte-se da premissa de que todas as macroestruturas, cada uma com sua peculiaridade e atuando conjuntamente, são fundamentais para estabelecer uma sociedade condizente com as necessidades das pessoas.

Justamente por isso, deve-se entender essas inter-relações como dinâmicas e estão em um fluxo contínuo, pois conforme vão emergindo os problemas na sociedade, torna-se necessário que uma esfera se sobreponha momentaneamente em relação as demais, para em um segundo momento, elas se modificarem novamente, levando as demais a atuar conjuntamente naquele contexto. Assim, percebe-se o movimento nos espaços de atuação de cada esfera, os quais se expandem e contraem dinamicamente, habilitando o envolvimento de todas as esferas em determinado contexto, ou seja, o movimento de ampliação da atuação não deve levar a supressão de nenhuma das três esferas. Tal dinâmica é necessária porque a sociedade precisa desse espaço de flexibilidade para realizar as transformações necessárias e, nesse sentido, a supressão de qualquer uma dessas esferas impede que se estabeleça esse movimento dinâmico.

Assim, a discussão desta dissertação sugere uma reinterpretação do modelo triádico sugerido por Wright (2011), inovando ao apresentar as macroestruturas em uma perspectiva interacional, conforme a Figura 03. Nesta

sugestão de modelo, nenhuma macroestrutura encontra-se independente das demais, sendo que ambas são simultaneamente constituídas e constituidoras de todas, de modo que uma esfera não pode existir sem as outras.

Figura 03 – Modelo Triádico Interacional da Sociedade.

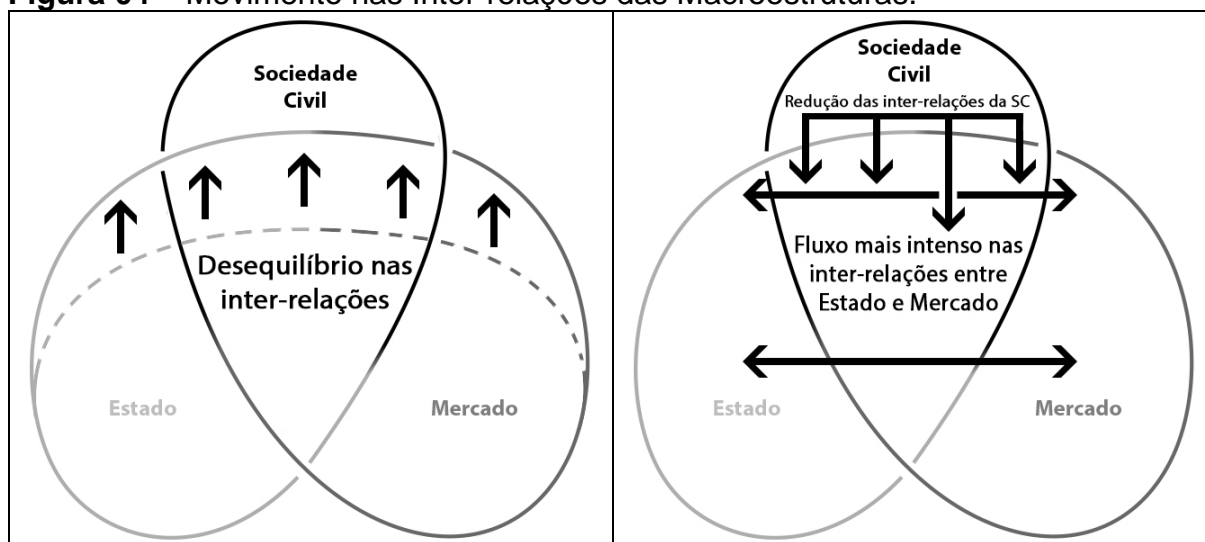


Fonte: Elaborado pelo autor.

Este modelo foi pensado com base na Teoria dos Nós advinda do campo da matemática, a qual define o “nó” como uma curva simples e fechada no espaço (3 dimensões), ou seja, a noção de nó para a matemática é diferente daquela que é usada no dia-a-dia, visto que esta última admite a existências de “pontas soltas” (WEISSTEIN, 2015). O objetivo proposto ao se dialogar com essa teoria matemática é apropriar-se da ideia de “impossibilidade” de se desfazer o nó, reforçando que as macroestruturas e as inter-relações são indissociáveis no modelo. Por isso, este modelo evidencia a possibilidade de um entendimento diferenciado da sociedade, o qual, partindo da premissa da interação, leva a novos *insights* sobre a influência de uma sobre as demais.

Para exemplificar, sugere-se focar o processo histórico de constituição da sociedade descrito anteriormente. Nele, percebeu-se que, na maioria das vezes, a ideia de progresso foi determinada pelas esferas política e econômica, tendo elas, portanto, preponderância sobre a atuação da Sociedade Civil. Esse contexto, evidencia diferentes espaços de atuação entre as esferas, ou seja, enquanto que o Estado e o Mercado ampliam seu espaço, a Sociedade Civil diminui, conforme a Figura 04.

Figura 04 – Movimento nas Inter-relações das Macroestruturas.



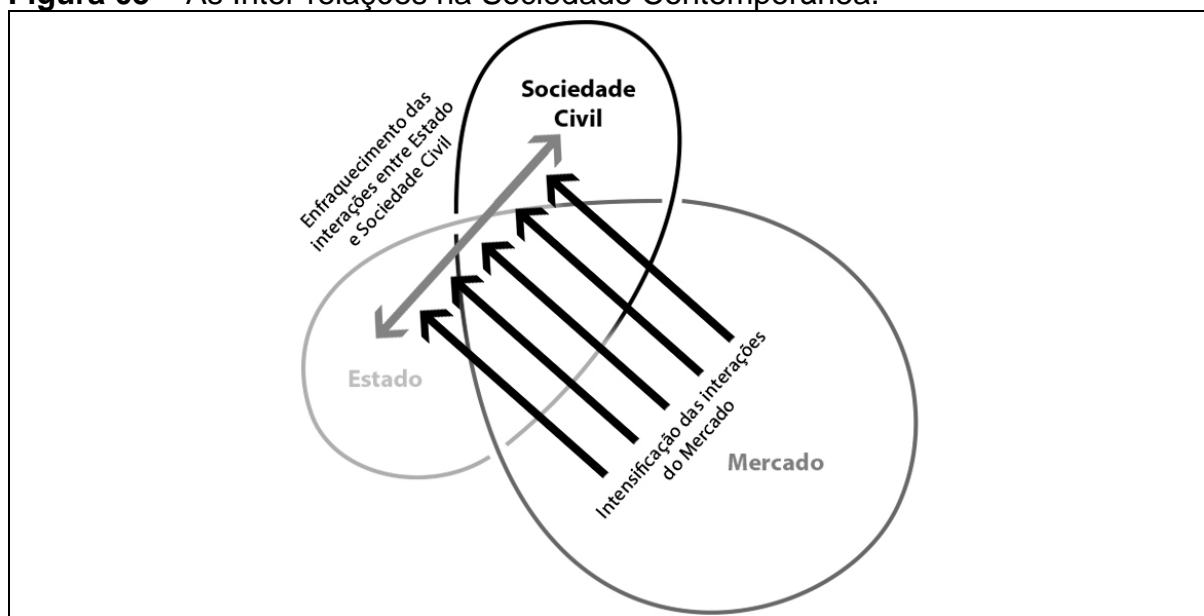
Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa diferenciação de espaço, ocorre pela ampliação das inter-relações entre o Estado e o Mercado, as quais determinam um fluxo que tende a reduzir e até a bloquear a participação da Sociedade Civil. Além disso, este modelo evidencia um aumento ou diminuição da atuação das esferas na sociedade, demonstrando o aspecto interacional desse modelo.

Esse exemplo indica que o entendimento de uma sociedade pode ser baseado no movimento dinâmico das inter-relações entre as macroestruturas, modificando a proposta de Wright (2011) sobre a ausência de uma relação de mediação entre as esferas. Nessa nova leitura, o que de fato ocorre é a intensificação das inter-relações entre duas esferas, causando conseqüentemente a diminuição ou até o bloqueio das interações provenientes da terceira e se esse quadro perdura ao longo do tempo, ocorre a supressão das inter-relações desta última esfera.

Outro ponto que pode ser observado no modelo é o contexto atual da sociedade em alguns países, no qual o Mercado intensificou suas relações econômicas em um nível global, levando à diminuição das inter-relações do Estado e da Sociedade Civil, conforme sugere a Figura 05.

Figura 05 – As Inter-relações na Sociedade Contemporânea.



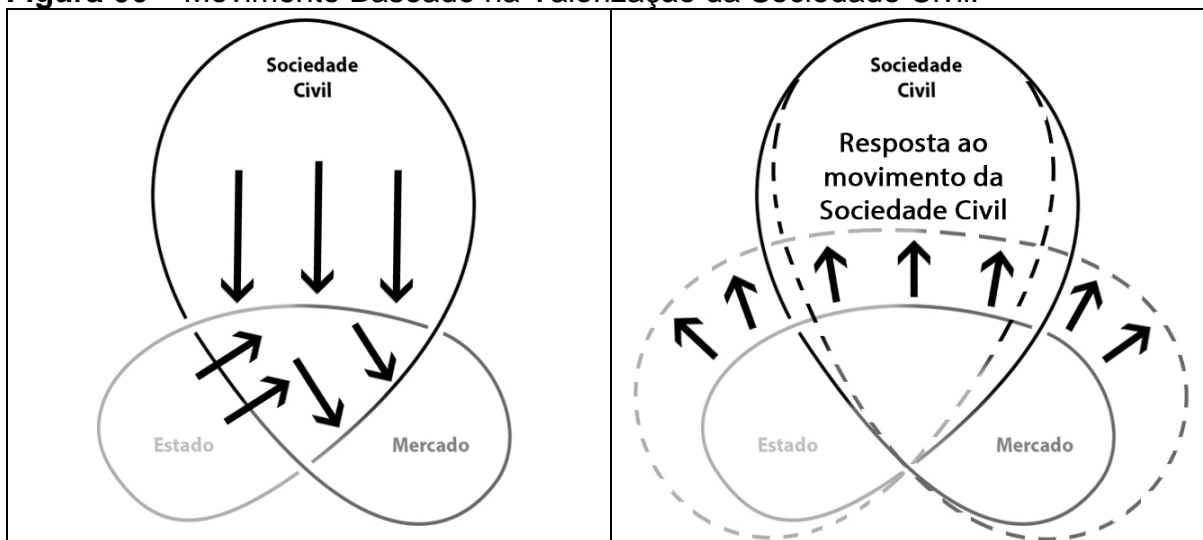
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse caso, o Mercado exerce um forte domínio sobre as demais esferas, gerando efeitos como: a perda de legitimação do Estado (COHEN, 2003), o aumento dos problemas ambientais e sociais (BARKEMEYER et al., 2014; MEBRATU, 1998) e a “cultura da individualização” na Sociedade Civil (FUKUYAMA, 1999). Nesse contexto, as atuações do Estado e da Sociedade Civil são suprimidas pelo Mercado e, por isso, as pessoas deixam de acreditar nas instituições políticas, levando a um enfraquecimento ainda maior do Estado.

Com o aumento dos movimentos reivindicatórios, das organizações e da participação política, a Sociedade Civil surge como uma das alternativas para a transformação do espaço de atuação das macroestruturas através da capacidade organizacional e criativa das pessoas, as quais constituem associações civis capazes de lutar contra os problemas, demandando mudanças na sociedade. Essa força contrária à situação atual, pelo que parece, muito dificilmente pode provir do Estado contestado, visto que este encontra-se enfraquecido.

Diante dessas condições, abre-se a possibilidade de recuperar o valor da Sociedade Civil a partir da intensificação de sua participação, de modo que, esse processo leve a interação em um fluxo contínuo entre as três macroestruturas. Nesse sentido, a Sociedade Civil acabaria expandindo-se em um primeiro momento, provocando transformações nas demais esferas para, no momento posterior, abrir espaço para a atuação de um Estado e um Mercado ressignificados.

Figura 06 – Movimento Baseado na Valorização da Sociedade Civil.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como exemplo desse processo, podem-se citar os movimentos ambientalistas surgidos nos anos 70, que denunciaram os riscos advindos do desenvolvimento econômico sem limites. Esses riscos estavam afetando as pessoas sem seu conhecimento, por exemplo, a chuva ácida que atinge as cidades e é provocada por testes nucleares, a poluição silenciosa do ar e o envenenamento humano pelo uso de pesticida e inseticidas químicos nos alimentos (NASCIMENTO, 2012).

As denúncias desses riscos levaram à realização de sucessivas conferências que culminaram nos debates sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, os quais procuram discutir como a sociedade está refletindo sobre seu futuro em meio a esse contexto de riscos globais e, além disso, como seus processos e práticas podem transformá-la em uma sociedade sustentável.

Dessa forma, caracteriza-se um movimento advindo da Sociedade Civil que implicou em mudanças nas demais esferas, sendo importante ressaltar que nesse movimento a Sociedade Civil se sobrepõe temporariamente e não permanentemente. Nesse sentido, apesar da defesa em relação a revalorização da Sociedade Civil, é visível que ela é fragmentada e complexa o que caracteriza um certo nível de idealização na proposta desse movimento dinâmico entre as esferas.

Apesar disso, entende-se que o momento atual enseja mudanças na sociedade, onde as discussões envolvendo a revalorização do trabalho, o alívio da pobreza, a redução das desigualdades e a possibilidade de se efetivar uma democracia participativa não são vazias, pelo contrário, elas enfatizam a existência

de um movimento no mínimo contestatório entre as esferas e, tal fato, reascende a possibilidade de que esse movimento dinâmico possa se estabelecer entre elas.

3. SOCIEDADE SUSTENTÁVEL: AS INTERVENÇÕES POSSÍVEIS DA SOCIEDADE CIVIL

A intensificação das interações entre as macroestruturas da sociedade provocou mudanças nas esferas política e econômica da sociedade, as quais afetaram diretamente os aspectos sociais e ambientais, em outras palavras, o deslocamento das inter-relações em um movimento de supressão desencadeia processos de mudanças que podem agravar esses problemas.

As questões ambientais surgem ao constatar-se que o meio ambiente se encontra próximo de seus limites, devido ao aumento da intervenção humana (intensificação da produção econômica, poluição, desflorestamento e degradação ambiental). Tal fato, coloca continuamente em risco a sua capacidade regenerativa, levando ao reconhecimento da proximidade de um inevitável colapso no sistema natural, reconhecido como fundamental para a vida no planeta (MEBRATU, 1998). Por isso, muitos países estão em risco, devido a problemas como a poluição dos rios, a escassez de água, a degradação do solo, a destruição das florestas tropicais e o aumento da poluição, que levam conseqüentemente à degradação dos ecossistemas e à perda da biodiversidade, ameaçando a vida, principalmente nos países considerados em desenvolvimento (BARKEMEYER et al., 2014).

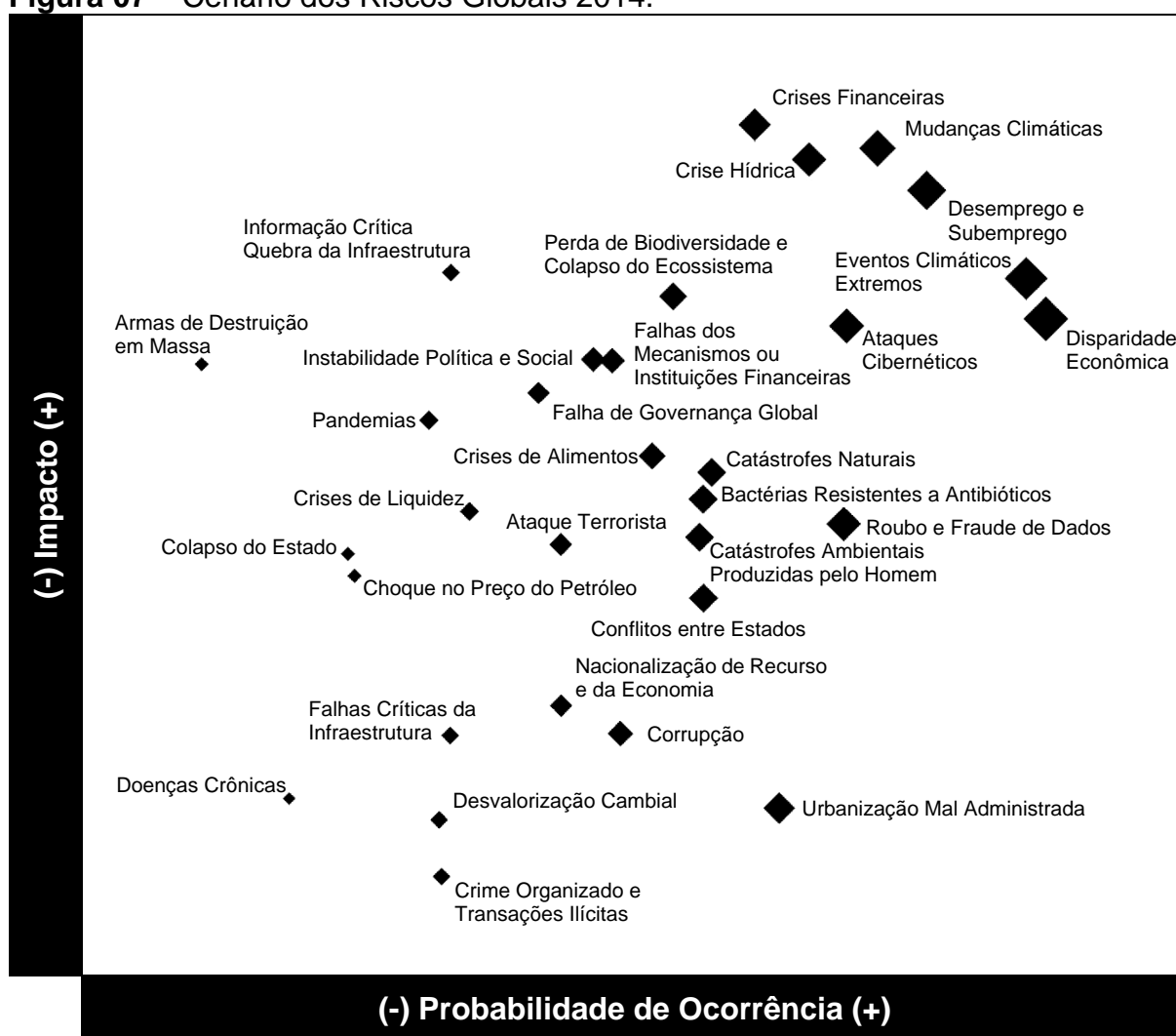
Por outro lado, as questões sociais surgem da distribuição desigual de recursos e oportunidades nas distintas dimensões da vida social (economia, política, religião, tecnologia, entre outras). Essa desigualdade se materializa no padrão elevado de algumas pessoas em detrimento de outras, relegando-se estas à miséria (MEBRATU, 1998). Além disso, esses grupos menos favorecidos da população mundial são os que estão mais expostos aos problemas ambientais (BARKEMEYER et al., 2014). Portanto, as dimensões ambientais e sociais influenciam fortemente os aspectos políticos e econômicos da sociedade.

Soma-se a esse quadro de multiplicação dos problemas ambientais e sociais que atingem a todas as esferas, a possibilidade do Estado se desmantelar devido à intensificação da economia, perdendo legitimidade e levando as pessoas ao descrédito quanto a sua capacidade de resolver as questões (DOVERS, 1996); e do Mercado promovedor da “cultura da individualidade” (FUKUYAMA, 1999), que para Beck (2010b), se caracteriza como a condição na qual a sociedade pode ser

manipulada. Vale destacar também a ausência de uma Sociedade Civil com atuação intensa nesse contexto.

Assim, as questões ambientais e sociais intensificam os riscos aos quais a sociedade está exposta, principalmente quando as inter-relações entre as macroestruturas levam a supressões nas demais. Para ilustrar essa condição de risco da sociedade, o Fórum Econômico Mundial (FEM) apresentou, no seu relatório anual de 2014, um mapeamento sobre os riscos mundiais, classificando-os conforme a intensidade dos impactos e a probabilidade de ocorrência, de modo a apresentar um cenário sobre os riscos globais, conforme exposto na Figura 07.

Figura 07 – Cenário dos Riscos Globais 2014.



Fonte: World Economic Forum (2014, p. 16).

Ressalta-se, nesse relatório, que as crises financeiras estão inter-relacionadas com os riscos provenientes da disparidade econômica que reforça o desemprego e o subemprego; problemas que subvertem as condições de sobrevivência das pessoas. Paralelamente, para superar essas crises financeiras,

recorre-se ao estímulo do Mercado, incentivando-se o consumo e a produção em escalas cada vez maiores, o que leva à intensificação da exploração da natureza e ao aumento da poluição, fatores esses que contribuem para os riscos de crises hídricas e mudanças climáticas (WORLD ECONOMIC FORUM, 2014). A conjunção dos riscos evidencia a interdependência entre as macroestruturas da sociedade e também em relação à natureza, assumindo que os riscos provenientes de qualquer uma impacta as demais, de tal forma que, possíveis soluções requerem o envolvimento de todas as esferas atuando conjuntamente. Esse contexto leva ao entendimento do que Beck (2010b) e Giddens (1991) definem como “Sociedade de Risco”, a qual é caracterizada pelas transformações ambientais e sociais decorrentes da transformação das práticas sociais que elevam a condição de risco na sociedade, onde a própria ação das pessoas torna-se prerrogativa para superar essa condição.

Para Beck (2010b), no passado a sociedade enfrentou perigos advindos do seu exterior, porém contemporaneamente “a sociedade se vê, ao lidar com riscos, **confrontada consigo mesma**” (BECK, 2010b, p. 275, ênfase do autor).

Riscos são um produto histórico, a imagem especular de ações e omissões humanas, expressão de forças produtivas altamente desenvolvidas. Nessa medida, com a sociedade de risco, a autogeração das condições sociais de vida torna-se problema [...]. Se os riscos chegam a inquietar as pessoas, a origem dos perigos já não se encontrará mais no exterior, no exótico, no inumano, e sim na historicamente adquirida capacidade das pessoas para a autotransformação, para a autoconfiguração e para a autodestruição das condições de reprodução de toda a vida neste planeta (BECK, 2010b, p. 275).

Giddens (1991) complementa a leitura de Beck (2010b) ao se preocupar com o uso indiscriminado da racionalidade científica pelas práticas industriais, os quais resultaram em danos ambientais. A retomada da consciência sobre o esse lado sombrio da modernidade evidencia a presença do risco socialmente construído, sendo que essa condição permite ao autor questionar os valores da modernidade.

Essa preocupação em relação aos riscos globais surge na década de 70, quando emergem questões sobre os impactos provocados pela expansão econômica (VOS, 2007). Nesse período, os problemas ambientais se tornaram tão evidentes que levaram a questionamentos sobre a capacidade do meio ambiente suportar a expansão econômica das nações (REDCLIFT, 2005). Por fim, essas questões acabaram incorporadas às agendas políticas devido a sua importância para o futuro da sociedade (MEBRATU, 1998).

Com o reconhecimento político da gravidade das questões, uma série de conferências foram realizadas, tendo-se como pauta os problemas ambientais. Uma dessas foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, na qual reconheceram-se a necessidade de um gerenciamento ambiental e a importância do uso de ferramentas para mensuração e avaliação da crise, enfatizando-se claramente o papel das estratégias nesse contexto (MEBRATU, 1998). Esses resultados foram criticados por restringirem as preocupações somente aos recursos vivos, especialmente a manutenção da diversidade genética, do habitat e dos processos ecológicos, evitando temas controversos, como a influência da ordem político-econômica internacional e os relacionados aos limites do crescimento populacional (BARONI, 1992).

Essa conferência também marcou o encontro de países desenvolvidos e em desenvolvimento para discutirem essas problemáticas, evidenciando-se nela posicionamentos distintos quanto à preservação ambiental. Os países desenvolvidos estabeleceram uma relação entre os problemas ambientais e a qualidade de vida das pessoas, defendendo a preservação ambiental, enquanto que os países em desenvolvimento estavam mais preocupados com os obstáculos que a preservação ambiental traria ao crescimento econômico, todavia, suas alegações tendiam a evidenciar que a causa de seus problemas ambientais era a desigualdade social que assolava esses países (NASCIMENTO, 2012).

Apesar dos avanços obtidos com essa conferência, a existência de distintos discursos em relação à preservação ambiental e às limitações da abordagem estratégica na resolução dos problemas, levam à realização de uma nova conferência em 1987, na qual a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) emitiu seu relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, esclarecendo que o desenvolvimento sustentável é aquele que “atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 9). Mebratu (1998) destaca que houve grande avanço nas discussões, mas que o foco sobre os problemas havia mudado, ampliando-se das questões ambientais para outras como a pobreza e o subdesenvolvimento, o que indica que as alegações dos países em desenvolvimento haviam sido incorporadas à agenda. Por outro lado, Redclift (2005) adverte que a realização de ações, na década de 70, buscando superar

a escassez de recursos, pode ter contribuído para a formação de uma nova geração de problemas ambientais. Em suma, é a partir dessa conferência que os problemas socioeconômicos são incorporados aos ambientais impondo-se a necessidade de repensar o desenvolvimento das nações para que este seja sustentável. Quanto a isso, o relatório de Brundtland reforça a tese de que é necessário um desenvolvimento ainda mais intenso, principalmente nos países em desenvolvimento, para superar todos esses problemas.

A combinação da crescente crença neste novo viés para o desenvolvimento e na flexibilidade do conceito desenvolvido por Brundtland colaborou para sua adoção pelos governos mundiais e agências regulamentadoras, as quais passaram a orientar o estabelecimento de normas e regulações para o desenvolvimento sustentável (MEBRATU, 1998). Apesar disso, Robinson (2004) destaca três aspectos que fundamentam as críticas que este conceito provocou, as quais são:

- a) a sua imprecisão na definição, que abre espaço para o surgimento de distintas interpretações que necessariamente não se complementam;
- b) o rótulo de desenvolvimento sustentável, que carrega a dificuldade explícita de mensurar as atividades específicas, no intuito de saber se estas estão ou não contribuindo para esse desenvolvimento;
- c) o estabelecimento de um paradoxo entre a proposta de aumento da produção industrial e inovação tecnológica e o quadro de escassez de recursos e limites ambientais que bloqueiam as possibilidades de crescimento.

Redclift (2005), não apenas concorda com os pontos levantados por Robinson (2004), como também destaca outros dois que colaboram para evidenciar a fragilidade do conceito de Brundtland:

- e) as dificuldades existentes na tentativa de converter o conceito em ações práticas;
- f) a forma como o conceito permite a criação de um espaço para as manobras políticas, pode fazer que os agentes interessados no desenvolvimento sustentável construam seu conceito e estabeleçam suas práticas conforme sua necessidade.

Em outras palavras, a conferência de 1987 reforça a importância da dimensão econômica para superar as crises globais, sendo esta estratégia totalmente legitimada pela dimensão política. Por outro lado, reconhece-se que essas dimensões reforçam a estrutura hierárquica de poder e o acúmulo de riquezas, as quais são fontes geradoras de problemas ambientais e sociais (CASTELLS, 2002; HELD; MCGREW, 2003). Assim, a ambiguidade inerente ao conceito permitiu que governos se tornassem favoráveis a essa nova agenda, sem que necessitassem de qualquer alteração profunda nos projetos de desenvolvimento das nações, entendidos limitadamente como expansão econômica (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Esses problemas relacionados aos conceitos continuaram a alimentar as discussões, as quais passaram a questionar as contribuições das organizações tanto para o surgimento dos problemas, quanto para oferecer possíveis soluções, o que as levou a ocupar um lugar de destaque nos debates envolvendo o desenvolvimento sustentável. Com a necessidade das empresas darem respostas a esses problemas, o conceito de Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991) logo se apresentou insuficiente para essa nova realidade e, nesse sentido, Elkington (1994) refinou o conceito de Brundtland, desenvolvendo uma abordagem chamada *Triple Bottom Line*, a qual apresenta o desenvolvimento sustentável como a composição de três pilares que devem ser atendidos simultaneamente: o ambiental, o econômico e o social (BARKEMEYER et al., 2014).

Essa nova perspectiva reforça que o crescimento econômico pode ocorrer paralelamente às melhorias das condições sociais e à preservação ambiental, refletindo os resultados das ações em relatórios, indicadores, inovação, tecnologia e governança corporativa (ELKINGTON, 1994). Para Hopwood; Mellor e O'Brien (2005), essa abordagem está baseada na mesma justificativa proposta pelo relatório de Brundtland, que reforça a tese segundo a qual é necessário um crescimento econômico intenso para superar tanto os problemas sociais quanto os ambientais, sendo que na literatura convencionou-se chamar esses ideais de crescimento sustentável (ELKINGTON, 1994). Percebe-se que essa abordagem está intrinsecamente relacionada a ideia contemporânea de progresso da sociedade, entendida como desenvolvimento econômico.

Outro ponto observado, com base no histórico sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, é novamente a combinação entre o Estado e o Mercado

para a definição dos rumos da sociedade, como ocorreu no passado quando as orientações políticas e econômicas se sobrepunham à participação da Sociedade Civil. Assim, a sustentabilidade surge como um marco para a rediscussão da sociedade, pautado nas pessoas e nas suas relações sociais, permitindo reforçar a importância das contribuições da Sociedade Civil na definição do futuro da sociedade.

Aceita a premissa de que a sociedade é composta pelas inter-relações entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil, busca-se evidenciar como elas podem reduzir os riscos que ameaçam a sociedade, em outras palavras, como as inter-relações entre as macroestruturas agem no sentido de contribuir para que a sociedade se torne sustentável. Primeiro é necessário repensar a ideia contemporânea de progresso vinculada ao desenvolvimento econômico, principalmente porque um dos requisitos para uma sociedade sustentável é que as macroestruturas atuem em conjunto, pautadas pelas inter-relações que estabelecem dinamicamente seus espaços de atuação e transformação. Assim, buscam-se as contribuições de cada esfera no âmbito da sustentabilidade, discutindo-se posteriormente como elas podem complementar-se para reorientar a sociedade.

Para repensar a ideia contemporânea de progresso, recorre-se às proposições apresentadas por Nisbet (1985), as quais evidenciam um processo constituído e concretizado pelas pessoas e orientado pelo envolvimento de seus conhecimentos, valores, crenças e experiências. Portanto, uma sociedade sustentável surge dinamicamente das práticas e dos significados negociados que emergem do engajamento humano, constituindo modos de vida capazes de fazer que os aspectos naturais e sociais floresçam duradouramente (JAMES, 2015)

Antes de observar cada macroestrutura no contexto da sustentabilidade, ressalta-se que o tratamento isolado delas não visa desconstruir a proposta interacionista da sociedade em inter-relações, conforme visto no capítulo 2, visa sim esclarecer que este formato serve apenas como uma melhor apresentação teórica.

3.1 O ESTADO PRESSIONADO PELA SUSTENTABILIDADE

Os riscos globais serviram de alerta para a comunidade internacional e levaram-na a elaborar o conceito de desenvolvimento sustentável o qual engloba não apenas as questões ecológicas e sociais, mas também as econômicas. Essa

integração para Dovers (1996), acabou criando demandas sem precedentes para o Estado, cuja percepção é reforçada por Beck (2010a), conforme o qual os riscos produzidos pela sociedade não somente expõem os graves problemas que afetam as pessoas, mas também a profunda crise das instituições políticas.

Nesse contexto, Dovers (1996) estuda esses problemas, categorizando-os conforme sua amplitude e impacto na sociedade, com o objetivo de estabelecer uma relação entre a dificuldade de resolução e o nível de atuação política exigida. Assim, surgiram três categorias definidas pelo autor:

- a) **microproblemas:** aqueles que surgem no dia-a-dia e afetam a política; são de baixa complexidade e por isso não requerem grande quantidade de recursos ou o desenvolvimento de novas tecnologias ou processos políticos para serem resolvidos;
- b) **mesoproblemas:** considerados mais graves que os anteriores e se destacam nas agendas políticas dos países, mas não colocam em risco o padrão de produção e consumo ou o sistema político da sociedade. Geralmente é um problema que afeta um país e não apenas uma região, portanto, sua resolução beneficia vários microproblemas;
- c) **macroproblemas:** aqueles considerados multifacetados, complexos e sobre os quais há muitas incertezas que ameaçam a reprodução da vida no planeta. Estes encontram-se fora do alcance dos sistemas políticos existentes e suas causas estão geralmente relacionadas com os padrões de produção e consumo de uma sociedade.

Desse estudo do autor, duas percepções podem ser evidenciadas: a primeira é que, ao considerarem-se esses problemas, as categorias encontram-se relacionadas umas com as outras, assim, ao resolverem um problema, os governantes devem considerar os seus impactos sobre outros níveis; a outra é que o Estado, atuando individualmente, consegue resolver no máximo os mesoproblemas, porém isso não diminui sua importância, devido ao fato que essa macroestrutura ocupa uma posição privilegiada no acesso a problemas e, além disso, possui a capacidade de criar novos mecanismos políticos no nível macro, quando se articula com outros atores e, tal fato, efetiva uma “meta-política” capaz de lhe garantir o acesso aos

macroproblemas. Entretanto, o próprio autor afirma que há um descontentamento das pessoas quanto a força e intensidade das resoluções promovidas pelo Estado.

Em uma outra perspectiva, Beck (2010a), afirma que a dimensão política contemporânea está arquitetada sobre os riscos da sociedade, os quais só tornam-se perceptíveis as pessoas, quando veiculados na mídia, o que significa que “é somente através de imagens e símbolos culturalmente significantes e publicamente encenados, que o nosso cotidiano pode tornar-se ‘atento’ aos perigos imperceptíveis” (BECK, 2010a, p. 231). De um lado, a mídia surge como um dos principais meios para se denunciar os riscos, conscientizando as pessoas sobre eles. Por outro lado, ela pode ser influenciada ou censurada, de modo que, nem todos os riscos sejam evidenciados para as pessoas.

Dessa forma, nem todos os riscos são visíveis para as pessoas e os evidenciados ainda podem ser negligenciados, principalmente por aquelas mais afetadas por eles, em outras palavras, aquelas que utilizam do artifício da negação do risco para continuar a viver e conviver nesses contextos, sem que sua vida entre em colapso. Em suma, a relação que há entre a percepção do risco e a sobrevivência coloca em xeque a promessa de “segurança” que a vida em sociedade oferece, e esse fato implica diretamente na deterioração da credibilidade do Estado. Porém, o risco não impõe perdas a todos; pelo contrário, o Mercado obtém ganhos com a oferta e venda de segurança. Para Beck (2010a, 2010b), todo esse processo de mercantilização do risco é legitimado pelo Estado.

Essas distintas percepções da atuação do Estado, aliadas com seu desmantelamento, como discutido no capítulo 2, evidenciam, para Frey (2001), a incapacidade do sistema político em promover o desenvolvimento sustentável globalmente e muito menos em um nível local. Essa percepção está alinhada com a de Rattner (1999), que atribui essa incapacidade do Estado a sua contínua instabilidade e à falta de governabilidade comuns na sociedade contemporânea.

Por conseguinte, evidenciaram-se tanto a importância do Estado na promoção da sustentabilidade, quanto suas dificuldades. De um lado, ele tem o poder de normatizar e regular também as outras macroestruturas e, além disso, conta com a possibilidade de se articular em rede, o que amplia essa capacidade para além das fronteiras das nações. Por outro lado, seu constante desmantelamento, sua perda de credibilidade e a diminuição da capacidade de mediar as interações entre as outras esferas, contribuem para seu enfraquecimento, levando-o a essa posição de

“cumplice” do Mercado. Nesse contexto, as organizações dedicadas as atividades do Mercado passam a ser reconhecidas como atores com maior potencial para enfrentar os problemas ambientais e sociais que afetam a sustentabilidade da sociedade (BARKEMEYER et al., 2014; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

3.2 O MERCADO PARCIALMENTE INSTRUMENTALIZANDO A SUSTENTABILIDADE

As questões apontadas no relatório de Brundtland em 1987 (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991) têm relação direta com a intensificação da industrialização, geradora de consequências, tais como quando há um incremento do consumo de matérias-primas, também há uma crescente geração de poluição e exploração de pessoas (HART; MILSTEIN, 2004). Assim as organizações passaram a ocupar o centro do debate sobre o desenvolvimento sustentável, passando a buscar respostas para suas questões a partir da pressão exercida pelos *stakeholders*.

O próprio conceito de Brundtland sugeriu uma resposta para as organizações ao afirmar que o caminho para a sustentabilidade passava pela possibilidade de haver crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social e à preservação ambiental (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991; ELKINGTON, 1994). Além disso, o relatório também sugere que as organizações atuantes no Mercado construam estratégias e negócios que não objetivem apenas o sucesso econômico, mas também o desenvolvimento social e a proteção ambiental, conforme propõem Hart e Milstein (2004, p. 66), ao afirmarem que uma “empresa sustentável é aquela que contribui para o desenvolvimento sustentável ao gerar, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais – conhecidos como os três pilares do desenvolvimento sustentável”. Essa definição dos autores evidencia que o refinamento feito por Elkington (1994) ao conceito de Brundtland, serviu realmente aos interesses das organizações, tornando-o mais praticável. Portanto, pode-se considerar que as contribuições do Mercado são direcionadas para a consecução de dois objetivos:

- a) integração dos três pilares, pois além de ser impossível gerenciá-los independentemente, esse avanço eliminaria a possibilidade de priorizar um deles em detrimento dos demais (HACKING; GUTHRIE, 2008);

- b) criação de modelos eficientes de avaliação de impactos, que materializem as contribuições advindas dessa gestão integrada para o desenvolvimento sustentável (HACKING; GUTHRIE, 2008).

Esses objetivos instigam a refletir sobre a possibilidade de integração das esferas, as quais, podem atuar conjuntamente, permitindo vislumbrar as consequências das ações de cada esfera. Assim, quanto mais elas se tornam conscientes das diversas ações que podem realizar para o estabelecimento de uma sociedade sustentável, mais elas se tornam integradas. Apesar disso, Hacking e Guthrie (2008) criticam o termo “integrado”, o qual é geralmente confundido com a ampliação da cobertura dos modelos de avaliação. Esse equívoco, por exemplo, permite que o Mercado materialize “resultados” visíveis mais rapidamente que a Sociedade Civil e o Estado. Robinson (2004) e Redclift (2005) destacam que essa capacidade de conversão rápida atraiu a esfera política, a qual também passou a utilizar o modelo proposto por Elkington (1994).

Boström (2012), refere ainda que, no *Triple Bottom Line*, há uma crença implícita segundo a qual cada um dos pilares (ambiental, econômico e social) é integrável aos demais e assim podem apoiar-se mutuamente. Esse entendimento para o autor é equivocado, pois o aspecto social tem sido negligenciado há muito tempo, mesmo antes das discussões que culminaram no desenvolvimento sustentável. Um fato que comprova esse cenário está no relatório do World Economic Forum (2014), o qual estabelece a desigualdade social como um dos principais riscos para a sociedade, em um contexto onde as empresas se dizem sustentáveis. Além disso, mesmo quando as políticas sociais suavizam essas demandas, é importante considerar que elas se encontram enraizadas em uma sociedade marcada pelo produtivismo, consumismo e necessidade de crescimento econômico (BOSTRÖM, 2012).

Apesar disso, as empresas surgem como os principais atores capazes de realizar grandes transformações na sociedade, especialmente as requeridas pela sustentabilidade, devido ao seu poder (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005); porém, como utilizam uma abordagem considerada tecnicista para lidar com essas questões, acabam procedendo a uma transformação limitada, que mais parece contribuir com a manutenção do *status quo*. Tal fato é justificável, uma vez que essa abordagem pode ser perfeitamente integrada aos atuais sistemas de gestão das organizações sem a necessidade de grandes mudanças (BARKEMEYER et al., 2014).

Nessas condições, o processo converte-se em uma fonte produtora de riscos e desigualdades, por permitir que sejam efetivados avanços em apenas um dos pilares, o que acarreta problemas aos demais: um avanço apenas no desenvolvimento econômico implica no aumento das desigualdades sociais (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Portanto, fica evidente que sustentabilidade é um conceito complexo significando algo que não pode ser realizado somente por um ator. Neste caso, as organizações (HART; MILSTEIN, 2004), não são capazes de resolver todos os problemas com uma única ação e isso reforça o entendimento de que a atuação das macroestruturas da sociedade deve ser conjunta. Assim, apesar do potencial do Mercado, muitas mudanças de valores e de pensamentos, são necessários para que essas estratégias possam dar conta da complexidade dos problemas ambientais, sociais e econômicos. Assim, o envolvimento da Sociedade Civil nesse contexto, pode contribuir para a rediscussão e reflexão de alternativas mais propensas a uma sociedade sustentável.

3.3 A SOCIEDADE CIVIL INSTIGANDO O PENSAR PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

A tarefa de definir a Sociedade Civil é difícil, tanto que Barber (1995) e Cohen (2003) entendem que essa macroestrutura é muitas vezes definida em função das outras, em outras palavras, a Sociedade Civil é tudo o que não está incluso nas demais. Apesar desse entendimento, Scherer-Warren (2006, p. 110) rompe com esse pensamento ao afirmar que a Sociedade Civil pode ser definida como um “campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade dos segmentos sociais que compõem a sociedade”. Assim, são inúmeras as possibilidades de manifestações populares que podem emergir da Sociedade Civil, evidenciando a dificuldade que os pensadores têm de propor uma definição que consiga abarcar toda essa diversidade. Além disso, estes podem ser considerados indícios da sua natureza fragmentada e permeada de conflitos.

Assim quando se enfoca a sustentabilidade, percebe-se o abismo que separa a ideia de buscar uma sustentabilidade global e homogênea a partir de uma sociedade marcada pela diversidade. Dovers e Handmer (1992) destacam que a ênfase no nível global influenciou o pensar sobre uma única sustentabilidade para todos, porém, ainda que se desconsiderassem as distinções geográficas, ecológicas,

sociais, políticas e econômicas, será necessária a existência de muitas e diferentes sociedades sustentáveis. Um sério indício de que as discussões, definições e os objetivos devem envolver também as contribuições oriundas das relações sociais no processo de refletir sobre a sociedade e a sustentabilidade.

Nesse contexto em que crises e riscos se avolumam e nem o Estado, nem o Mercado conseguem dar respostas satisfatórias é que a Sociedade Civil ganha a atenção dos estudiosos, surgindo como uma alternativa para enfrentar problemas cada vez mais intratáveis. Por isso, a Sociedade Civil tornou-se peça-chave das discussões de autores como Lélé (1991), Rattner (1977, 1991, 1999), Robinson (2004) e James (2015), principalmente nas discussões relativas à sustentabilidade.

Rattner (1977) destaca que é necessário olhar para a história da humanidade e perceber como sua construção é um processo aberto, no qual as manifestações concretas de sociedade dependem da visão, vontade e ações conscientes dos homens, principalmente quando organizados. Com isso, o autor destaca que, tanto os problemas que afligem a humanidade, quanto as soluções, encontram-se imersos na sociedade, ou seja, ambos advêm das pessoas, as quais dependem basicamente de conscientização e ação organizada (RATTNER, 1977). A sociedade é o processo que vem e vai sendo e é determinado pelas pessoas, o que enfatiza a ideia interacional da sociedade, ou seja, não é possível construir um processo sustentável excluindo-se partes que são fundamentais para a sociedade. Portanto, a sustentabilidade deve ser compreendida como uma base orientadora para as pessoas dentro do processo de transformação contínuo e não um objetivo final, contrariando a ideia proposta por Dovers (1996).

Por sua vez, Lélé (1991) observa que a necessidade de atender simultaneamente os objetivos sociais e ambientais integráveis, leva a um equívoco, pois cada um deles têm dinâmicas temporais distintas; em outras palavras, o fato das demandas sociais estarem inseridas no contexto social confere as necessidades das pessoas um caráter de urgência distinto do das questões ambientais, em que as soluções variam num espaço temporal muito maior. Assim, a ideia de integração das dimensões social, ambiental e econômica torna-se mais complexa do que sugere o modelo de Elkington (1994). Apesar disso, Lélé (1991) entende que a força do conceito está nessa tentativa de gerar um consenso entre as pessoas, grupos e nações, quando são convidadas a pensar sobre questões tão desafiadoras.

Nesse ponto Robinson (2004) critica a ideia do conceito de Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991), por sugerir a integração das questões ambientais e sociais, algo complexo de ser feito, segundo Lelé (1991). Além disso, o conceito de Brundtland sugere que todas essas questões podem ser resolvidas intensificando-se o desenvolvimento econômico. Baseados nessas afirmações, Robinson (2004), entende que o termo “sustentabilidade”, ao invés de “desenvolvimento sustentável”, parece refletir melhor essa condição da humanidade que necessita repensar a própria vida, para que consiga se sustentar no futuro em meio a um contexto de restrições.

O autor ainda aponta que a sustentabilidade não deve ser entendida como apenas um conceito abstrato e distante, pois é necessário agir. O próprio conceito requer a prática geradora de formas de aprendizagem e mudança social, as quais permitem que a sustentabilidade possa ser abordada dentro de diversos contextos socioeconômicos, políticos e ambientais. Portanto, a sustentabilidade é inevitavelmente um processo experimental, experiencial, prático e dialógico (ROBINSON, 2004).

Com isso sugere-se uma perspectiva da sustentabilidade distinta das apresentadas em tópicos anteriores e que tenha como foco algo além dos resultados estratégicos, técnicos e científicos; contando, ademais com as experiências e práticas das pessoas. Assim, a sustentabilidade é uma questão coletiva que habilita as pessoas a discutirem sobre a possibilidade de ter o futuro que desejam, ainda que dentro de um contexto de contingências e profundas incertezas (ROBINSON, 2004).

Sustentabilidade, nesta perspectiva, não é um conjunto de futuras condições da sociedade que nos permite realizar os três imperativos [Elkington]. Nem mesmo é um processo de movimento para uma perspectiva predeterminada ou a implicação disto [Brundtland]. A sustentabilidade é uma propriedade que emerge da conversação sobre que tipo de mundo que nós queremos coletivamente viver agora e no futuro (ROBINSON, 2004, p. 382).

Alinhado com esses entendimentos, James (2015) sugere que o desenvolvimento deve ser compreendido como transformação social em sentido amplo, a qual pode apresentar, intencionalmente ou não, resultados bons ou ruins, mas que em última instância, leva a alterações no padrão de convivência das pessoas: nem todo desenvolvimento bom é necessariamente sustentável. Assim, o autor define como sustentabilidade “as práticas e os significados que emergem do engajamento humano e contribuem para que os diversos modos de vida projetem continuamente o florescimento, a vitalidade, a resiliência e a adaptação tanto do social quando do

natural” (JAMES, 2015, p. 23), instigando a pensar uma sociedade sustentável orientada e seguindo essa perspectiva.

Assim, para uma sociedade ser sustentável é necessário um processo contínuo de mudanças sociais que visem negociação e transformação contínua das práticas e significados nas dimensões sociais. Nessa reflexão, o autor sugere uma mudança quanto ao entendimento das dimensões, destacando primeiramente a social e as que são dependentes dessa, pois as dimensões econômica, ambiental, cultural e ecológica não existiriam sem a social.

A ecologia é definida como a dimensão social que enfatiza as práticas, discursos e expressões materiais que ocorrem na intersecção entre os ambientes sociais e natural. A economia é a dimensão social que enfatiza as práticas, discursos e expressões materiais associadas com a produção, uso e gerenciamento de recursos. A política é a dimensão que enfatiza as práticas e os significados associados com as questões básicas de poder social que dizem respeito à organização, autorização, regulamentação e legitimação da vida social coletiva. Por fim a dimensão cultural enfatiza as práticas, discursos e expressões materiais, nas quais, ao longo do tempo, expressam as continuidades e descontinuidades dos significados sociais da vida coletiva (JAMES, 2015, p. 52-53).

O autor defende que essas dimensões são mutualmente constitutivas umas das outras, além de contemplarem os aspectos objetivos e subjetivos (JAMES, 2015). Assim, a perspectiva proposta pelo autor amplia o olhar sobre sustentabilidade ao propor entendimentos: primeiro, as práticas, os discursos e as expressões materiais que constituem cada uma das dimensões propostas pelo autor (econômica, ecológica, política e cultural), emergem não apenas da dimensão social, mas enfatizam além disso a presença do coletivo que, nesse caso, é representado pela sociedade. Segundo, a sustentabilidade é processo sem um final pré-determinado, tornando-se um novo princípio orientador para o desenvolvimento da sociedade ao invés de estado final que ela precisa alcançar. Por fim, a capacidade que aflora das interações desse coletivo contribui para a construção de uma sociedade sustentável.

Portanto, a sustentabilidade que se manifesta na Sociedade Civil não pode ser resumida em um único conceito capaz de abranger todas as dimensões, culturas e diversidades que ali habitam; pelo contrário, vislumbrando-se a sustentabilidade como um processo (ROBINSON, 2004), vê-se abrir a possibilidade de construções sociais distintas e emergentes de vários contextos, dificilmente coesos e ausentes de conflitos. Assim, as ideias expostas vão de encontro com a afirmação de Dovers e Handmer (1992), sobre a existência de várias sustentabilidades e não de

apenas uma, as quais podem ser permeadas por diversos interesses, visto que a Sociedade Civil é caracterizada pela fragmentação e diversificação.

Captado esse entendimento de sustentabilidade é possível admitir que ela requer pessoas em interação e agindo para a construção do futuro que desejam, ou seja, pessoas articuladas e atuando coletivamente, sendo esse o ponto crucial para Fukuyama (1999) e Beck (2010b), ao perceberem que a sociedade encontra-se tomada pela “cultura da individualidade”, a qual requisita o agir coletivo como forma de superação dessa condição.

3.4 A SOCIEDADE SUSTENTÁVEL REQUISITANDO O AGIR COLETIVO

A invasão da esfera econômica sobre as demais acabou provocando o que Fukuyama (1999), Bauman (2009) e Beck (2010b), definiram como a “cultura da individualização”. Para o primeiro autor, ela é caracterizada pelo crescimento desmedido do individualismo, que dissocia as pessoas por suas relações egoístas e irresponsáveis. Já para Bauman (2009), ela representa a diminuição intensa do processo reflexivo das pessoas, levando-as a não mais perceberem os efeitos e consequências das suas ações e interações. Por fim, Beck (2010b) sustenta que ela é um processo no qual as pessoas se propõem a desenvolver uma biografia própria, desprendendo-se das determinações coletivas institucionais e isso implica que as pessoas passem a sofrer diretamente os riscos.

O fato das pessoas cultuarem cada vez mais o individualismo, leva a efeitos como: o desmantelamento das comunidades e conseqüentemente da sociedade (FUKUYAMA, 1999); o aumento das ações irresponsáveis e interesseiras (BAUMAN, 2009) e se exporem cada vez mais aos riscos (BECK, 2010b). Assim, as estruturas coletivas que promovem valores e crenças deixam de ser espaços de interação e atuação social e com isso inviabiliza-se aquele que pode ser entendido como o lócus da materialização da sustentabilidade (JAMES, 2015).

Somam-se a esse efeito da individualização outros mais coletivos como o agravamento das desigualdades, o estabelecimento de polarizações e a intensificação da pobreza e miséria, gerando essa soma que Hodge (2013), percebeu como o agravamento das diferenças e disparidade entre as pessoas. Apesar desse cenário nefasto, Fukuyama (1999), chama a atenção para a importância da conscientização das pessoas a respeito desse processo, afirmando já terem

percebido que há sérios problemas em razão da cultura do individualismo, pois a quebra sucessiva de regras torna-se a única regra e, em consequência dessa forma de agir, deterioram-se os valores morais e as regras sociais que são pré-condições para qualquer tipo de cooperação. Como não conseguem mais reconhecer os efeitos e consequências de suas interações, as pessoas buscam o isolamento social e as ações de curto prazo, as quais garantem rápido resultado, tornando esse o princípio orientador da sua vida (BAUMAN, 2009). Além disso, o autor ainda destaca “o outro lado da individualização parece ser a corrosão e a lenta desintegração da cidadania” (BAUMAN, 2009, p. 67).

Em seu isolamento, as pessoas não reconhecem mais o outro como sujeito necessário para a construção da realidade, deixando de fazer o que realmente importa para se dedicarem a ações de poucas ou nenhuma importância (BAUMAN, 2009). Para superar esse cenário, Grossberg (1992) sugere como necessário o processo de articulação, entendido como:

A construção de um conjunto de relações a partir do outro; que frequentemente envolve a desvinculação e desarticulação de conexões para novamente se rearticularem de outra forma. A articulação é a luta contínua para se reposicionar práticas dentro de um campo de forças mutável, permitindo redefinir as possibilidades da vida ao reconstituir o campo de relações, dentro do qual a prática está localizada. (GROSSBERG, 1992, p. 54).

Nesse sentido, a articulação representa a dinâmica dos processos interacionais entre as pessoas em um contexto, que vincula prática e significado compartilhados de uma forma inteligível para as outras pessoas daquele contexto. Além disso, conforme Bauman (2009), esse fluxo de interação contextualizado é um processo no qual todos os sujeitos, conscientes ou não, encontram-se engendrados de uma forma que, caso tal não fosse, nenhuma experiência poderia ser transformada na história.

Por conseguinte, o processo de articulação está intrínseco à própria prática social dos sujeitos e se manifesta mais contundentemente nas lutas sociais, nas quais “pessoas cada vez mais individualizadas se encontram e lutam coletivamente para impor sentido e objetivo em suas vidas” (BAUMAN, 2009, p. 21): as próprias contradições da individualização levam as pessoas a se articularem e agirem coletivamente, habilitando-as para se comunicarem e coordenarem suas ações (FUKUYAMA, 1999).

Focando-se nas lutas sociais, percebe-se que elas sempre fizeram parte da própria constituição das sociedades, principalmente ao se oporem aos abusos das dimensões política e econômica (GOHN, 2001) e, mais recentemente, ao se engajarem em ações “pela sustentabilidade e não mais apenas pelo autodesenvolvimento” (GOHN, 2011, p. 336). Essa constante atuação dos movimentos contribui para que a Sociedade Civil seja valorizada. Por outro lado, esses movimentos têm-se articulado em rede, perpassando todas as esferas e realizando ações com base na solidariedade (GOHN, 2011).

Esse fato leva ao que Scherer-Warren (2006, p. 110) afirma ser a relação entre os movimentos sociais em rede e a Sociedade Civil e isso mostra que ela representa os vários níveis dos interesses e valores dos cidadãos que “se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas”.

Portanto, os movimentos sociais têm um papel fundamental na sustentabilidade, principalmente aquela que se inspira na diversidade e fragmentação da Sociedade Civil. Esses movimentos consolidam o processo de articulação (GROSSBERG, 1992) e de ação coletiva que imprimem uma força contrária à “cultura de individualização” (BAUMAN, 2009; BECK, 2010b; FUKUYAMA, 1999), o que, em última instância, ativa o espaço para que a sustentabilidade seja construída socialmente em um processo interacional permeado por conflitos e interesses, o qual busca determinar em qual sociedade as pessoas desejam viver hoje e amanhã.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS: OS FORMADORES COLETIVOS DA SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE

A história da sociedade é marcada pela participação de movimentos sociais, que surgem nos mais variados contextos, para se contrapor às injustiças praticadas nos vários âmbitos da vida (ALEXANDER, 2006). Por sua vez, Scherer-Warren (1996), afirma que os movimentos sociais atuam no interior da sociedade, lutando pela orientação dos modelos de desenvolvimento, de conhecimento e pela reorientação da cultura. Assim, esses fatos evidenciam que apesar de não compreender a sociedade como um todo, os movimentos sociais acabam tornando a Sociedade Civil presente e atuante no contexto das inter-relações entre as macroestruturas.

Em especial na década de 90, paralelamente à consolidação do debate sobre o desenvolvimento sustentável, novos temas e novos enfoques analíticos afluíram nas pesquisas sobre os movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1996), os quais revitalizaram sua importância para a sociedade. Nesse mesmo período, os movimentos sociais e suas demandas se multiplicaram, levando ao desenvolvimento de novas formas organizacionais, além da ampliação do seu repertório de ações. O contexto de atuação se fragmentou tanto que alguns desses movimentos passaram a questionar a própria Sociedade Civil, enfocando ações que visavam conscientizar as pessoas da necessidade de estabelecer hábitos e valores que contribuíssem para a solidariedade (GOHN, 2001).

Diante dessa fragmentação e diversificação dos movimentos sociais, Snow, Soule e Kriesi (2004) procuraram revisar as abordagens existentes sobre os movimentos sociais na tentativa de articular uma que fosse mais sintética e generalista. Assim, os autores concluíram que as definições geralmente variavam dentro dos seguintes aspectos: se a ação é coletiva ou conjunta; se a mudança é orientada para metas ou reivindicações; se há alguma ação coletiva extra ou não institucional; se há algum nível de organização e se há algum nível de continuidade temporal. Com esse entendimento, eles buscaram relacionar todos esses aspectos para fornecer uma definição mais sintética e completa.

Movimentos sociais podem ser pensados como coletividades agindo com um certo nível de organização e continuidade temporal, fora dos canais institucionais ou organizacionais com o propósito de desafiar ou defender a autoridade existente, sendo que essa pode ser baseada institucionalmente

ou culturalmente nos grupos, organizações, sociedade, cultura ou ordem mundial da qual fazem parte (SNOW; SOULE; KRIESI, 2004, p. 11).

Essa definição de movimentos sociais se alinha com os princípios de fragmentação e diversificação da Sociedade Civil, indicando que eles estão intrincados de tal modo que ambos se tornam simultaneamente meios e fins para as transformações.

Os movimentos sociais são uma das principais formas sociais através das quais as coletividades dão voz às suas queixas e preocupações em relação aos seus direitos, felicidade e prosperidade, bem-estar individual e coletivo, ao se envolverem em vários tipos de ação coletiva, como por exemplo, protestar nas ruas, permitindo a materialização de suas queixas e preocupações, demandando que algo seja feito por eles. Embora existam outros locais mais institucionalizados e menos visíveis publicamente, nos quais as coletividades também podem expressar suas queixas e preocupações, nas sociedades democráticas, este espaço de ação tem sido dos movimentos sociais, atuando como importante veículos para a articulação e pressão em favor dos interesses e reivindicações de uma coletividade (SNOW; SOULE; KRIESI, 2004, p. 3).

Apesar dessa visão contemporânea sobre os movimentos sociais, é importante ressaltar que já havia demandas sociais advindas da sociedade antes mesmo das discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, e que, após a consolidação desses termos, elas passaram a fazer parte de um conjunto mais amplo de demandas, juntamente com as questões econômicas e ambientais (ROBINSON, 2004).

Mesmo com a unificação dessas demandas sob a expressão “desenvolvimento sustentável” em 1987, o reconhecimento da importância dos movimentos sociais foi insignificante quando contraposto aos incentivos demandados ao desenvolvimento econômico. Entretanto, em 1992, na Conferência da Terra no Rio de Janeiro, esses movimentos tiveram sua importância reconhecida, principalmente pelas suas contribuições para a sustentabilidade (REDCLIFT, 2005). Para Gohn (2001), a mudança da orientação dos movimentos pode ter contribuído para esse reconhecimento, deixando de carregar a “pecha” de revolucionários e violentos, o que contribuiu para que o número de ONGs e parceiras com o poder público aumentassem significativamente, principalmente no âmbito local.

Esse fato pode ter dado início ao processo de reconhecimento do valor desses movimentos em vista das demandas que afetavam diretamente a população, como: a violência, a degradação ambiental, as desigualdades, a fome, a falta de educação, a corrupção, entre outros (GOHN, 2001). Ao mesmo tempo, esse reconhecimento abre espaço para que os cidadãos passem a questionar os atos de

seus governantes, utilizando-se referendos, tribunas populares e audiências públicas para isso (SCHERER-WARREN, 1996). Tal fato abre, para Rattner (1999), a possibilidade de se repensar o desenvolvimento a partir das pessoas, centrado no social.

As ONGs entendem a sustentabilidade como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado nas pessoas e que pode se tornar o fator mobilizador e motivador de esforços por parte da sociedade para transformar as instituições sociais, os padrões de comportamento e os valores dominantes (RATTNER, 1999, p. 233).

Ainda para o autor, qualquer iniciativa (ação, conscientização ou resolução de problema) depende do tipo de sociedade que as pessoas desejam, de como os diferentes modos de vida são estabelecidos e de como se constituem as condições fundamentais para a sobrevivência humana. Assim, tanto os movimentos sociais quanto a sustentabilidade, podem ser compreendidos a partir do sentido que as pessoas lhes atribuem. De modo análogo, essa premissa também serve para entender as dinâmicas da sociedade.

Para entender melhor as transformações que os movimentos sociais propõem à sociedade dentro do contexto da sustentabilidade, Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) sugerem uma tipologia que classifica as propostas de mudanças a partir da sua intensidade e da equidade que buscam promover. Com isso, os autores chegam a três vertentes distintas: o *status quo*, a reformista e a transformacionista.

No **status quo**, privilegia-se a manutenção da sociedade atual e, portanto, mudanças fundamentais não são necessárias; apenas pequenos ajustes já bastam. Na **reformista**, se reconhece que os problemas contemporâneos tendem a inviabilizar a sociedade no longo prazo, levando ao entendimento de que é necessário realizar algumas mudanças, principalmente na política, na economia e no estilo de vida das pessoas. Por fim, a **transformacionista** destaca que os problemas da sociedade são intrínsecos às estruturas econômicas e políticas, de tal modo que apenas a reforma não é suficiente para resolver o problema, pelo contrário, é necessária uma completa transformação da sociedade (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Soma-se a essa tipologia o trabalho de Aberle (1966) no campo dos movimentos sociais. O autor também propõe uma tipologia para classificá-los em relação a dois aspectos fundamentais: a amplitude da mudança (pontual ou total) e o foco da mudança (indivíduos específicos ou todos). Assim, a Quadro 01, procura sintetizar ambas contribuições e com isso avançar ao sugerir uma tipologia que

considere as mudanças, tanto no âmbito dos movimentos sociais, quanto na sustentabilidade.

Quadro 01 – Tipos de Movimentos Sociais na Sustentabilidade.

Movimentos Preventivos	Composto pela ideia de movimentos sociais alternativos (ABERLE, 1966), com a vertente do <i>status quo</i> (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005)
Movimentos Representativos	Composto pela ideia de movimentos sociais redentores (ABERLE, 1966), com a vertente reformista (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005)
Movimentos Reformativos	Composto pela ideia de movimentos sociais reformativos (ABERLE, 1966), com a vertente reformista (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005)
Movimentos Revolucionários	Composto pela ideia de movimentos sociais revolucionários (ABERLE, 1966), com a vertente transformacionista (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005)

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Aberle (1966) e Hopwood, Mellor e O'Brien (2005).

Essa classificação permite refletir sobre como cada movimento se constitui e produz ações e qual o nível de mudança que essas ações atingem na sociedade. Nesse contexto, a sustentabilidade é entendida como o processo orientador desses movimentos e ações, os quais atuam em níveis diferenciados de possíveis transformações na sociedade.

Os Movimentos Sociais Preventivos buscam pequenas mudanças em indivíduos ou grupos, geralmente do tipo comportamentais como os movimentos: Trânsito Amigo e o Celular Pode Esperar (não use celular junto com atividades que requerem sua atenção). Por sua vez, os Movimentos Sociais Reformativos, buscam maiores mudanças para determinados grupos de pessoas, como: Alcoólatras Anônimos e o Por Hoje Não (contra as drogas). Os Movimentos Sociais Representativos querem mudanças pontuais na sociedade, como os movimentos: Feministas e GLBT. Por fim, temos os Movimentos Sociais Revolucionários, os quais desejam mudanças radicais em toda sociedade, como o movimento socialista e o ambientalista radical. Ressalta-se que as ações dos movimentos sociais no âmbito da sustentabilidade podem variar dentro dos tipos sugeridos, como por exemplo, os movimentos feministas podem realizar ações pontuais como um movimento preventivo (assédio de mulheres em locais públicos) ou reformativo (a agressão de mulheres por seus maridos).

Outro ponto que merece ser observado é a diversidade de movimentos que habitam a Sociedade Civil, com suas distintas formas organizacionais, as quais abrem um leque de possibilidades para que os movimentos

sociais possam adereçar as demandas advindas tanto da Sociedade Civil, quanto aquelas geradas pela incapacidade do Estado e do Mercado. Para Melucci (1989), esse deve ser considerado um espaço de atuação mais amplo que aquele definido pela distinção entre Estado e Sociedade Civil, porquanto esse novo espaço evita que os movimentos se institucionalizem ou se tornem partidos políticos, além de gerar condições para que eles sejam ouvidos pela sociedade, ao ponto dela reconhecê-los como formadores coletivos de seus anseios. Portanto, esse contexto enseja um olhar sobre as evoluções teóricas e empíricas dos movimentos sociais e como estas têm contribuído para o constante reposicionamento da Sociedade Civil perante as demais esferas.

4.1 A EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A definição proposta por Snow; Soule e Kriesi (2004) destaca uma leitura contemporânea em relação aos movimentos sociais, baseada em teorias e evidências empíricas que procuram destacar o processo de constituição e negociação da identidade, a cultura de mobilização e o contexto das demandas da sociedade. Apesar desse entendimento, é importante ressaltar que os estudos que envolvem os movimentos sociais têm uma vinculação histórica, sendo a evolução das teorias influenciada pela percepção dos estudiosos sobre esse fenômeno em diferentes contextos históricos.

A principal evidencia dos movimentos sociais é a mobilização de pessoas para a ação social coletiva, as quais buscam exprimir algum tipo de desacordo em relação à vida social. Assim, as primeiras teorias sobre movimentos sociais buscavam entender em que condições se realizavam essas ações, observando como o comportamento coletivo levava à materialização da ação ou como a privação das pessoas contribuía para que elas se unissem contra aquela condição (MELUCCI, 1989). Essas teorias consideravam a ação coletiva como resultado da crise econômica e da desintegração do social ou fruto de uma estrutura social desigual que os motivava a se rebelar. Por isso, essas primeiras abordagens são permeadas de ideais marxistas, que projetam os movimentos como meios para se alcançar um novo modelo político-econômico. Para Gohn (2001), essa foi uma abordagem teórica limitada, pois destacava somente a ideologia política e as diferentes formas pelas

quais as ações sociais acabavam materializando disputas violentas pelo poder e controle.

Alexander (2006) reforça tais argumentos, ao explicar que essa abordagem entende os movimentos sociais como processos não institucionalizados que são desencadeados por grupos para estabelecer uma posição conflituosa nas lutas políticas, com o objetivo de reivindicar uma reinterpretação dos ganhos e perdas em razão das mudanças institucionais, objetivando com isso superar os ideais e as formas vigentes na sociedade. O autor ainda explica que o foco de ação desses movimentos se limita aos arranjos institucionais e à divisão do trabalho que oprime, principalmente no âmbito das organizações econômicas. Essa orientação afastava esses movimentos da possibilidade de refletirem mais amplamente sobre a realidade social naquele período.

Além disso, Gohn (2001), afirma que a falta de projetos bem delineados para suas ações impactava diretamente na seleção limitada de suas reivindicações, as quais focavam na construção de espaços nacionais públicos e na necessidade de mudanças no mercado de trabalho, nas legislações e no poder político. Tais características, para Alexander (2006), permitiram constatar que os movimentos sociais são permeados pelo materialismo e realismo, os quais levam a uma visão instrumentalizada e focada na eficiência dos meios que são escolhidos para realizar a redistribuição de bens, caracterizando como revolucionários esses movimentos.

Entretanto, essas abordagens baseadas no comportamento coletivo foram suplantadas pela teoria da mobilização de recursos (MCCARTHY; ZALD, 1977), sendo esta a primeira abordagem a considerar a relação entre movimentos sociais e formas organizacionais (CLEMENS; MINKOFF, 2004); porém, essas formas deveriam seguir as organizações formais e burocráticas. Apesar disso, esse pode ser considerado o primeiro avanço nas teorias dos movimentos sociais, visto que a organização se torna um recurso ou uma ferramenta para os que os ativistas realizarem suas ações e, portanto, quanto mais organizados formalmente, melhores se tornam as condições para a mobilização e as chances de sucesso (CLEMENS; MINKOFF, 2004). Em consonância, Melucci (1989, p. 52) admite que a “ação tem que ser considerada uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções” e essas condições só se concretizam quando os movimentos mantêm um

nível de organização e, portanto, o ato de se organizar é crítico para o surgimento e manutenção do movimento, devendo ser este o nível analítico. Assim, a teoria da mobilização de recursos se distânciava das antigas de caráter revolucionário, ao propor a necessidade e existência de impulsos estratégicos e organizacionais em contextos de restrição de recursos, os quais, todavia, permitem que os movimentos possam superar as restrições impostas por ambientes hostis (ALEXANDER, 2006).

O crescente interesse pela teoria da mobilização de recursos levou-a a sua consolidação e ao afastamento natural dessa perspectiva e as antigas teorias, que eram baseadas nos interesses de classes ou nas restrições da estrutura (MELUCCI, 1989). Apesar disso, com o movimento migratório dos pesquisadores para essa nova perspectiva, as contribuições advindas do interacionismo simbólico ainda continuaram sendo desconsideradas, pois os pesquisadores mantiveram a crença na abordagem instrumental para explicar tanto os movimentos, quanto suas formas organizacionais (CLEMENS; MINKOFF, 2004). A evolução dos estudos levou ao enriquecimento dessa abordagem com novos *insights*, como a “teoria da oportunidade política” ou a “teoria do *frame* da ação coletiva”, vindo esta última a aproximar-se das premissas dos construcionistas sociais (CLEMENS; MINKOFF, 2004). Entretanto, todas essas vertentes mantiveram a instrumentalização como a principal forma para explicar os movimentos sociais, devido à forte influência que as teorias clássicas exerciam sobre as subsequentes (ALEXANDER, 2006). Paralelamente a essa crítica, a ênfase da ação ainda permanece no nível político, de modo que os conflitos provindos da Sociedade Civil são reduzidos a meros protestos contra o Estado (MELUCCI, 1989), o que evidencia uma limitação dessa abordagem.

Este ponto de vista exagera a função da política, exatamente num momento em que os movimentos estão se deslocando para um terreno não-político. Embora a relação entre sistema políticos e movimentos sociais seja uma perspectiva analítica que é difícil de evitar, para uma abordagem das sociedades é uma perspectiva limitada. (MELUCCI, 1989, p. 54)

Os anos 80, marcam a transformação dos movimentos sociais, que passam a buscar sua autorrealização sem a necessidade de uma orientação política, devido à fragmentação e concentração dessas demandas na dimensão cultural e na vida cotidiana das pessoas (MELUCCI, 1989). Para Gohn (2001), a violência generalizada, a corrupção, as várias formas de clientelismo e os escândalos da vida política na sociedade levaram a essas reações nos mais diversos âmbitos da vida.

Em contraposição à descrença no Governo, grupos crescentes da Sociedade Civil passaram a acreditar cada vez mais na sua capacidade de atuação independente, fazendo suas próprias políticas, a partir da busca da qualidade

de vida, contra a violência, a favor da ecologia e da paz, contra a miséria e outras questões sociais que também passaram a ser objeto de ações coletivas. (GOHN, 2001, p. 206-07).

Scherer-Warren (1996), concorda com esse entendimento ao dizer que as determinações econômicas de antes dão lugar à multiplicidade de novos fatores que substanciam a mobilização das pessoas. Essa reorientação levou os estudos a observarem novos fatores como a espontaneidade, a autenticidade e o comunitarismo das ações sociais. Ainda, para a autora, essa nova abordagem, chamada de “Teorias dos Novos Movimentos Sociais”, provocou mudanças substantivas na forma de entender os movimentos sociais:

- a) o sujeito popular substitui a categoria classe social;
- b) o movimento social substitui a categoria luta de classes;
- c) as transformações culturais e políticas substituem a categoria da tomada revolucionária do poder.

Alexander (2006) explica que agora os problemas se referem à sociedade e não mais a uma ou outra instituição, o que levou a abertura do campo teórico para as contribuições subjetivistas na análise dos movimentos sociais, principalmente do campo da cultura. Com isso, inaugurou-se a possibilidade de relacionar as transformações sociais às mudanças nas macroestruturas da sociedade, pois os movimentos não lutavam apenas por questões materiais ou para aumentar a sua participação política, mas agora se engajavam em demandas que levavam a modificações nas dimensões simbólicas e culturais (MELUCCI, 1989).

Essas teorias são ampliadas para abarcar as variadas formas organizacionais emergentes e flexíveis a ponto de permitir o engajamento de qualquer cidadão nas mais variadas demandas. Assim, “as interações e as práticas moldam os fluxos dos atores através dos campos organizacionais do movimento social” (CLEMENS; MINKOFF, 2004), o que enfatiza os movimentos como espaços onde as práticas e a identidade ativista são construídas e consolidadas.

Como há interação na rede, os sujeitos adquirem identidades como membros, gerando seu próprio limite, o qual não é físico, mas um limite de expectativas, confiança e lealdade, o qual é permanentemente mantido e negociado pela rede (CAPRA, 2008, p. 23).

Com a revitalização do olhar subjetivista para os movimentos sociais, as abordagens desenvolvidas passaram a refletir, cada vez mais, a heterogeneidade do campo, ao invés de insistirem no conceito homogeneizado das abordagens anteriores. Além disso, evidenciou-se a intrincada relação entre forma, ação e

mobilização, as quais estabelecem que a escolha de uma forma organizacional é parte do próprio processo de construção da identidade coletiva que se mobiliza para estabelecer conflitos ou parcerias com outros entendimentos sobre a sociedade (CLEMENS; MINKOFF, 2004). Portanto, com essa reestruturação do campo, os movimentos sociais puderam ser vistos como organizações que, socialmente, formam os anseios da Sociedade Civil, por meio da utilização de uma metalinguagem civil capaz de estabelecer uma relação entre os problemas da sociedade e seu centro simbólico, alimentando os ideais de um futuro distinto das condições atuais (ALEXANDER, 2006).

Portanto, percebe-se o deslocamento de uma visão restrita para uma mais ampla e diversificada sobre os movimentos sociais, na qual o processo histórico tem um papel fundamental na consolidação da relação entre esses movimentos e suas formas organizacionais, os quais são marcados pela fragmentação e diversidade. Alexander (2006), adverte que é necessário revisões constantes nas teorias e nas formas organizacionais, de modo que elas possam, cada vez mais, refletir as dinâmicas das mudanças sociais. Seguindo essa orientação, esta dissertação foca em dois aspectos que têm revitalizado os estudos sobre movimentos sociais: (i) a abordagem de redes (DIANI, 1992; MELUCCI, 1989); e (ii) as mudanças provocadas pelos avanços tecnológicos (CASTELLS, 2000, 2002).

4.2 MOVIMENTOS SOCIAIS: DA ORGANIZAÇÃO PARA AS REDES SOCIAIS

A discussão anterior evidenciou o processo de fragmentação e diversificação, tanto dos repertórios das ações coletivas, quanto das formas organizacionais dos movimentos sociais. Nesse sentido, Clemens e Minkoff (2004) expõem que as recentes pesquisas no campo mostram que essa variedade de formas organizacionais encontram-se imersas em redes sociais, as quais acabam reestruturando os entendimentos sobre as demandas e as ações sociais. Tal evidencia, sugere que se reflita sobre o que a expressão “organização” representa dentro desse contexto de rede. Estudos mostram que esta expressão pode ser tanto um rótulo para um conjunto de atores ou mesmo representar uma entidade específica e tal fato levou os estudiosos a buscarem novos meios de determinar as formas organizacionais dos movimentos sociais, destacando-os de outros tipos de associações que também se articulavam em rede.

Apesar da flexibilização do termo, essa abordagem em redes tende a complementar e renovar as teorias anteriores, visto que permite abordar os movimentos sociais como um conjunto de interações contextualizadas, enfatizando-se o papel das relações e das intersecções entre os distintos atores que compõem o movimento ou, para usar a expressão da abordagem, sua rede de mobilização (CLEMENS; MINKOFF, 2004). Essa ressignificação do campo de estudos enriquece os entendimentos sobre a relação entre movimentos e organizações.

Para Melucci (1989), o surgimento dessa perspectiva indica que os movimentos sociais estão mudando suas formas organizacionais continuamente e se diferenciando, cada vez mais, das organizações econômicas e políticas. Além disso, os movimentos tornam-se espaços de convergência para os diferentes comportamentos que a sociedade não consegue integrar nos padrões políticos e econômicos. Assim, a “situação normal do ‘movimento’ hoje é ser uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática” (MELUCCI, 1989, p. 61), o que amplia ainda mais a possibilidade de formas organizacionais emergentes. Paralelamente, as mudanças que estão ocorrendo empiricamente refletem, no campo teórico, as sucessivas tentativas de reconciliar as dimensões micro e macroestruturais dos movimentos na análise ou mesmo a aproximação de distintas abordagens. Essa busca por reconciliações teóricas é efetivada pela necessidade de estabelecer explicações para as novas articulações entre vários tipos de atores, os quais podem ser sujeitos, grupos ou organizações (SCHERER-WARREN, 1996).

Um exemplo da influência dessa nova orientação é o estudo que as autoras Abers e Von Bülow (2011), realizaram sobre a crescente afirmação dos estudiosos, de acordo com a qual o campo de estudos dos movimentos sociais estava se tornando limitado. Partindo dessa premissa, as autoras apresentam duas perspectivas que se propunham a avançar nesse sentido: uma centrava no papel da multiplicidade de organizações da Sociedade Civil e a outra realizava um movimento retrógrado ao enfatizar novamente o conflito político.

A limitação da primeira está no fato dela diminuir a importância de movimentos que atuam entre as esferas, mediando e articulando as mudanças sociais em mais de uma macroestrutura. Esses grupos, segundo as autoras, nem sempre ficavam restritos a ações na Sociedade Civil e, portanto, se tornava impossível pensar os movimentos sociais a parte do Estado ou Mercado. Por sua vez, a outra perspectiva

era limitada por analisar somente os movimentos envolvidos em conflitos com o Estado, representando sempre um papel antagônico, o que por exemplo, excluiria dessa análise as ONGs, que atuam em parceria com governos (ABERS; VON BÜLOW, 2011).

Para superar essas restrições teóricas e poder ampliar o campo de estudos sobre movimentos sociais, as autoras entendem que a abordagem em rede reflete melhor as atuais condições desses movimentos, por compreender melhor as dinâmicas da ação coletiva e das formas organizacionais, nas quais os atores tentam reconciliar o desejo de autonomia e a necessidade de coordenação mútua (ABERS; VON BÜLOW, 2011; ROMAGNOLO et al., 2015).

Essa abordagem em redes foi proposta inicialmente por Melucci (1989), o qual utilizou-a para descrever as diversas formas organizacionais que surgiram a partir da fragmentação das demandas sociais na década de 80. A inovação nesta abordagem reside na inclusão de atores antes descartados por outras teorias, os quais também se envolviam em ações coletivas, mas que estavam em outras macroestruturas, como os acadêmicos, o governo e até as organizações internacionais. Essa característica indica um primeiro movimento direcionado a reconciliar as dimensões micro e macroestruturais dos movimentos sociais, cujo o foco fixado na estrutura, cede lugar a análise das escolhas de engajamento dos atores (ROMAGNOLO et al., 2015). Essa mudança possibilitava a reconstrução dos significados que permeiam a identidade dos movimentos, levando ao reconhecimento interno e externo pelos demais atores (ABERS; VON BÜLOW, 2011).

Scherer-Warren (2006), afirma que os movimentos sociais estão percebendo essa necessidade de se articularem com outros grupos para produzir impacto na sociedade e ganhar visibilidade. Para a autora, essas “*redes de movimentos sociais*, [...], pressupõem a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos e projetos em comum, os quais definem os atores ou situações antagônicas que devem ser combatidas ou transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113, ênfase da autora). Portanto, as redes têm uma flexibilidade que permite aos movimentos sociais perpassarem e atuarem em todas as macroestruturas da sociedade, aproximando os diversos atores sociais preocupados com as questões que afetam a sociedade. Dessa forma, o movimento articulado em rede pode interligar as dimensões locais e globais da sustentabilidade, requisitando a participação dos atores no diálogo sobre os diversos problemas da sociedade (SCHERER-WARREN, 2006).

Diani (1992), um dos mais proeminentes autores no campo dos movimentos sociais em rede, sugere uma aproximação entre as quatro principais escolas do pensamento (Comportamento Coletivo, Mobilização de Recursos, Processo Político e os Novos Movimentos sociais), destacando e combinando suas principais contribuições para formar uma definição mais coerente sobre os movimentos sociais em rede.

Os movimentos sociais [...], consistem em um processo pelo qual vários atores distintos, sejam eles indivíduos, grupos informais ou organizações, se juntam para elaborar, através de ação coletiva e da comunicação, uma definição compartilhada de si próprios, como parte do entendimento que estão do mesmo lado em conflito social. (DIANI, 1992, p. 2).

Esse olhar do autor evidencia novos elementos constituintes como: a visão processual, a diversidade de atores e a necessidade de ação e comunicação para que os movimentos se estabeleçam em rede. Além disso, o autor afirma que a ação coletiva é somente uma parte da experiência de se manifestar, ou seja, é necessária a combinação desses elementos para poder explicar por que os movimentos continuam a existir, quando não estão engajados em alguma campanha ou mobilização. Esse entendimento reforça o papel preponderante da identidade coletiva na constituição dos movimentos sociais em rede.

Estas redes têm as seguintes características: a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva são requeridos como condições para a participação em muitos grupos. Este não é um fenômeno temporário, mas uma alteração morfológica na estrutura da ação coletiva. (MELUCCI, 1989, p. 61).

Nesse sentido, tanto a abordagem de Diani (1992), quanto as características destacadas por Melucci (1989), indicam que há um contínuo de flexibilização e diversificação das formas organizacionais. Assim, na perspectiva em rede, as fronteiras dos movimentos são constantemente negociadas e sua identidade coletiva é dinamicamente reposicionada no contexto de conflito. Esses aspectos organizacionais também estão presentes nas ações coletivas, de modo que ambos se encontram imbricados desde o surgimento do movimento social.

A nova forma organizacional dos movimentos contemporâneos não é exatamente "instrumental" para seus objetivos. É um objetivo em si mesma. Como a ação está focalizada nos códigos culturais, a *forma* do movimento é uma mensagem, um desafio simbólico aos padrões dominantes. Compromisso de curta duração e reversível, liderança múltipla aberta ao desafio, estruturas organizacionais temporárias e *ad hoc* são as bases para a identidade coletiva interna, mas também para um confronto simbólico com o sistema. (MELUCCI, 1989, p. 62).

Esses novos formatos organizacionais têm chamado a atenção do campo de estudos das organizações, o qual foi criticado por Puranam, Alexy e Reitzig (2014) por não dar atenção a essas novas formas emergentes. Assim, os estudos empíricos e teóricos dos movimentos sociais podem reativar as discussões em torno do significado de organização ou explicar como elas se constituem. Diani (1992), discute que as redes não são apenas precursores ou blocos construídos para a ação coletiva, eles são as próprias estruturas organizativas que transcendem outras unidades elementares, como os sujeitos e a organização.

Não obstante, Gohn (2011), afirma que esses movimentos sociais se utilizam, cada vez mais, dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Tal entendimento é reforçado por Scherer-Warren (1996), ao esclarecer que as perspectivas de análise dos movimentos sociais necessitam considerar o papel das tecnologias de informação e dos meios de comunicação de massa nas constituição das suas formas organizacionais. Esse posicionamento das autoras, revela o impacto que as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) tiveram sobre os movimentos sociais.

Assumindo uma posição mais cautelosa em relação ao papel da tecnologia na comunicação, Di Felice (2013) evidencia a existência de dois entendimentos sobre a comunicação, os quais modificam os significados dos movimentos sociais em redes. O primeiro entendimento admite a comunicação como uma forma de divulgação de informações originadas de um emissor que busca difundir seus conteúdos aos interessados (receptores). Por sua vez, o segundo entendimento exprime um tipo de laço que constitui a interação entre as pessoas, não tendo os participantes o controle sobre o conteúdo elaborado, visto ser este construído de forma relacional.

Cada um desses tipos de comunicação projeta significados distintos sobre as redes. Para Di Felice (2013) há uma tendência a relacionar a rede ao seu poder disseminador, de modo que prevalece o primeiro entendimento da comunicação. Entretanto, o autor argumenta que a concepção dialógica da comunicação implica considerar um outro aspecto da rede, sua força criadora, a qual permite que relações se conectem em diálogos e criem novos entendimentos sobre as diversas entidades que ali habitam. Para Stohl e Ganesh (2014), este último entendimento permite que a comunicação rompa os processos de organização e os reconstrua, habilitando as pessoas a agir diretamente sem a necessidade de

pertencerem a estruturas organizacionais. Portanto, o emergir de novas formas organizacionais não está relacionado apenas com a nova perspectiva em rede, mas também com a possibilidade das pessoas se mobilizarem *per se*.

Essas distinções na comunicação e na abordagem em redes corroboram com a classificação proposta por Di Felice (2013), a qual diferencia os movimentos sociais em “modernos” e em “rede”, conforme o Quadro 01.

Quadro 02 – Diferença entre os Movimentos Sociais Modernos e os em Rede

MOVIMENTOS SOCIAIS MODERNOS	MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE
<ul style="list-style-type: none"> • Identidade política coletiva • Discurso ideológico • Objetivos políticos definidos • Luta pelo poder • Líderes e hierarquia definida • Submissão dos meios às finalidades • Tendências à institucionalização • Previsibilidade • Temporalidade diacrônica (Percepção histórica) • Espaço de ação: local-nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Anonimato, sem identidade política coletiva • Discurso sem ideologia • Objetivo cosmopolíticos múltiplos • Atuação estranha à lógica da luta pelo poder • Formato em rede sem hierarquia • Ação elíptica, não apenas ao externo • Recusa à institucionalização • Imprevisibilidade • Temporalidade sincrônica (Percepção momentânea) • Espaço de ação: atopia e info-localidades

Fonte: Di Felice (2013, p. 59).

Percebe-se que as principais características dos movimentos sociais em rede não estão baseadas na inovação tecnológica, mas na intensificação das interações informais, das pluralidades de atores, dos conflitos culturais e políticos e das dinâmicas de transformação das identidades coletivas, que levam a novas formas de ativismo como o *netativismo*, proposto por Di Felice (2012). Portanto, essas discussões não ampliam somente a abordagem dos novos movimentos sociais, mas também os próprios entendimentos sobre a articulação em redes e as novas formas organizacionais, o que requer dos estudiosos um olhar para o papel constitutivo da comunicação nas novas formas organizacionais, principalmente nesse contexto de rede, conforme expõe Fuchs (2006, p. 101), “os movimentos sociais são sistemas dinâmicos de comunicação que permanentemente reagem aos eventos políticos e sociais, através das práticas comunicativas de protestos auto-organizado, as quais resultam na diferenciação das estruturas de protestos”. Por outro lado, é importante ressaltar os desafios teóricos e empíricos que essas novas formas comunicativas de organização carregam: (i) os atores são simultaneamente conhecidos e desconhecidos; (ii) a comunicação emerge das múltiplas camadas de interação; (iii) a

fronteira de filiação é difusa; e por fim, (iv) a identidade coletiva encontra-se num fluxo contínuo de transformação (STOHL; GANESH, 2014).

4.3 MOVIMENTOS SOCIAIS: FORMAS FLUIDAS E O REPERTÓRIO DE AÇÕES

A mistura de diferentes formas de organização e comunicação sugere uma inovação teórica na abordagem dos estudos organizacionais (BENNETT; SEGERBERG, 2012). Nesse sentido, apresenta-se a abordagem da Comunicação Constituindo Organização (CCO), a qual tem-se dedicado a trazer contribuições significativas para os estudos organizacionais ao analisar a relação entre comunicação e organização, partindo da premissa da qual esta última é constituída comunicacionalmente. Para Schoeneborn et al. (2014, p. 308), a “organização não é dada a priori, mas emerge e é perpetuada como uma rede entrelaçada de eventos comunicacionais e processos”, caracterizando assim, a organização como uma entidade processual, na qual o emergir de sua forma, a sua dinâmica de manutenção e as transformações ocorrem processualmente.

Por sua vez, a comunicação é definida como o “processo de manipular símbolos para a criação, manutenção, destruição e/ou transformação dos significados, os quais são axiais – não periféricos – para a constituição e existência da organização” (ASHCRAFT; KUHN; COOREN, 2009, p. 22), ou seja, a organização não é uma entidade dada, ela passa a existir em contínuas camadas dialógicas, as quais se interligam dinamicamente (interagem), constituindo a organização (MARCHIORI, 2008). Esse corpo teórico tem-se consolidado ao longo do tempo nos estudos organizacionais, principalmente no âmbito europeu, onde vem sendo discutido nos congressos como um dos subtemas propostos pelo Grupo Europeu para os Estudos Organizacionais – EGOS (EUROPEAN GROUP FOR ORGANIZATIONAL STUDIES, 2015).

Essa visão mais processual da comunicação compreende que a CCO possa observar o emergir das diversas formas organizacionais advindas dos coletivos sociais e distintas das estruturas formais e burocráticas (COLEMAN, 2014; PURANAM; ALEXY; REITZIG, 2014; STOHL; STOHL, 2011). Essas formas, por sua vez, segundo Dobusch e Schoeneborn (2015), têm como característica comum o fato de serem “fluidas” no sentido que a filiação é constantemente contestada ou difusa e suas fronteiras encontram-se abertas ou mantêm uma característica de

permeabilidade (SCHREYÖGG; SYDOW, 2010). Já, Sillince (2010) critica a abordagem da CCO, argumentando que esta não possibilita a distinção entre as associações sociais coletivas e as organizações.

Contudo, Dobusch e Schoeneborn (2015), sugerem uma abordagem que possibilita a superação dessa questão, além de requerer que a noção de “organização” seja ampliada para incluir novos arranjos organizacionais, tais como os sociais flexíveis, os formato de rede e aqueles que apresentam uma indeterminação em relação as suas fronteiras. Para isso, eles se apoiam no entendimento de que a organização é um processo emergente e contínuo, além de definir e empregar o termo “*organizationality*” para classificar as organizações de uma maneira mais gradual, fugindo da classificação binária (organização, não-organização).

Nossa noção de *organizationality* baseia-se na ideia de que os coletivos sociais são “organizacionais”, com base em três critérios: primeiro, são caracterizados por instâncias interligadas de tomada de decisão; em segundo, essas instâncias de tomada de decisão são atribuídas a uma entidade ou ator coletivo e; terceiro, a identidade coletiva é constituída através de atos de fala que visam delinear o que a entidade ou ator coletivo é ou não. (DOBUSCH; SCHOENEBOEN, 2015, p. 1006).

Os autores enfatizam principalmente o papel da construção da identidade coletiva como o fator-chave para a *organizationality*, especialmente em arranjos sociais fluidos, entendendo, a identidade como as “reivindicações articuladas provenientes da interação entre as pessoas interessadas na organização, que levam a reflexão sobre quem elas são ou o que estão se tornando enquanto organização” (SCHULTZ; HERNES, 2013, p. 2). Assim, a abordagem da CCO contribui exatamente para identificar essas reivindicações constituidoras da identidade coletiva, as quais são processos comunicacionais em sua essência.

Por fim, Dobusch e Schoeneborn (2015) aplicam seu *framework* ao coletivo *Anonymous*, mesmo objeto de estudo desta dissertação e concluem que esse coletivo social é de fato uma organização social fluida e a sua *organizationality* é realizada por meio de cuidadosos atos de falas encenados nos eventos selecionados pelos autores, alegando que esses atos ocorrem em nome do *Anonymous*. Portanto, esse resultado é a premissa já proposta nesta dissertação cujo objetivo é verificar de quais maneiras os desdobramentos desses atos de fala encenados na Sociedade Civil contribuem para a sustentabilidade na sociedade. Para isso, faz-se necessário entender também a dinâmica das ações coletivas e das suas transformações ao longo do tempo.

4.3.1 Ampliação do Repertório de Ações dos Movimentos Sociais

Ações coletivas são aquelas realizadas por sujeitos ou grupos, as quais têm propósitos coletivos, tais como o avanço de uma ideologia ou de uma ideia particular, ou ainda, uma luta política com outro grupo (POSTMES; BRUNSTING, 2002). Quando essas ações buscam transformar a sociedade, elas são chamadas de ativismo dos movimentos sociais (JORDAN, 2002).

Além disso, Postmes e Brunsting (2002), apontam que as práticas de ativismo têm decaído desde a década de 80, algo que pode ser atribuído ao crescimento da “cultura da individualização” e ao liberalismo do Mercado. Por outro lado, Scherer-Warren (2006) questiona essa afirmação, argumentando que aquele ativismo com teor revolucionário está desaparecendo, mas um novo tipo está surgindo, alicerçado nos valores da democracia, da solidariedade e da cooperação, orientado para os excluídos, discriminados, carentes e dominados.

Van Laer e Van Aelst (2010), por outro lado, procuram entender o papel da internet nas transformações do repertório de ações dos movimentos sociais, chegando à conclusão de que ela modifica o repertório de duas formas: na primeira, ela atua como facilitadora das formas de ações já existentes, possibilitando que estas alcancem mais pessoas, em um menor tempo; na segunda, ela possibilita a criação ou adaptação de “ferramentas” para o ativismo. Não obstante, Flanagin, Stohl e Bimber (2006) avançam nas discussões sobre o papel da tecnologia nas ações coletivas, argumentando que as modificações ocorreram tanto na forma, quanto na dinâmica. Além disso, os autores sugerem que, devido à sua fragmentação e diversificação essas ações devem ser entendidas como um conjunto de práticas comunicativas, porque dessa forma é possível perceber as sutilezas entre as variadas formas de ação, nesse contexto tecnológico.

Apesar desse avanço, Van Laer e Van Aelst (2010), afirmam que apesar da ampliação do repertório, provavelmente, ele não substituirá as formas tradicionais de ativismo, sustentada pela comunicação face-a-face. Essa observação dos autores fornece indícios de que tanto o repertório digital, quanto o tradicional, são complementares e inter-relacionados. Além disso, os movimentos sociais em rede são os mais interessados em usar a internet, porque ela garante a fluidez que combina

com suas necessidades ideológicas e organizacionais (VAN LAER; VAN AELST, 2010).

Assim, é preciso ampliar o entendimento da relação entre internet e ativismo, no sentido que não é aquela que modificou a esta, mas as novas possibilidades de se realizar ações coletivas cheias de significado foram reforçadas pelo uso da internet (POSTMES; BRUNSTING, 2002). Essas mudanças de significado geraram o que se chama “ativismo digital”, expressão sugerida por Joyce (2010), para designar todas as práticas ativistas que foram ressignificadas ou emergiram com o advento da tecnologia digital.

O termo “ativismo digital” pode ser interpretado como um “guarda-chuva” para ações digitais coletivas mais específicas, as quais fluem pelas redes de movimentos sociais, estimulando episódios de conflitos no ciberespaço. Dentre essas ações destaca-se o ciberativismo, o hacktivismo e o *netativismo*. O primeiro (ciberativismo) pode ser compreendido como a campanha ou a formação de uma organização que busca a mudança social e política no ciberespaço através das comunidades *online* e das experiências imersivas (JOYCE, 2010). O segundo (hacktivismo) compreende as ações populares de cunho político realizadas por grupos específicos no ciberespaço, os quais travam “lutas tecnológicas virtuais”, cujas consequências acabam moldando o espaço físico (JORDAN; TAYLOR, 2004). Por fim, o *netativismo* que pode ser entendido como uma nova forma de ativismo digital, a qual não se caracteriza pela oposição à globalização, mas se engaja na construção de uma identidade cidadã global, caracterizada pela diversidade, cujas pautas reivindicatórias refletem as necessidades comuns de todos, como a democracia, a equidade, o consumo consciente e a sustentabilidade (DI FELICE, 2012). Nesse sentido, pode se citar as marchas pela liberdade das mulheres e os movimentos contra a corrupção, pois essas demandas emergem em situações similares em diversos contextos, o que possibilita a interação entre as identidades locais, consubstanciando uma identidade global. Além disso, esse processo de construção da identidade gera um movimento partindo da Sociedade Civil que ativa a dinâmica entre as esferas, permitindo que se defina coletivamente em qual sociedade querem viver.

Portanto, o que se pode perceber de comum nas várias formas de ativismo digital é que elas não se resumem apenas na incorporação da internet em seus processos, mas se refletem na transformação do próprio processo ativista, tal como ocorreu nos conceitos de filiação, identidade coletiva e organização, os quais

ressignificados com base na ideia de processos contínuos. Portanto, tanto os movimentos sociais, quanto suas ações mudaram substancialmente, exigindo sua realidade novas leituras e entendimentos (DI FELICE, 2012). Por esse motivo, o *Anonymous* surge como o objeto de investigação, incorporando as características de organização social fluida, além da prática do ativismo digital para realizar suas mobilizações virtual e fisicamente.

4.4 O *Anonymous* FORMANDO COLETIVAMENTE OS ANSEIOS DA SOCIEDADE CIVIL

A organização social fluida *Anonymous* se destacou após o engajamento político em várias manifestações populares, como: a Primavera Árabe, o Movimento *Ocuppy*, os Movimentos no Egito e na Tunísia, entre outras (COLEMAN, 2014; OLSON, 2012). Ela surgiu no ano de 2005, quando ainda não tinha assumido sua face política e era composta apenas por um grupo de pessoas anônimas que realizavam “pegadinhas” na internet (SAVAZONI; MACHADO; SILVEIRA, 2012). Entretanto, em 2008, o grupo deixou de lado as zombarias e brincadeiras virtuais, para se engajar politicamente contra a igreja da cientologia, sua primeira manifestação pública, repudiando qualquer controle sobre a informação. Esse conflito ocorreu após o vazamento de um vídeo interno que se tornou viral em algumas horas, no qual o ator Tom Cruise fala sobre a cientologia (SAVAZONI; MACHADO; SILVEIRA, 2012). A igreja na época processava e ameaçava todos que compartilhavam o vídeo, o que levou a declaração de guerra do *Anonymous* contra a igreja da cientologia.

A articulação virtual fez que os protestos adquirissem rapidamente uma dimensão global; o vídeo e as ameaças foram massivamente compartilhados até o ponto de levar cerca de 6 mil pessoas a se deslocarem para a frente da igreja, culminando na primeira mobilização e protesto público do grupo. Paralelamente, um grupo de *hackers*, também intitulado *Anonymous*, realizou ações contra o site da igreja, deixando-o *off-line*. Foi nesse contexto, que surgiu um dos principais símbolos do grupo, a máscara que imita o rosto de Guy Fawkes, popularizada no filme “V de Vingança” (SAVAZONI; MACHADO; SILVEIRA, 2012).

No ano de 2010, envolveram-se novamente em uma grande mobilização contra o governo americano, o qual procurava barrar o acesso a documentos confidenciais expostos por Julian Assange. Nesse caso, o governo tentou bloquear o acesso ao *Wikileaks*, uma página que continha tais documentos expostos

para o mundo, além de bloquear as contas bancárias em que o *Wikileaks* recebia doações para a manutenção da página. Nesse protesto, mais uma vez, o *Anonymous* utilizou-se do hacktivismo como ação coletiva orientada ao protesto, colocando os sites do *Paypal*, *Mastercard* e *Amazon*, fora do ar, com o objetivo de acarretar prejuízos às empresas (COLEMAN, 2011).

Assim, a organização foi-se engajando em vários outros protestos, de modo que sua identidade passou a ser conhecida em todo o mundo, o que levou a organização de subunidades dos *Anonymous* ao redor do mundo, como o *Anonymous* Filipinas, Egito, Brasil entre outros. Assim, é importante apresentar os propósitos dessa organização para que se possa compreender melhor o que é o *Anonymous*.

Seus propósitos incluem não ter líderes, nem estrutura hierárquica ou qualquer epicentro geográfico. [...] Por exemplo, aqueles que coordenam ataques DDoS podem não ser as mesmas pessoas que escrevem os manifestos, ou lançam blogs e sites de notícias utilizando o rótulo “*Anonymous*”; os protestos de apoio à *Wikileaks* foram, na maior parte, formados por pessoas que não estão conectadas a ramificação do *Anonymous* que atualmente protesta contra os abusos da Igreja da Cientologia. (COLEMAN, 2011, p. 1).

Perante esses propósitos, questiona-se o *Anonymous* quanto a sua contribuição para a democracia ou para a sustentabilidade devido à sua natureza transgressora. Por outro lado, seu repertório de ações e capacidade organizativa de engajamento são inquestionáveis, sendo fundamentais para toda e qualquer ação do grupo. Além disso, suas ações surgem em um contexto no qual as pessoas não mais reconhecem as instituições políticas como representantes dos seus anseios, o que contribui para que elas busquem novas formas de se fazerem ouvidas e nesse sentido, o *Anonymous* é uma opção. Para Coleman (2011), esse é o caráter específico do grupo que busca revelar os impasses e os limites da democracia na sociedade, razão pela qual, as pessoas ao assistirem suas ações, reconhecem e acreditam no poder “poder da máscara”, a qual surge como uma força potencial para a transformação da sociedade.

É por sua capacidade organizativa e produtora de ações sociais, as quais conflitam contextualmente com a realidade, que esse grupo é objeto de estudo desta dissertação. Ele apresenta potencial para formar coletivamente os anseios da sociedade de uma forma distintas da dos movimentos sociais locais, pois sua rede se espalha pelo mundo, permitindo-lhes atuarem em contextos fragmentados, diversificados e específicos. Assim, esta organização torna-se a “voz” capaz de expressar as muitas vozes oriundas de distintas realidades, além de exprimir

demandas que podem estar intrincadas com a sustentabilidade, formalizando assim, a inquietação constitutiva dessa dissertação.

Por outro lado, a organização é constituída comunicacionalmente e apresenta certas dificuldades para o estudo desse tipo de movimento social, o qual encontra-se imerso em uma rede de relações e produz efeitos como: a ausência de clareza quanto aos seus membros, as fronteiras dinâmicas e difusas e uma identidade que se modifica em um fluxo contínuo. Portanto, é necessário uma metodologia capaz de permitir o acesso e o estudo desse grupo e assim, a Teoria da Atividade (ENGSTRÖM, 1987) foi escolhida como o método para se analisar essa organização, relacionando suas atividades (eventos e mobilizações) com a própria constituição da identidade do *Anonymous*.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

A concepção deste percurso metodológico leva em consideração as dificuldades oriundas da forma organizacional do *Anonymous* e, ao mesmo tempo, busca encontrar ressonâncias entre as ações e as questões envolvendo a sustentabilidade. Como apresentado anteriormente, o *Anonymous* é um movimento social caracterizado como uma organização social fluida que é constituída comunicacionalmente (DOBUSCH; SCHOENEBOERN, 2015). Dessa forma, suas fronteiras são difusas e permeáveis onde o processo de negociação da filiação dos membros é dinâmico, gerando uma dificuldade de se ter acesso a dados primários para a análise. Além disso, o espaço virtual onde a organização atua é permeado por interações mediadas que são mantidas por dispositivos tecnológicos e, tal fato projeta sobre essas interações virtuais uma dinâmica exclusiva que dificulta as conversações diretas com seus interlocutores do *Anonymous*.

Diante dessa situação, buscou-se uma teoria que permitisse analisar o *Anonymous* considerando essas dificuldades, além do contexto, pois suas ações são pautadas na leitura de realidades socioculturais. Por isso, adotou-se a Teoria da Atividade, na perspectiva de Engeström (1987). Essa teoria trabalha com a ideia de atividade mediada e orientada a um objeto em uma perspectiva dialética, as quais formam um sistema de atividade capaz de ser analisado considerando tanto as ações, quanto o contexto sociocultural em que a atividade está imersa (ENGESTRÖM, 1987). A partir do entendimento do seu objeto, uma atividade é materializada e delineada evidenciando os demais elementos envolvidos: os sujeitos que realizam a atividade, os artefatos utilizados pelos sujeitos, a comunidade onde os sujeitos estão imersos, as convenções que oportunizam ou restringem o comportamento dos sujeitos durante a realização da atividade e a divisão do trabalho que caracteriza as funções e responsabilidade, além do nível de poder que os sujeitos assumem durante a realização (BULGACOV et al., 2014; KUUTTI, 1996). A perspectiva de Engeström (1987), ressalta a importância da existência de uma rede de sistemas de atividade, os quais podem ser dirigidos a um mesmo objeto, sendo que as diferenças entre eles variam no âmbito das motivações que determinam a existência dessas atividades (KUUTTI, 1996).

Por fim, Bulgacov et al. (2014) afirma que essa teoria é pertinente para revelar um conjunto de conhecimentos e mediações sociais que não são fáceis de

serem percebidas por meio de lentes lógico-normativas. Nesse sentido, a perspectiva dessa teoria leva ao entendimento que a atividade é viva, metamórfica no tempo e requer do processo de análise a percepção do desenvolvimento dos elementos envolvidos e da própria atividade coletiva ao longo do tempo, levando ao entendimento que as atividades são associações de pensamentos e ações que constituem o desenvolvimento individual e coletivo (BULGACOV et al., 2014). Assim, o próximo tópico apresenta o delineamento da pesquisa baseada na utilização da Teoria da Atividade como lente analítica.

5.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

A abordagem utilizada para estudar este fenômeno caracteriza-se como de natureza qualitativa do tipo descritiva, pois a necessidade de enfatizar os aspectos históricos do desenvolvimento das atividades e, explorar as contradições internas dos elementos, entre eles e entre os sistemas, requisitam o uso da abordagem qualitativa, a qual segundo Stake (2010, p. 15), tem como principais características:

- a) ser interpretativa, ao permitir que os múltiplos significados sejam considerados;
- b) ser experiencial, empírica e orientada pelo campo;
- c) ser situacional, orientada aos objetos e atividades, as quais são únicas quando se considera um contexto;
- d) ser personalizada, ao procurar o particular ao invés do comum, privilegiando a diversidade.

Portanto, é uma abordagem que permite a produção de conhecimento, a assistência da prática social ou a possibilidade de desenvolvimento prático. Além disso, permite apresentar a defesa de um ponto de vista, enfatizando as múltiplas realidades que se exprimem nas inter-relações entre sujeitos e contextos (STAKE, 2010). Paralelamente, essa abordagem também se caracteriza como descritiva, pois a Teoria da Atividade fornece orientações teóricas para a descrição e a análise dos sistemas de atividade envolvidos em um processo onde se destacam a perspectiva dos sujeitos e o contexto sociocultural.

O processo e o contexto constituem elementos inseparáveis do tema da pesquisa qualitativa. O processo é o elemento longitudinal implícito que é ao mesmo tempo sintoma e causa de uma concepção da vida social como

processual (Bryman, 1996; Rousseau e Fried, 2001). O contexto é o mundo físico e social que interage com o texto para criar o discurso (Cook, 1990). O contexto, então, é a dimensão mais ampla do texto, o suporte das interpretações que envolve as subjetividades, as ações, os objetos e os efeitos discursivos. O contexto é criado pelo próprio texto para constituir o discurso (GODOI; BALSINI, 2006, p. 98).

Uma vez delineado o sistema de atividade, a teoria se empenha em descobrir as contradições internas e externas ao sistema (ENGESTRÖM, 1987). Dessa forma, enfatiza-se não apenas a influência do contexto, mas também da construção histórica e cultural da atividade e dos seus elementos. Para Blackler (2009), a Teoria da Atividade é:

Um ferramental de conceitos que é especialmente útil para analisar a característica e os detalhes da prática. Sua ênfase no objeto da atividade fornece uma forma de conceitualizar a intenção coletiva. A ideia da existência de um sistema de atividades fornece uma forma de conceitualizar a agência distribuída. O destaque das contradições internas, permite levar em consideração as pressões e as oportunidades para o desenvolvimento coletivo. (BLACKLER, 2009, p. 38-39).

Essas reflexões evidenciam a utilização do Estudo de Caso, como estratégia para esta pesquisa, pois seu objetivo que é analisar as atividades do grupo *Anonymous* a partir de um contexto onde a sociedade é marcada por problemas sociais e ambientais (CASTELLS, 2002; DOVERS, 1996; JAMES, 2015). A escolha do Estudo de Caso fundamenta-se na necessidade de estudar um determinado grupo de pessoas, que compartilham o mesmo espaço, baseadas em uma experiência (GODOY, 2006), o que corrobora com o foco na compreensão da atividade.

Essa formato de estudo reforça a importância do contexto nas análises, permitindo “revelar a interação entre os fatores internos e externos que são característicos do mesmo evento” (GODOY, 2006, p. 121). Além disso, esta metodologia colabora com a pesquisa ao apreender as relações complexas e associações dinâmicas, que levam os sujeitos a agir como agiram, compondo um conjunto significativo para análise (FLYVBJERG, 2011). Para Mansano (2014, p. 124), esse tipo de pesquisa “acompanha o movimento e a singularidade dos acontecimentos sociais com um método que está, também ele, em movimento”.

Portanto, a Teoria da Atividade (ENGESTRÖM, 1987) pode ser entendida como o estudo metódico da prática social, em que se consideram seus aspectos de desenvolvimento e contextos, nos quais os sujeitos produzem e reproduzem as experiências, requerendo o estudo de caso para viabilizar a utilização dessa teoria na compreensão de como os sujeitos organizados coletivamente (grupos, organizações, instituições, etc.) podem tornar-se cada vez mais influentes, através do

processo de organizar suas ações e a si próprio (BLACKLER, 2009). Nesse sentido, uma síntese operacional desta teoria é apresentada no próximo tópico.

5.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA TEORIA DA ATIVIDADE

O Quadro 03 apresenta uma síntese da operacionalização da pesquisa na qual se utiliza a Teoria da Atividade (ENGESTRÖM, 1987). Ressalta-se que essa estrutura de operacionalização foi constituída considerando parte dos ferramentais propostos pela Teoria da Atividade (ENGESTRÖM, 1987), que são utilizados no “Laboratório de Mudança”, uma proposta intervencionista desenvolvida pelo Centro de Pesquisa em Atividade, Desenvolvimento e Aprendizado – CRADLE (QUEROL; JACKSON FILHO; CASSANDRE, 2011).

Quadro 03 – Etapas da Operacionalização da Pesquisa.

SELEÇÃO DA OPERAÇÃO ENVOLVENDO O ANONYMOUS	
ETAPA I	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma entrevista com algum membro do <i>Anonymous</i> que tenha participado de alguma operação. • Procurar os motivos, objetivos ou aspirações que levaram a realização dessa operação. • Revelar as atividades que identificam e revelam o envolvimento do <i>Anonymous</i>.
DELINEAMENTO DOS SISTEMAS DE ATIVIDADE	
ETAPA II	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar um breve histórico de cada atividade. • Constituir o objeto de cada atividade • Delinear os demais elementos: sujeitos, artefatos, comunidade, convenções e divisão do trabalho (ENGESTRÖM, 1987, 2001)
ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES DOS SISTEMAS	
ETAPA III	<ul style="list-style-type: none"> • A manifestação de tensões leva ao estudo das contradições nos sistemas de atividade. • Destacam-se aquelas contradições que explicam o envolvimento do <i>Anonymous</i> naquele contexto.
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após apresentar a síntese da operacionalização, nós próximos tópicos são detalhados cada uma dessas etapas.

5.2.1 Etapa de Seleção da Operação Envolvendo o *Anonymous*

Primeiro, busca-se a realização de uma entrevista com um dos membros do *Anonymous* que tenha participado de alguma operação. Essa etapa é fundamental por dois motivos: primeiro a análise é tomada a partir da perspectiva do sujeito e, segundo, ela é uma das perspectivas envolvidas em um sistema de atividade com múltiplos pontos de vista, conforme o segundo princípio.

Com isso, espera-se identificar uma operação capaz de evidenciar o envolvimento do *Anonymous* e, a partir disso, revelar quais atividades estavam sendo realizadas naquele contexto relatado pelo participante. Diante disso, dois entendimentos emergem: primeiro, a realização de uma entrevista estruturada restringiria a possibilidade de se perceber as sutilezas intrínsecas a operação do *Anonymous* e, segundo, essa entrevista serve como um organizador do percurso metodológico, pois muitas definições só serão possíveis após a seleção da situação envolvendo o *Anonymous*, ou seja, a entrevista dará condições para a busca de dados documentais que permitam a compreensão dos fatos que motivaram a realização das atividades e com isso privilegia-se a perspectiva histórica e sociocultural.

5.2.2 Etapa de Delineamento dos Sistemas de Atividades

A partir da obtenção dos dados documentais é possível criar breves históricos de como a atividade foi constituída, permitindo assim o delineamento de cada um dos sistemas envolvidos.

O delineamento da atividade é importante não apenas por permitir a compreensão dos elementos definidos pela Teoria da Atividade, mas também porque evidencia a construção histórica e cultural de cada um deles e do próprio sistema de atividade. Conforme aponta Engeström (1987), essa etapa pode ser dividida em duas fases: primeiro, constitui-se o objeto da atividade e, na sequência, delineiam-se os demais elementos.

Como Leont'ev destacou, a identidade de qualquer atividade é primeiramente determinada pelo seu objeto. Assim, a análise deve tomar como ponto de partida as transformações qualitativas do objeto, entendendo ele próprio como um sistema de atividade. Entretanto, o sistema de atividade não pode ser considerado externo a atividade central, mas apenas ligada a ela (ENGESTRÖM, 1987).

Percebe-se que o objeto é o elemento fundamental para o delineamento do sistema de atividade. Nesse sentido, esse objeto nasce do estado de necessidade de um ou mais atores (FOOT, 2002; QUEROL; CASSANDRE; BULGACOV, 2014), os quais se unem para realizar ações no sentido de transformar esse objeto e, por isso, é ele que motiva a atividade (KUUTTI, 1996).

A partir da constituição do objeto, parte-se para o delineamento dos demais elementos, sendo que em um primeiro instante, foca-se nos sujeitos que estão realizando a atividade e nos artefatos (reais ou abstratos) utilizados por esses sujeitos no processo de transformação do objeto. Na sequência, estudam-se a comunidade, as convenções e a divisão do trabalho, sendo que a comunidade representa as pessoas que não estão envolvidas na realização da atividade, mas que compartilham o interesse pelo objeto; as convenções oportunizam ou restringem o comportamento dos sujeitos na realização da atividade e a divisão de trabalho determina as divisões de funções e poder que determinam os papéis e as responsabilidades que os sujeitos assumem durante a atividade (ENGESTRÖM, 1987, 2001; FOOT; GROLEAU, 2011; KUUTTI, 1996).

5.2.3 Etapa de Análise das Contradições dos Sistemas

Uma vez delineados os sistemas de atividades envolvidos naquele contexto, o próximo passo é estudar as tensões e conflitos que podem emergir dos elementos e dos sistemas em interação. Segundo Engeström (1987) há quatro tipos de contradições entre os sistemas de atividade em interação: as que surgem em cada elemento da atividade (primárias), as que ocorrem entre dois desses elementos (secundárias), as que surgem quando um novo elemento é introduzido em um dos sistemas em interação (terciárias) e as que ocorrem entre esses sistemas (quaternárias), quando há uma mudança significativa na atividade de um deles.

Como as contradições são construídas historicamente e se evidenciam por meio de tensões, distúrbios ou conflitos que podem levar ao bloqueio ou a obstrução da atividade (ENGESTRÖM; SANNINO, 2011). Dessa forma, pode-se entender que estes pontos devem ser evitados, porém, o que parece ser um problema, na verdade pode se tornar um momento para o desenvolvimento do sistema e, por isso, as contradições são fatos úteis para o processo de análise (HOLLAND; REEVES, 1994).

O agravamento dos problemas leva à busca de soluções. Essas soluções podem ou não incluir o objeto. Essas mudanças podem ser simplesmente ajustes nos elementos do sistema de atividade, como uma nova tecnologia ou uma maneira diferente de fazer algo. Se a crise é grave o suficiente, as pessoas podem desafiar todo o sistema, inclusive o propósito de toda a atividade (objeto). (QUEROL; CASSANDRE; BULGACOV, 2014, p. 410)

Esse ato de desafiar o sistema pode ser materializado no envolvimento de outro sistema de atividade, o qual intervém naquele contexto para tentar resolver as contradições. Esse entendimento colabora com esta etapa, que busca selecionar aquelas contradições que permitam compreender os motivos que levaram ao envolvimento do *Anonymous*.

5.2.4 Etapa de Análise das Formas de Intervenção e Interação do *Anonymous*

A partir das contradições estudam-se de quais formas se manifestam os processos de intervenção e interação do *Anonymous* naquele contexto, essa especificidade permite perceber as sutilezas que determinam a forma como aquela atividade foi realizada. Por fim, interpreta-se esses resultados obtidos com o olhar centrado na sustentabilidade, buscando perceber como a tentativa de superar as contradições estimulam as mudanças nas condições dos sujeitos, contribuindo para que aquela determinada situação venha a tornar-se sustentável.

Por fim, ressalta-se que toda operacionalização dessa estrutura metodológica-analítica está pautada pelos cinco princípios que sumarizam a Teoria da Atividade (ENGESTRÖM, 1987, 2001):

- a) O sistema de atividade é coletivo, orientado ao objeto e mediado por artefatos. Além disso, é necessário que esse sistema seja percebido por meio das suas redes de relações com outros sistemas de atividades e esta deve ser a unidade de análise;
- b) O sistema de atividade é permeado por múltiplos pontos de vista, tradições e interesses. Nesse sentido, ressalta-se que essa condição é ampliada quando se consideram as interações com outros sistemas de atividades;
- c) O sistema de atividade se constitui e é transformado ao longo do tempo, ou seja, seus problemas e potenciais para o desenvolvimento só podem ser compreendidos a partir da sua própria história;

- d) As contradições têm um papel central nessa rede de relações entre os sistemas de atividade. Elas são fontes para o aprendizado e para o desenvolvimento do sistema, pois geram distúrbios e conflitos que levam a mudança da atividade;
- e) As contradições podem se agravar de modo a possibilitarem as transformações expansivas de longo prazo no sistema de atividade. Esse tipo de transformação ocorre quando o objeto e o motivo da atividade são reconceitualizados para abarcar um novo e amplo horizonte de possibilidades.

Na sequência, o quadro 04 apresenta as definições de cada um dos elementos que compõem o sistema de atividade, o qual é representado graficamente pelo triângulo proposto por Engeström (1987) e utilizado na análise conforme a figura 09. Ressalta-se que mais de um sistema de atividade pode ser dirigido a um mesmo objeto, sendo fundamental observá-los conjuntamente em interação.

Quadro 04 – Definição dos Elementos da Teoria da Atividade.

TEORIA DA ATIVIDADE	ELEMENTOS	DEFINIÇÕES	AUTORES
<p>SISTEMA DE ATIVIDADE</p> <p>Um sistema constituído de atividades, ações e operações orientado ao objeto ou a sua transformação; coletivo e culturalmente mediado. Esse sistema é conduzido por um motivo comunitário que se encontra imerso no objeto.</p>	<p>Resultado</p>	<p>Representa os propósitos em curso ou de longo prazo que a comunidade deseja. Dessa forma a transformação do objeto até o resultado compreende uma temporariedade que pode superar a dos sujeitos.</p>	<p>Engeström (1987, 2001) Kuutti (1996) Foot (2002)</p>
	<p>Sujeitos (Indivíduo ou coletividade)</p>	<p>Representa os sujeitos envolvidos no cumprimento da atividade, cujo ponto de vista é escolhido para a análise. Eles encontram-se imersos na comunidade, sendo restringidos pelas convenções.</p>	
	<p>Objeto</p>	<p>Representa a natureza motivacional ou proposital, na qual a atividade é construída. O objeto é transformado em resultados com a ajuda dos artefatos, ferramentas e significados.</p>	
	<p>Comunidade</p>	<p>Representa o grupo que compartilha com o sujeito o interesse no objeto e nos resultados da atividade. Permite que a análise da atividade seja investigada dentro de um contexto sociocultural.</p>	
	<p>Artefatos</p>	<p>Representa os objetos físicos e abstratos utilizados pelo sujeito para interagir com o objeto, buscando a realização da atividade.</p>	
	<p>Convenções</p>	<p>Representa convenções que influenciam os meios pelos quais a atividade é executada. As regras podem ser explícitas ou implícitas dentro da comunidade.</p>	
	<p>Divisão do Trabalho</p>	<p>Representa a construção dos papéis e responsabilidades que os sujeitos assumem quando executam uma atividade; também representa a alocação das tarefas bem como a hierarquia de status e poder.</p>	

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Engeström (1987, 2001); Kuutti (1996) e Foot (2002).

Portanto, a Teoria da Atividade é simultaneamente um corpo teórico e uma lente de análise, a qual permite delinear os sistemas de atividades e, observar a partir disso, as contradições que levam a possíveis transformações tanto da atividade, quanto de cada um dos elementos envolvidos. Essa metodologia é pertinente para a análise do *Anonymous*, ao revelar as transformações nos sistemas de atividades em interação, evidenciando as possíveis formas de envolvimento entre eles.

5.3 A SELEÇÃO DO ESTUDO DE CASO E A CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO

O processo de análise utilizando a teoria da atividade demanda que a perspectiva do ator seja envolvida, evitando que a análise contemplasse somente a percepção do pesquisador, corroborando com o entendimento da Teoria da Atividade sobre a necessidade de se considerar os vários pontos de vista, tradições e interesses envolvidos na atividade (ENGESTRÖM, 2001). Dessa forma, a entrevista com um dos integrantes do *Anonymous* foi o ponto-chave desta pesquisa, pois permitiu evidenciar o caso a ser estudado e, além disso, a teoria ainda contribuiu para a construção de conhecimentos que guiaram o detalhamento e a análise dessa experiência. Por outro lado, a realização de entrevistas com integrantes do *Anonymous* foi dificultada por duas características: a difusa fronteira de pertencimento a que os membros estão sujeitos e as especificidades técnicas para se ter acesso a esse coletivo.

Como a maioria das atividades do *Anonymous* eram realizadas no ambiente virtual, procurou-se uma forma de acessar os canais de comunicação do grupo, o que gerou um aprendizado sobre técnicas e procedimentos de segurança e anonimato na internet, sem os quais seria impossível acessar qualquer um destes espaços. Obtido o acesso, foi necessário um período de aclimatação para entender como funcionava o sistema de comunicação do grupo, composto de diversos canais (salas de bate-papo) com temas específicos, como o destinado à recepção de iniciantes (chamado #opnewblood), os específicos das operações (#OpIris ou #OpParis), um para assuntos em geral (#anonops), entre outros.

Dentro dessa estrutura, há um canal chamado #reporter, exclusivo para solicitar entrevistas com os participantes, sendo necessário identificar-se, explicar os motivos da entrevista e aguardar a verificação da identidade. Concluída essa fase, o moderador do canal se encarrega de encontrar alguém para ser

entrevistado em uma conversa via texto dentro do próprio canal. Todo esse processo encontra-se detalhado no Apêndice A.

Assim, foi necessário realizar esse processo, explicando que se tratava de um estudo acadêmico que visava entender as ações do *Anonymous* e seus desdobramentos em relação à sociedade e à sustentabilidade, salientando a importância de entrevistar um participante que tivesse atuado em alguma operação. Na sequência, após seis dias (para confirmação da identidade), o moderador apresentou um participante de codinome “Igggy”, que iniciou a conversa perguntando sobre o objetivo e as motivações da pesquisa (Apêndice B).

Durante 80 minutos de entrevista, Igggy relatou que participou de duas operações: uma chamada Venezuela (#OpVenezuela), e outra, chamada Green Rights (#OperationGreenRights), destacando que se envolveu mais com a primeira, quando atuou como um dos coordenadores. Essa afirmação motivou a seleção dessa operação como um caso a ser estudado, por revelar a forma de atuação do *Anonymous*.

A Operação Venezuela surgiu depois de o governo, em um primeiro momento, bloquear as redes sociais e, na sequência, o serviço de internet na maior parte do país. Esses eram usados como meios de comunicação entre os venezuelanos, principalmente aqueles envolvidos nos protestos, e também como forma de divulgação *in loco* das manifestações. Diante dessa censura, Igggy conjuntamente com outros participantes do *Anonymous* propuseram e organizaram a execução da operação, com o objetivo de oferecer um meio alternativo para que os venezuelanos e os manifestantes pudessem se comunicarem. Assim, junto com os ataques DDoS² aos sites do governo, foram configurados três servidores de internet com programas específicos que permitiram o restabelecimento da conversação *on-line* e o acesso às redes sociais.

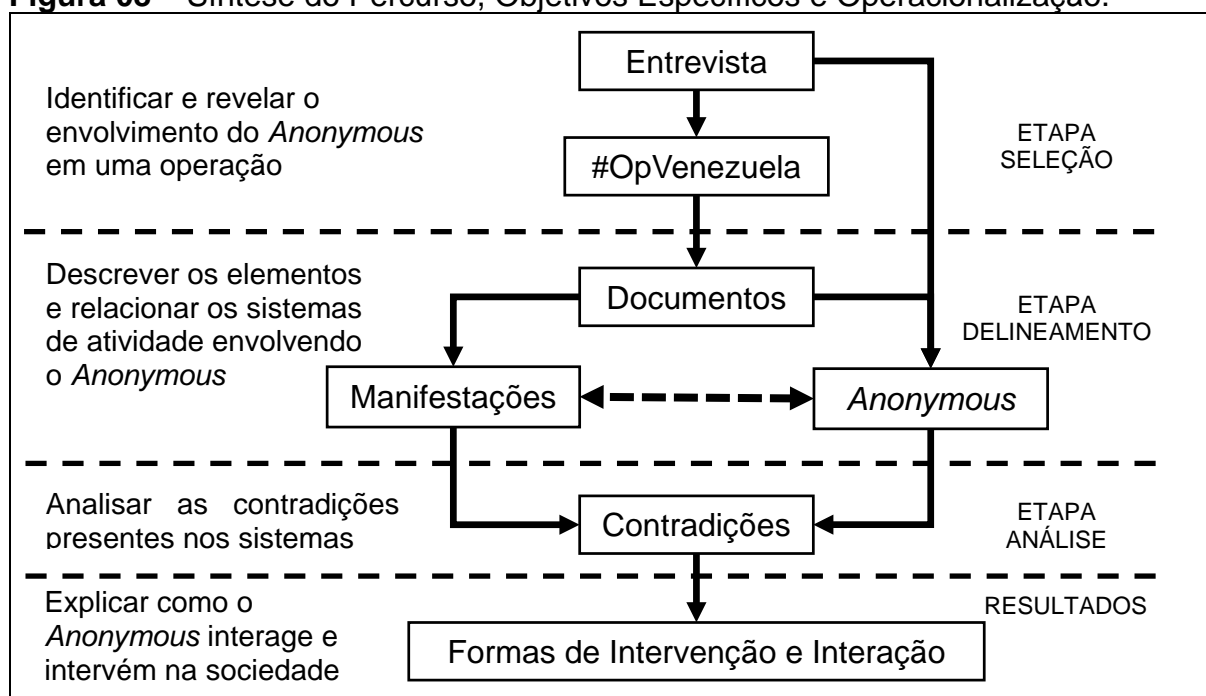
A partir da entrevista, percebe-se a presença de duas situações entrelaçadas, as quais se complementam e ampliam a compreensão do envolvimento do *Anonymous* com as manifestações na Venezuela. Uma delas envolve o próprio grupo e suas ações em prol do restabelecimento da comunicação entre os

² *Distributed Denial of Service Attack* (Ataque Distribuído de Negação de Serviço) – consiste em fazer vários computadores acessarem um site ao mesmo tempo e, assim, sobrecarregar o servidor, que aciona o autodesligamento, uma medida de segurança que evita maiores danos.

venezuelanos, enquanto a segunda advém dos problemas sociais que motivaram as ações dos manifestantes contra o governo.

Essa segunda situação emergiu da entrevista, entretanto ela é condição necessária para que o *Anonymous* projete suas ações no contexto venezuelano, tornando-se, portanto, importante para o processo de análise. Assim, enquanto que a entrevista subsidia a compreensão da atividade envolvendo o *Anonymous*, foi necessária uma busca por documentos que permitiram a reconstrução e a compreensão das manifestações na Venezuela. A figura 08 apresenta o processo de construção desse estudo de caso, pontuando suas relações com os objetivos específicos desta dissertação e as etapas descritas no item 5.2.

Figura 08 – Síntese do Percurso, Objetivos Específicos e Operacionalização.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, o processo de análise envolvendo as manifestações venezuelanas e o *Anonymous* foi pautado na discussão teórica sobre a composição da sociedade em esferas e no papel da Sociedade Civil, buscando ressaltar suas inter-relações neste contexto. Ressalta que o último princípio proposto por Engeström (2001), envolvendo o ciclo de aprendizagem expansiva não encontra-se previsto nesta análise, pois esse demanda outros processos específicos envolvendo os sujeitos e um tempo significativo para se concretizar.

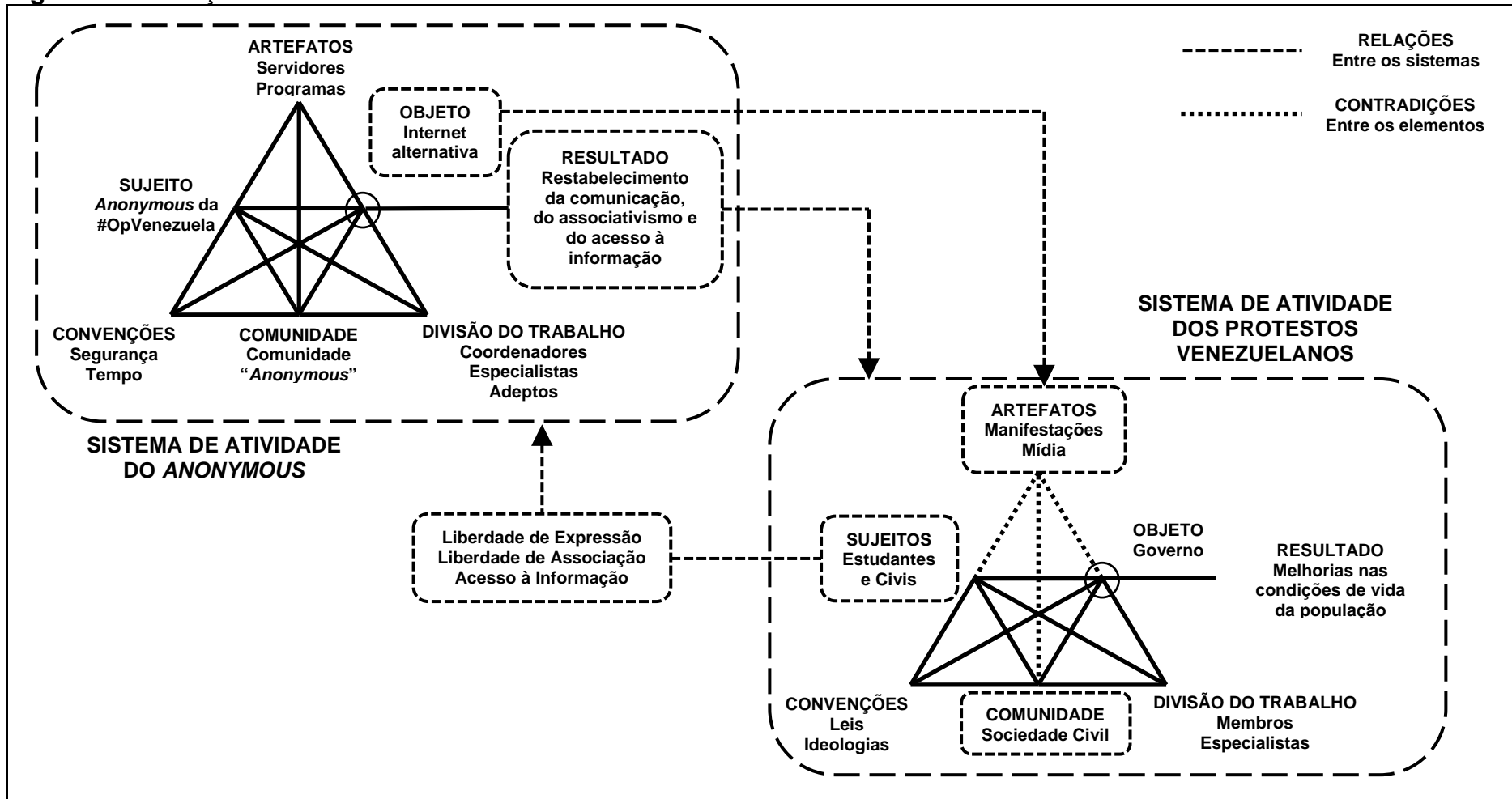
6 ANÁLISE DOS SISTEMAS DE ATIVIDADE: A PARTICIPAÇÃO DO ANONYMOUS

Ao aplicar a Teoria da Atividade sobre cada uma dessas situações, emergiram dois sistemas coletivos de atividade, mediados por artefatos e orientados para a transformação do objeto da atividade. Para Engeström (2001), esses sistemas devem ser interpretados conjuntamente, com base na rede de relações que formam, sendo, portanto, fundamental para este processo de análise considerar tanto o sistema de atividade que envolve os protestos, quanto o do *Anonymous*, sendo que ambos emergem a partir da realização das suas respectivas atividades, conforme apresentado na Figura 09.

A expansão da análise de modo a englobar o sistema de atividade dos protestos venezuelanos evidenciou a presença de duas condições consolidadas nesse sistema: a censura e a repressão, o que levou ao questionamento sobre a origem desses problemas. Nesse sentido, a coleta de dados pautou-se nos elementos constituintes do sistema de atividade (ENGESTRÖM, 2001), corroborando com a compreensão de como esse processo se desenvolveu.

Por isso a historicidade tem papel fundamental na Teoria da Atividade, ao permitir a compreensão dos problemas que bloqueiam a realização da atividade. Nesse sentido, a teoria reinterpreta as contradições que emergem como potencialidades que permitem ao sistema transforma-se a partir da sua própria história (ENGESTRÖM, 2001).

Figura 09 – Relações entre os Sistemas de Atividades



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Engeström (1987, 2001).

Percebe-se que na figura duas das três esferas que compõem a sociedade venezuelana. A macroestrutura ausente, o Mercado, é dependente da exportação do petróleo, uma *comodity* que propiciou lucros interessantes às multinacionais de 1912 a 1972. Tal fato levou o governo a nacionalizar as indústrias desse setor a partir de 1973, movimento que foi intensificado em 2003 com o governo de Chávez. Dessa forma, o governo passou a controlar não apenas o petróleo venezuelano, mas a própria economia, ou seja, o Estado exerce um controle sobre a atuação do Mercado (WILPERT, 2003). Portanto, apesar do olhar percorrer as outras esferas, este estudo foca na Sociedade Civil e na sua atuação diante desse contexto de controle do Estado sobre o Mercado.

Para se compreender, portanto, como o *Anonymous* acabou se envolvendo com os problemas da Venezuela, é fundamental entender o processo de consolidação do sistema de atividade dos protestos venezuelanos até o surgimento dos problemas de repressão e censura. Estes, por sua vez, geraram a condição para que o *Anonymous* realizasse a Operação Venezuela, o que leva à interconexão dos sistemas. No próximo tópico, são apresentados os delineamentos de ambos os sistemas de atividade, começando pelo sistema dos protestos venezuelanos e, na sequência, o das ações envolvendo o *Anonymous*.

6.1 PROCESSO DE DELINEAMENTO DOS SISTEMAS DE ATIVIDADES

O delineamento do sistema de atividade é um processo que permite entender os elementos que constituem a atividade, sendo o objeto, dentre eles, que determina a atividade, devendo ser portanto, o ponto de partida para a construção do sistema de atividade (ENGSTRÖM, 1987). Diante desse entendimento, o primeiro passo foi apresentar o contexto de cada um dos sistemas de atividade sob análise; na sequência, constituiu-se o objeto que determina a atividade e, por fim, fez-se o detalhamento dos demais elementos envolvidos do sistema. Além desse ordenamento teórico, o processo de delineamento enfoca primeiramente o sistema de atividade dos protestos venezuelanos e, depois, o do *Anonymous*, objeto de estudo desta pesquisa.

6.1.1 Das Manifestações à Censura e Repressão do Governo

O ano de 2014 foi marcado por manifestações contra o governo venezuelano, rechaçando o alto índice de violência, a escassez de produtos básicos e medicamentos e a alta inflação (KURMANAEV; PONS, 2013). Esses problemas estruturais são antigos na Venezuela e emergiram em diferentes períodos e contextos, mas que perduram até os dias atuais.

A violência é resultado de uma mescla de fatores que variam desde a crise do sistema penitenciário até a enorme quantidade de armas que circulam livremente no país, sendo difícil precisar sua origem histórica (PARDO, 2014). Apesar disso, é possível ter uma ideia do nível de violência na Venezuela pelas estimativas do Observatorio Venezolano de Violencia (OVV), que sugerem que 24.980 pessoas foram vítimas da violência em 2014, ou seja, um índice de 82 mortos por 100.000 habitantes (OBSERVATORIO VENEZOLANO DE VIOLENCIA, 2014).

Paralelamente à violência, tem-se a desestabilização econômica advinda da dependência que o produto interno bruto (PIB) venezuelano tem do petróleo, que, ao apresentar grandes variações de preço no mercado internacional, provoca diferenças significativas no indicador. Esse fato, aliado à necessidade de importar quase todos os produtos para o consumo interno, colabora para o agravamento dos problemas econômicos, dificultando o controle da inflação (SOBRAL, 2013).

Diante dessas condições, em 2003, o governo do então presidente Chávez adotou duas medidas para tentar conter os problemas econômicos: o congelamento dos preços da cesta básica e o controle cambial, que resolveram temporariamente o problema; entretanto a instabilidade econômica voltou a afetar os venezuelanos após o “desaparecimento” dos produtos básicos dos supermercados e do surgimento do mercado negro, tanto de produtos quanto do câmbio (MEZA, 2015). Além disso, a escassez atingiu também a produção e a importação de medicamentos, que se tornaram caros tanto para produzir quanto para importar, estimulando o mercado negro.

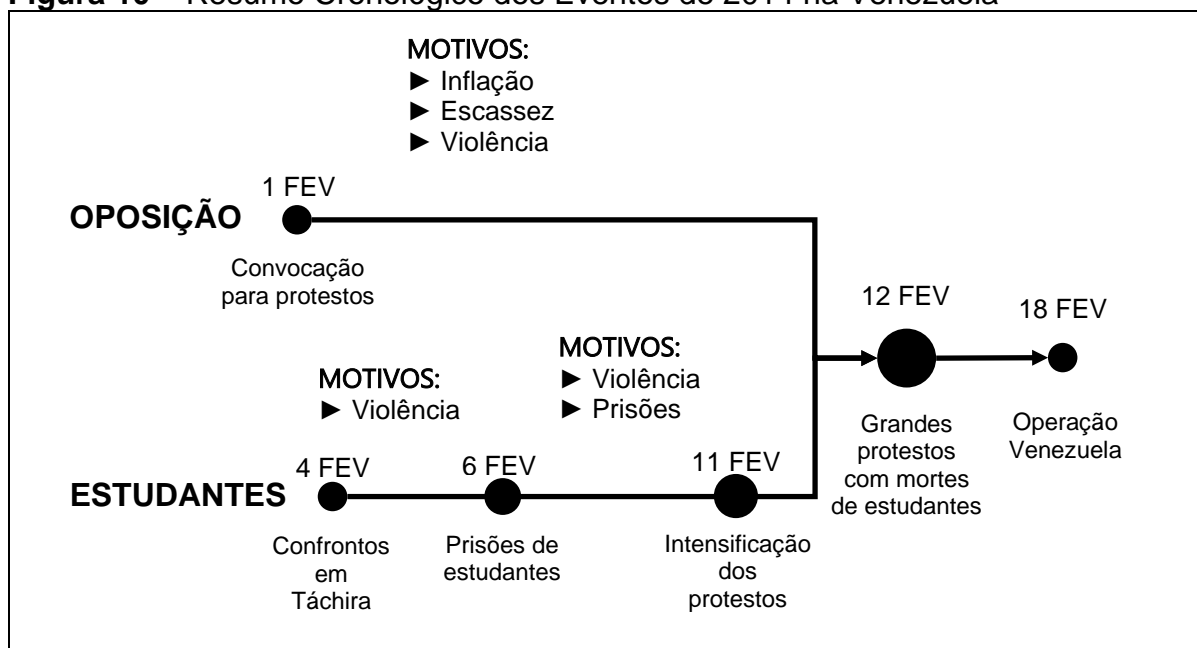
Desse modo, após o assassinato da ex-Miss Venezuela, no início de janeiro de 2014, começaram as manifestações contra o governo, demandando principalmente ações contra a violência generalizada. No dia 4 de fevereiro, ocorreu a tentativa de estupro de uma caloura, na Universidade de Los Andes (ULA), e este

novo incidente causou a revolta dos estudantes, que foram às ruas protestar; em pouco tempo, estudantes de outras universidades de Táchira também se engajaram, intensificando os protestos (DUARTE, 2014).

Os partidos de oposição viam nessas manifestações uma oportunidade para pressionar o governo e forçar sua saída, por isso passaram a convocar os estudantes opositoristas para realizar protestos. As manifestações tinham, portanto, duas origens distintas: uma ligada aos estudantes, e outra, aos partidos políticos de oposição. Por outro lado, o governo venezuelano contava o apoio de uma grande parcela da população composta por aqueles simpatizantes do governo de Chaves, o que caracteriza a polarização política da Venezuela (CICERO, 2013).

Como era difícil distinguir os movimentos de oposição, daqueles realizados pelos estudantes, o governo entendeu que todos os atos eram fomentados pela oposição, que, para ele, arquitetava um golpe de estado, a ponto de autorizar a Guarda Nacional a usar de força e armas para conter os protestos, resultando em confrontos que deixaram manifestantes feridos. Paralelamente, essa repressão fez com que novas ações fossem incorporadas ao repertório dos ativistas, como a construção de “*guarimbas*” (barricadas de objetos e lixo onde se coloca fogo) para bloquear as ruas e avenidas da cidade (ARRÁIZ, 2014).

Na sequência, os manifestantes estudantis foram acusados de atacar a casa do governador do Estado de Táchira, o que resultou em novos confrontos e na prisão de estudantes. A violência da Guarda Nacional e a injustiça praticada contra os estudantes provocaram o engajamento de civis nos protestos, os quais se ampliaram e se multiplicaram por outros estados e cidades da Venezuela, tanto que, no dia 12 de fevereiro de 2014, ocorreram manifestações a favor e contra governo em 38 cidades, sendo que as realizadas na capital Caracas resultaram em confrontos e na morte de estudantes (Figura 10).

Figura 10 – Resumo Cronológico dos Eventos de 2014 na Venezuela

Fonte: Elaborado pelo autor.

Desde o início, essas manifestações foram marcadas pelo uso das redes sociais como fonte de notícias e meio de articulação e propagação dos protestos. Muitos venezuelanos recorriam à internet para saber o que estava acontecendo, já que o governo havia proibido as emissoras de televisão de divulgar informações ou imagens sobre os protestos (DIAZ, 2014; WILSON, 2014).

Mesmo com essa censura, algumas emissoras fizeram reportagens sobre os protestos, divulgando inclusive a morte de estudantes. O governo, por sua vez, cortou os sinais de transmissão dessas emissoras, alegando que tais conteúdos incitavam a violência (NEAL, 2014). Esse aumento da censura levou ao bloqueio das redes sociais e ao desligamento do serviço de internet em muitos lugares, o que facilitou à Guarda Nacional agir com mais rigor na inibição das manifestações, pois os excessos não seriam propagados pelas redes (ARRÁIZ, 2014; PRODAVINCI, 2014).

Por outro lado, essa contenção das informações a respeito das manifestações e das mortes, era fundamental para o governo para manter sua imagem perante a população e, assim, poder manipular e distorcer a realidade sobre a situação crítica da Venezuela, inibindo a capacidade de reflexão da população e estabelecendo uma “cultura da individualização” (BAUMAN, 2009; BECK, 2010b; FUKUYAMA, 1999).

Nesse sentido, podem-se usar dois fatos como exemplo para entender como a cultura da individualização se consolida na sociedade venezuelana:

primeiro, o medo da violência, que estabeleceu um comportamento de “toque de recolher”, ou seja, as pessoas não mais percebem as consequências da violência e como ela interfere no fluxo da vida; segundo, a escassez de produtos e medicamentos, que originou o mercado negro, acarretando dissociação entre as pessoas, ou seja, as ações são pautadas por interesses egoístas. Portanto essas situações evidenciam como há um processo de deterioração dos valores morais e sociais, fundamentais para qualquer tipo de cooperação entre as pessoas. Essa situação é construída historicamente e estabelece um conflito no comportamento social venezuelano, especialmente na Sociedade Civil, entre o individualismo, representado pelas situações envolvendo os interesses egoístas dos sujeitos e o coletivismo, representado pelas pessoas que buscam os movimentos sociais para modificar as condições em que se encontram.

Tais indícios levam ao questionamento do papel do governo no sistema de atividade e, nesse contexto, ressaltam-se os estudantes, as manifestações e a mídia como outros elementos envolvidos na atividade. Dessa forma, no próximo tópico, enfocou-se exclusivamente a constituição do objeto da atividade e seus desdobramentos.

6.1.1.1 Constituição do objeto da atividade

O processo de constituição do objeto da atividade surge do estado de necessidade de um ou mais atores (FOOT, 2002; QUEROL; CASSANDRE; BULGACOV, 2014), que se unem para demandar transformações no objeto (ENGSTRÖM, 1987, 2001). Nesse sentido, como já apontado anteriormente, as manifestações venezuelanas materializavam as necessidades de segurança, de acesso a produtos básicos e medicamentos, além de economia estável. Essas necessidades estão inter-relacionadas, pois um agravamento da inflação leva a mais escassez, que, por sua vez, eleva os preços no mercado negro e, conseqüentemente, esse efeito provoca um aumento da inflação ou da violência.

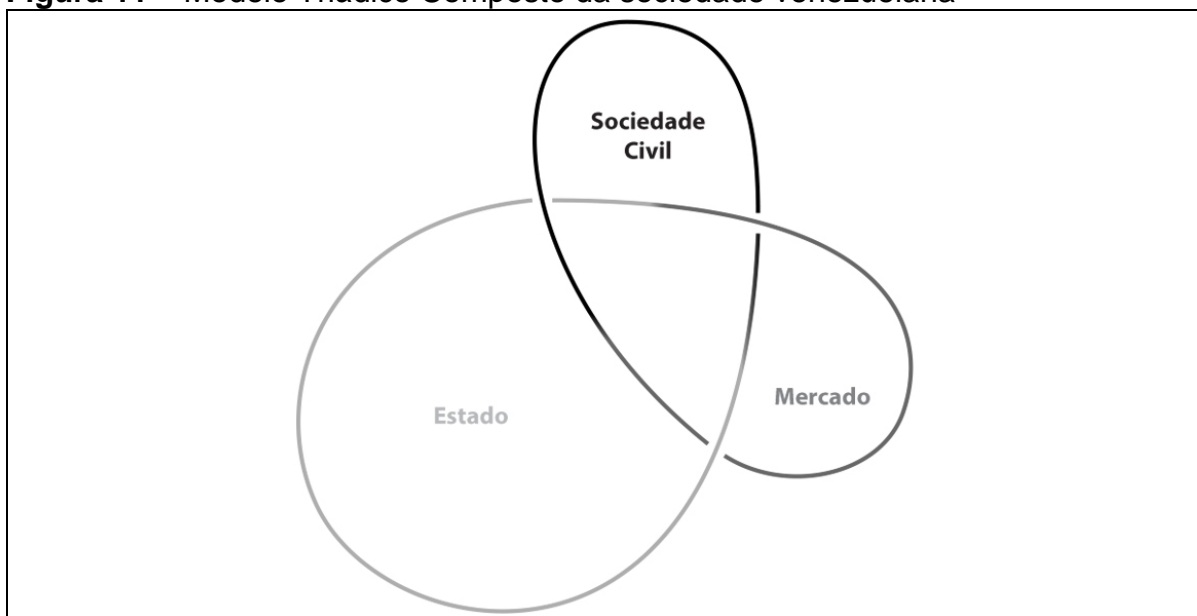
Pode-se dizer, então, que esses são problemas de difícil solução, em razão de sua natureza complexa e do impacto nas várias camadas da sociedade. Para superar isso, é necessário considerar a atuação conjunta das macroestruturas. Por essa razão, atuar conjuntamente significa que há um movimento dinâmico e provisório entre as esferas, de modo que não cause a supressão de qualquer uma delas,

conforme discussão apresentada no tópico 2.5 – Sociedade Civil e suas Inter-Relações em uma Perspectiva Interacional.

No caso da Venezuela, o espaço de atuação da esfera do Mercado é suprimido tanto pelo surgimento do mercado negro, quanto pela dominação que o Estado exerce através dos controles de preços, câmbio e das estatais que controlam a principal fonte de recursos econômicos, o petróleo. Assim, o Mercado não atua livremente e, tal fato, compromete a atuação conjunta das esferas, diminuindo a possibilidade de se solucionar os problemas da sociedade. De forma paralela, o governo expõe a Sociedade Civil a uma realidade distorcida determinada pela manipulação da mídia, estabelecendo uma “cultura da individualização”. Essa situação facilita a atuação governamental em prol de interesses particulares, como por exemplo: a conversão dos canais de participação popular em meios de incorporação dos movimentos sociais ao governo, o que, em última instância, diminuiu a oposição em relação ao bolivarianismo (CICERO, 2013). Assim a Sociedade Civil também se encontra em uma condição de liberdade limitada, que afeta sua participação.

Considerando as condições de cada esfera, apresenta-se, na Figura 11, o modelo triádico composto da sociedade venezuelana, que evidencia como estão estabelecidas as inter-relações entre as macroestruturas.

Figura 11 – Modelo Triádico Composto da sociedade venezuelana



Fonte: Elaborado pelo autor.

Durante o estudo deste sistema de atividade, apesar do Mercado ser fundamental para a sociedade, ele tem sua atuação controlada pelo Estado justificando a existência de desequilíbrios nas inter-relações das macroestruturas.

Este fato abre espaço para o surgimento de um movimento oriundo da Sociedade Civil no sentido de questionar o Estado. Nesse sentido, os estudantes e os civis engajados são a força motriz desse movimento, pois formam coletivamente os anseios dos venezuelanos (segurança, acesso a produtos e medicamentos e estabilidade econômica), requisitando a revalorização dessa esfera, conforme aponta a teoria.

Outro ponto a ser ressaltado é que a condição de absolutismo do Estado cria uma situação que contém um duplo problema. O primeiro surge do poder que o governo tem para determinar a política econômica, que gera desequilíbrios estruturais que se consolidam em situações de risco para a população; o segundo, por sua vez, advém da complexidade das demandas que emergem dos movimentos sociais, as quais requisitam a atuação conjunta das esferas, colidindo com a condição de absolutismo, o que exige do Estado mudanças, para que as outras esferas passem a interagir na busca de soluções. Assim o governo se mostra tanto como fonte das crises na sociedade, quanto como um obstáculo ao processo de mudança.

Nessa perspectiva, as possibilidades de mudança perpassam pela transformação das inter-relações das esferas e, nesse caso, as transformações devem modificar essa condição absolutista do governo, entendido como o objeto da atividade, ou seja, aquele que os sujeitos envolvidos na atividade querem transformar para poder ver atendidas suas necessidades.

Assim, após a constituição do objeto, estudam-se os outros elementos que compõem a atividade: os sujeitos (estudantes e civis), os artefatos (manifestações e a mídia), a comunidade (Sociedade Civil), as convenções (leis e ideologias) e a divisão do trabalho (membros e especialistas), que, interagindo, podem levar à almejada melhoria da qualidade de vida dos venezuelanos, sendo essa uma condição que permite dizer se essa atividade é sustentável.

6.1.1.2 O sistema da atividade dos protestos venezuelanos

Uma atividade envolve basicamente um objeto e um sujeito e, sobretudo na Teoria da Atividade, ela é concretizada por meio dos artefatos (ENGESTRÖM, 1987, 2001). Assim, uma vez constituído o objeto, estudam-se os sujeitos que estão realizando a atividade e os artefatos por eles utilizados nesse processo.

Nas manifestações contra o governo (objeto), as pessoas envolvidas eram grupos de estudantes e civis, sendo que estes acabaram se engajando depois de ocorrerem as prisões e a repressão da Guarda Nacional. Além disso, ressalta-se que, em virtude da polarização política no país, cada um desses grupos pode ainda ser fragmentado em pelo menos duas partes: uma formada pelos simpatizantes do governo, e a outra, pelos descontentes, levando ao entendimento de que os sujeitos envolvidos nessa atividade são os estudantes e civis contrários ao governo.

Dessa forma, como as pessoas precisam evidenciar seu descontentamento em relação às condições de vida, elas recorrem às manifestações populares, que podem ser interpretadas como uma forma de desafiar culturalmente os padrões impostos pelo governo (MELUCCI, 1989). Sob esse ângulo percebe-se que a história dos movimentos sociais é permeada constantemente pela presença desse tipo de ação coletiva, usada para materializar queixas e preocupações (SNOW; SOULE; KRIESI, 2004) em diferentes períodos e contextos (GOHN, 2001). Assim as manifestações são os meios utilizados para expressar as intenções da coletividade, ou seja, se os movimentos sociais formam coletivamente os anseios da Sociedade Civil, então as manifestações são sua forma de expressão para as outras esferas, consideradas, portanto, um tipo de artefato no sistema de atividade.

Por outro lado, se essa forma de expressão deve ser reconhecida pelas outras esferas, então é necessário considerar a presença de outro artefato envolvido nesse processo – a mídia. Com ela, os movimentos sociais podem alcançar uma audiência maior do que a produzida por suas ações diretas e, com isso, trazer novos temas para serem discutidos na sociedade (MAIA, 2009). Apesar disso, deve-se considerar também o papel manipulador da mídia, o que pode levar à alienação das pessoas, influenciando no modo de pensar ou na adoção de certos comportamentos – faceta interessante para o governo venezuelano. Portanto, tal como as manifestações, a mídia também é considerada um artefato de mediação, utilizado pelos sujeitos para a realização da atividade (ENGSTRÖM, 1987, 2001).

Uma vez delineados esses elementos, Engeström (1987) destaca que qualquer atividade está imersa em um contexto histórico que influencia a forma como ela é realizada. Desse modo, o autor amplia o entendimento para além da relação sujeitos – artefatos – objeto, argumentando que os sujeitos estão imersos em inter-relações complexas com a **comunidade**, a qual estabelece o contexto sociocultural que influencia o comportamento dos sujeitos por meio das **convenções** que

restringem as ações dentro do sistema. Por outro lado, tanto a comunidade quanto os sujeitos acessam o objeto através de uma divisão de tarefas e poder (ENGESTRÖM; SANNINO, 2010), que influenciam na construção dos papéis e responsabilidades que esses sujeitos assumem quando executam a atividade – a **divisão de trabalho**.

Em discussões anteriores, destacou-se o movimento da Sociedade Civil em relação ao governo (objeto), que leva a mudanças nas suas inter-relações. Por outro lado, os estudantes e civis (sujeitos) são grupos imersos na Sociedade Civil. Essas duas percepções conduzem ao delineamento da comunidade, uma vez que ela compartilha com os sujeitos o interesse no objeto e nos resultados da atividade (FOOT, 2002; KUUTTI, 1996); portanto a Sociedade Civil é a comunidade desse sistema de atividade.

Com base nesse entendimento, discute-se a divisão do trabalho que determina os papéis e responsabilidades dos sujeitos. No caso da Venezuela, as manifestações são realizadas por estudantes e civis, que geralmente são considerados membros desse tipo de movimento. Apesar disso, há sujeitos que não estão envolvidos nas passeatas de ruas, mas atuam realizando tarefas específicas como: produção de vídeos, divulgação em mídias sociais, produção e disseminação de fotos e reportagens sociais, ou seja, atuam conforme suas competências. Para exemplificar: as manifestações produzem conteúdos que precisam ter repercussão na mídia e, por isso, algumas pessoas se envolvem em atividades específicas para a consecução desse objetivo, entretanto elas podem não participar das passeatas de rua. Percebe-se, então, que, dentro do movimento estudantil, pode haver vários papéis e funções, sugerindo uma fragmentação do trabalho, conforme a necessidade de concretizar ações que requisitam habilidade específica. Portanto os sujeitos podem assumir uma função como membros, especialistas ou ambos, representando assim a divisão de trabalho nesse sistema.

Por outro lado, com o envolvimento do Estado e da Sociedade Civil no sistema de atividade, é natural que a primeira convenção a impor restrições aos sujeitos seja o conjunto de leis da sociedade. Nesse sentido, destacam-se duas delas: o artigo que garante a liberdade de expressão (artigo 57) e o que regulamenta o direito de manifestar-se (artigo 68), ambos expressos na Constituição venezuelana.

Artigo 57 – Toda pessoa tem o direito de expressar livremente seus pensamentos, suas ideias ou opiniões oralmente, por escrito ou mediante qualquer outra forma de expressão, podendo fazer uso de qualquer meio de comunicação e difusão, sem que nenhuma censura seja estabelecida. Quem faça uso desse direito assume plena responsabilidade por tudo o que foi

expressado. Não se permite o anonimato, nem a promoção de guerra, nem mensagens discriminatórias, nem promover a intolerância religiosa (VENEZUELA, 1999).

Já o artigo 68 versa sobre o direito de realizar manifestações pacíficas:

Artigo 68 – Os cidadãos e cidadãs têm o direito de manifestar, pacificamente e sem armas, sem outros requisitos que os estabelecidos por lei. É proibido o uso de armas de fogo e substâncias tóxicas para controlar manifestações pacíficas. A lei regulará a atuação dos corpos policiais e de segurança na manutenção da ordem pública (VENEZUELA, 1999).

A combinação desses dois artigos fundamenta a liberdade e o direito de se expressar por meio de manifestação pacífica, entretanto a repressão dos protestos, os confrontos e a censura imposta às emissoras de televisão e à internet indicam que houve ações fora das normas estabelecidas, tanto por parte do governo quanto dos manifestantes, o que resultou em 37 mortos e mais de 550 feridos (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2014).

Além dessa norma, a mistura dos movimentos estudantis com os dos partidos políticos de oposição resultou em uma convenção que guia os comportamentos na realização da atividade – as ideologias. Elas influenciam as ações executadas dentro do sistema de atividade, por exemplo: os movimentos sociais produzem ações que visam chamar a atenção do governo para os problemas que estão enfrentando, definindo assim a realização de um protesto pacífico. Já as ações dos partidos políticos buscam causar uma desordem social, por isso visam às manifestações conflituosas. Assim, ainda que as ações sejam dirigidas ao mesmo objeto, elas podem estar impregnadas de ideologias que visam a resultados distintos, o que modifica sua forma de execução. No contexto venezuelano, portanto, as leis e as ideologias atuam com convenções para os sujeitos.

Durante o processo de delineamento do sistema de atividade dos protestos venezuelanos, chamou a atenção a presença de tensões nos artefatos e convenções. Essas tensões constituem as contradições do sistema e envolvem os sujeitos ou a comunidade, os artefatos e o objeto. Essas contradições, assim que formadas, mostram-se como oportunidade para o envolvimento do *Anonymous*, que vem para combater a supressão das manifestações e contrapor a “realidade” imposta pelo governo à população.

Twitter, FB [Facebook] e algumas outras redes sociais foram banidas. Sim, o governo bloqueou principalmente o Twitter e os manifestantes não podiam mais se comunicar através dele. [...]. O pior foram os estudantes, havia mortos e muitos feridos e cerca de 30 pessoas foram assassinadas durante os protestos (IGGY, 2015).

Nesse fragmento, percebe-se a leitura que o *Anonymous* fazia da situação na Venezuela e sua distinção em relação aos discursos do governo, os quais frisavam principalmente que as manifestações faziam parte de um “golpe de estado” arquitetado pela oposição. Esse entendimento será discutido no tópico 6.2.

Assim, uma vez delineado o sistema de atividade dos protestos venezuelanos, é fundamental compreender o sistema da atividade do *Anonymous*, já que ambos, com base na leitura de uma situação conflitante na Venezuela, acabam se envolvendo. Esse delineamento contribui com a posterior análise das relações estabelecidas entre os sistemas de atividade e com a compreensão de como isso responde ao problema de pesquisa. Portanto o próximo passo é descrever um histórico de como o *Anonymous* se envolveu com as manifestações na Venezuela, seguido da constituição do objeto e do sistema de atividade do *Anonymous*.

6.1.2 O *Anonymous* e a Operação Venezuela

Após o protesto do dia 12 de fevereiro de 2014, as manifestações continuaram sendo reprimidas com violência, gerando cada vez mais confrontos e mortes na Venezuela. Paralelamente, o governo retirou do ar o canal NTN24 depois de transmitir imagens dos protestos, além de acusar a Agence France-Presse de manipular informações nas reportagens. Esses fatos caracterizam a intensificação relacionada à mídia, acabando por suprimir o acesso da população à informação, contribuindo para a coibição dos protestos.

Diante disso, no dia 15 de fevereiro, um usuário, identificado como estudante venezuelano, postou um pedido de ajuda no site Reddit (www.reddit.com). Esse site é um tipo de fórum *on-line* que permite a postagem de qualquer tipo de conteúdo de forma anônima e, por isso, atrai muitos usuários, inclusive integrantes do *Anonymous*.

Saudações, e antes de tudo, obrigado pelos cuidados.

Como muitos de vocês sabem, estudantes venezuelanos estão protestando pacificamente, exigindo segurança, educação, orçamento justo, liberdade de expressão e o cessar dos ataques do governo contra as pessoas que não compartilham de suas ideologias.

Mas, verdade seja dita, nós não temos apoio, as pessoas comuns que não são estudantes têm medo do governo, e para ser honesto, não é para temer? Durante quinze anos, todos nós temos sido vítimas das políticas do governo. A mídia é constantemente pressionada para garantir que nossos protestos e as nossas mensagens não cheguem às pessoas.

Enquanto grupos armados circulam livremente em todo o país, os estudantes são presos e mortos.

As pessoas não podem comprar o que precisam ou querem, pois se eles têm dinheiro, não há produto e se há produto, não têm dinheiro.

Nós passamos horas na fila nos supermercados para obter produtos básicos como: papel higiênico, sabonete, detergente, farinha, leite, fraldas, pasta de dente, frango, frutas, óleo de cozinha e outros mais. As prateleiras vazias são a única coisa abundante nos supermercados.

Os jornais não conseguem papel para produzirem os jornais impressos, e logo, não serão capazes de entregar as notícias para a população, levando os venezuelanos a perderem mais uma fonte de informação e restando somente aquilo que o governo divulga.

Devido aos protestos, o governo bloqueou o acesso ao único canal de televisão de mostra a verdade: NTN24 (Colômbia) e também o *Twitter*, uma fonte de informação em que muitos venezuelanos confiam. Além disso, fomos forçados durante um dia inteiro a usar VPNs³ para se ter acesso ao *Twitter*.

Graças ao controle cambial, nós não podemos viajar para buscar ou comprar de outro país os produtos necessários para viver, porque não podemos comprar dólares.

Nós estamos correndo contra o tempo. O país todo está afundando lentamente e com ele todos os venezuelanos. O governo tem roubado tudo dos estudantes, até mesmo o medo.

Nós precisamos de ajuda. Por favor, espalhem esta mensagem, traduza-a e ajude-nos da maneira que puder.

Anonymous sempre foram respeitados na Venezuela, e nós ficaremos gratos por qualquer ajuda que vocês nos oferecerem.

POR FAVOR, AJUDEM A ESPALHAR NOSSA MENSAGEM DE LIBERDADE.

Para sempre online, e lutando pelos direitos de todos (REDDIT, 2014, ênfase do autor).

Três fatos chamam a atenção na postagem: primeiro, as preocupações com a consolidação da repressão e da censura por parte do governo; segundo, a coibição dos protestos e, por fim, o pedido de ajuda feito diretamente ao *Anonymous*.

O primeiro fato se evidenciou a partir do delineamento do sistema de atividade dos protestos venezuelanos e se consolidou por meio da violência contra os manifestantes e dos controles punitivos da mídia. O segundo, por sua vez, é um efeito direto da consolidação dessa situação de repressão e censura, pois elas constituem uma forma de controle sobre os artefatos do sistema, o que leva à obstrução da comunicação, da associatividade e do acesso à informação, instaurando-se, com isso, uma crise na capacidade de os movimentos formarem coletivamente os anseios da sociedade. No último fato, destaca-se a crença no *Anonymous*, a qual pode ter resultado do reconhecimento advindo de outras operações, pois, ao revelar os impasses e os limites da democracia, o *Anonymous* obtém reconhecimento e, assim,

³ Virtual Private Network – Tecnologia utilizada para fazer o tráfego seguro de dados. O usuário tem o endereço que o identifica no ambiente virtual modificado, ou seja, é como se ele estivesse conectado a partir de outro país e, por isso, os venezuelanos voltaram a ter acesso ao Twitter (bloqueado apenas para endereços venezuelanos).

gera essa crença no “poder da máscara”, que leva as pessoas a acreditar na sua capacidade de transformação da sociedade (COLEMAN, 2011).

Assim esses fatores contribuíram para que se iniciassem as discussões sobre a situação da Venezuela no canal #OpVenezuela, criado exclusivamente para essa finalidade. Segundo Iggy (2015), no auge da operação, havia de 200 a 280 pessoas discutindo diariamente no canal. Para se ter uma ideia do quanto isso representa, atualmente a operação de maior evidência em execução é a Operação Paris, lançada após os atentados ocorridos em 13 de novembro de 2015. Nessa operação, cerca de 100 pessoas estão envolvidas diariamente, ou seja, metade do contingente mobilizado na Operação Venezuela.

Cronologicamente, a #OpVenezuela iniciou-se no dia 17 de fevereiro de 2014, com ataques DDoS, que derrubaram sites do governo. Na sequência, no dia 18, lançou-se um vídeo no site *Youtube*, onde o *Anonymous* divulgou a realização da operação, além de mostrar solidariedade com a situação da Venezuela.

Caros cidadãos do mundo, *Anonymous* não pode, e não vai ficar de braços cruzados enquanto as pessoas estão sendo privadas de seus direitos básicos e liberdades humanas. No entanto, ainda há muitos governos em todo o mundo que não conseguem atender sequer o padrão de liberdade que foi definido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Estes governos acreditam que têm o direito e o privilégio de impor ao seu próprio povo uma versão "oficial" de "realidade" que não existe, todavia, isso é uma violação da verdade da vida cotidiana dos cidadãos. O *Anonymous* acredita que este é um crime que não pode ficar impune.

O povo venezuelano está vivendo em condições desumanas; sendo-lhes negado seus direitos básicos à liberdade de expressão, liberdade de associação, e o livre acesso à informação. A imposição da censura sobre seu próprio povo, o governo venezuelano condena a liberdade e revela-se um criminoso, tornando-se assim, um inimigo do *Anonymous*.

Para o povo venezuelano: nós estamos juntos e unidos contra essa opressão. Esta luta não é apenas para você sozinho, mas para toda a humanidade. Os cidadãos não podem mais suportar os abusos de seus governos. Quando surge qualquer ameaça de opressão, nós nos levantamos mais alto que o inferno – e quando o povo rugir, seu som arrepiará a espinha de todos aqueles que sufocam nossa liberdade, tomada a distância.

O *Anonymous* são seus irmãos e irmãs, seus filhos e filhas, seus pais e seus amigos, independentemente da idade, sexo, raça, religião, etnia ou local de nascimento. O *Anonymous* é você e não lhe será negado o direito de se expressar, a liberdade de imprensa, a associação livre e o seu direito universal de ter acesso às informações, tanto na vida real, quanto pela internet.

Junte-se a nós nesta batalha pela liberdade de informação em todo o mundo!
"A vida sem liberdade é como um corpo sem alma; e liberdade sem pensamento é como um espírito confuso... Vida, Liberdade e Pensamento são eternos e nunca hão de passar".

Nós somos o *Anonymous*. Nós somos uma legião. Nós não perdoamos. Nós não esquecemos. Espere-nos (ANONYMOUS, 2014).

Com isso, o *Anonymous* deixou claro que seu envolvimento na Venezuela se baseava no restabelecimento da liberdade de expressão e de

associação, além do livre acesso à informação, os quais estavam sendo negados aos venezuelanos. O governo utilizava esse controle para distorcer a realidade, bloqueando qualquer possibilidade de reflexão por parte da população. Diante dessas circunstâncias, o delineamento do sistema de atividade do *Anonymous* torna-se fundamental para o processo de análise, pois permite vislumbrar a Operação Venezuela a partir do seu contexto e dos elementos envolvidos na realização da atividade. Desse modo, o primeiro passo do processo de delineamento é a constituição do objeto da atividade, para, em seguida, estudar os demais elementos que compõem o sistema.

6.1.2.1 Constituição do objeto da atividade

Se o objeto, as motivações e as necessidades estão intrinsecamente relacionadas (ENGSTRÖM, 1987, 2001), então é natural que, diante de uma condição de repressão e censura do governo, a motivação do *Anonymous* seja a busca de soluções para esses problemas.

#OpVenezuela tinha como princípio mostrar às pessoas na Venezuela que elas não estão sozinhas, principalmente porque o regime de Maduro estava arruinando o país. Assim, o foco daquela operação era ajudar as pessoas que vivem na Venezuela a se manter em contato, especialmente as pessoas nas ruas, ou seja, basicamente nosso objetivo era estabelecer um meio de eles se comunicarem e, assim, sua estrutura poderia continuar (IGGY, 2015).

Esse fragmento evidencia a percepção que o *Anonymous* tinha em relação ao governo, além de apresentar os dois objetivos realizados: primeiro, as pessoas voltarem a se comunicar; segundo, a continuidade das manifestações. O restabelecimento da comunicação possibilitou aos venezuelanos refletir sobre aquela realidade distorcida, passando a questioná-la, o que gerou as condições para que as manifestações continuassem se contrapondo às injustiças e lutando pela reorientação da sociedade venezuelana (SCHERER-WARREN, 1996).

Assim, a primeira ação efetiva do *Anonymous* para resolver os problemas foi configurado de três servidores com capacidade de restaurar o acesso à internet e utilizar programas que permitiram a comunicação a distância entre os venezuelanos, principalmente aqueles envolvidos nas manifestações (IGGY, 2015). Nesse sentido, é fundamental ressaltar que o objetivo não era fornecer o meio (internet), mas devolver o direito da população em se comunicar e manifestar seus descontentamentos. Por conseguinte, o olhar sobre a atividade do *Anonymous* deve

ir além da configuração da internet e concentrar-se no papel fundamental da comunicação nesse contexto.

Esse entendimento é corroborado pela afirmação de Van Laer e Van Aelst (2010), de que a internet não veio para substituir as formas de atuação dos movimentos sociais; pelo contrário, ela complementa, facilita e amplia o alcance das ações coletivas, além de permitir que “ferramentas” sejam criadas ou adaptadas para o ativismo. Nesse sentido, a internet, alternativa implementada pelo *Anonymous*, concretiza a comunicação que pode vir a garantir, em algumas situações, a fluidez nos posicionamentos ideológicos e processos organizacionais dessas manifestações, afora a articulação entre estudantes e civis.

Por outro lado, a ausência da comunicação gera uma condição ideal para que o governo manipule as informações e distorça a realidade. Assim, quando o presidente Maduro acusa as manifestações de serem parte de um golpe de estado, ele está manipulando as informações para concretizar uma realidade distorcida, onde os protestos são atos criminosos e, por isso, devem ser combatidos com a força necessária.

As motivações do *Anonymous* são, portanto, materializadas na configuração da “internet alternativa”, entretanto ela, como objeto da atividade, deve ser compreendida em um sentido amplo, pois esse objeto é transformado pelos sujeitos para restabelecer a comunicação, o associativismo e o acesso à informação, ou seja, a internet alternativa é uma das facetas dos fluxos comunicacionais e de ações coletivas, que dão sentido às manifestações. Conseqüentemente essa ampliação do olhar sobre a “internet alternativa” leva ao delineamento de um objeto complexo, que transcende sua natureza estrutural para incorporar os significados, as ideologias, os pensamentos e as vozes dos sujeitos envolvidos na atividade.

Com base nesse entendimento, delineiam-se os outros elementos da atividade: os sujeitos (*Anonymous* da #OpVenezuela), os artefatos (servidores e programas), a comunidade (*Anonymous* em geral), as convenções (segurança e o tempo) e a divisão do trabalho (coordenadores, especialistas e adeptos), fundamentais para compreender o sistema de atividade do *Anonymous*.

6.1.2.2 O sistema de atividade do *Anonymous*

Com a definição do objeto, outros dois elementos complementam a atividade: os sujeitos envolvidos e os artefatos usados (ENGSTRÖM, 1987, 2001). Para esse processo de delineamento, ressalta-se o papel fundamental da entrevista com Iggy, pois ela possibilita perceber sutilezas em alguns elementos.

Dessa forma, antes de determinar os sujeitos desse sistema de atividade, é necessário considerar a liberdade de escolha que os integrantes do *Anonymous* têm para decidir se engajam ou não nas operações.

Operações são frequentemente iniciadas por um grupo de pessoas. Assim você pode iniciar uma op. ou tomar a iniciativa de participar e/ou escolher pessoas em que você confia para ajudar. Essa confiança é construída aqui [no grupo] ou de diferentes formas, [por exemplo], uma pessoa que você conhece na vida real, algum conhecido no *Twitter* ou alguém em quem você simplesmente confia. Dessa forma, não importa o quanto você pense que conhece alguém, você nunca poderá conhecê-lo completamente. Confiança é algo realmente valioso neste sentido (IGGY, 2015).

Pela própria dinâmica do *Anonymous*, seus integrantes buscam diversas situações e questões que acabam constituindo as operações, entretanto eles são obrigados a escolher, pois não conseguiriam atuar em todas elas. Surgem, então, subgrupos, que acabam propondo operações, das quais participam diretamente, porém, tal fragmentação na participação não significa que os integrantes se afastem dos valores do *Anonymous*.

Importa destacar, por outro lado, que essa participação não ocorre de forma totalmente aleatória; pelo contrário, outros fatores acabam influenciando esse processo de participação, caso, por exemplo, da confiança. Nesse sentido, conforme apontado por Iggy (2015), a confiança é fundamental para a realização das operações, pois os integrantes estão sob o risco constante de serem descobertos e presos, por isso precisam estabelecer relações de confiança através de episódios de comunicação e interação *on-line*.

Havia um grupo de pessoas muito solícitas em ajudar e eu reuni todos eles para planejamos o que fazer, definindo as tarefas para cada um dos membros. Esse grupo que eu comecei a op. era formado por pessoas que eu conhecia havia anos. Nós lançamos muitas operações em muitos países (IGGY, 2015).

Esses subgrupos necessitam negociar constantemente a confiança para manter um certo nível de coesão que facilita o engajamento e o desenvolvimento das operações. Nesse sentido, qualquer integrante do *Anonymous* pode iniciar uma operação, entretanto, deve-se considerar que o sucesso de uma operação é

determinado pela adesão de outros integrantes e isso depende também dessa rede de relações.

Nesse contexto, o processo de participação torna-se mais elaborado, requerendo dos integrantes do *Anonymous* maior demanda de tempo para constituir essa rede de relacionamentos. Os sujeitos da Operação Venezuela, são, portanto, aqueles integrantes com capacidade de atuar conjuntamente, que formam essa rede de relacionamentos pautada nas relações de confiança. Para efeito de identificação, ressalta-se que esse subgrupo que representa os sujeitos será chamado de *Anonymous* da #OpVenezuela, diferenciando-se, com isso, daqueles que compõem o *Anonymous* que não estão envolvidos com a Operação Venezuela.

Uma vez que esses sujeitos realizaram a atividade, houve a mobilização de recursos, técnicas e conhecimentos para produzir os artefatos utilizados na realização da atividade, já que eles medeiam a relação entre os sujeitos e o objeto (ENGESTRÖM; SANNINO, 2010).

O que nós fizemos, principalmente (ao lado) das ações hacktivistas, foi prover as pessoas nos conflitos com meios para elas se comunicarem, eu mesmo configurei 3 servidores e, então, eles puderam usá-los conjuntamente com um aplicativo de comunicação (raidcall⁴). Além disso, nós postamos guias para que as pessoas pudessem sair da censura imposta. Durante a #OpVenezuela, as pessoas nas ruas eram a principal força, nós somente provemos os meios para eles se comunicarem e, claro, nós também fizemos nossa parte ao derrubar sites do governo (IGGY, 2015).

Na citação, fica claro que os artefatos são compostos basicamente de servidores (estruturas físicas) e programas (estruturas virtuais), que permitem a realização da atividade, ou seja, eles materializam a internet alternativa, que é ressignificada pelas práticas dos manifestantes, com o objetivo de restabelecer as condições necessárias para que as pessoas se comuniquem e os protestos continuem. Além disso, o hacktivismo praticado pelo *Anonymous*, aqui representado pelos ataques DDoS ao sites do governo, também se utiliza desses artefatos, porém é importante destacar que os desdobramentos dessas ações virtuais repercutem no ambiente real, provocando distúrbios com possibilidade de gerar mudanças (JORDAN; TAYLOR, 2004). Nesse sentido, os artefatos propostos pelo *Anonymous* acabam restituindo aqueles que estão sob o controle do governo venezuelano.

Apesar desse entendimento em relação à atividade do *Anonymous*, ressalta-se a influência que o contexto sociocultural tem na realização da atividade

⁴ Software de comunicação muito utilizado por pessoas que jogam *on-line*.

(FOOT, 2002). Portanto, além dos elementos já delineados, também se estuda a comunidade, as convenções e a divisão do trabalho.

Como os sujeitos foram caracterizados como um subgrupo do *Anonymous*, deve-se então entender a comunidade como os demais integrantes que não estão envolvidos com a operação, mas que podem vir a participar, a qualquer momento. Dessa forma, quando emerge a operação, esses integrantes que representam a comunidade podem não se interessar pela causa ou estar envolvidos em outras operações, resultando no seu não engajamento.

Um bom exemplo seria a questão da Operação Isis. Muitos estão apoiando a operação mantida pelo *Anonymous*, [mas] outros não estão, por quê? Eu mesmo seria um exemplo, [pois] concordo com a operação, mas eu não os apoio porque tenho outras preocupações (IGGY, 2015).

Esse fragmento da entrevista revela que os integrantes do *Anonymous* são expostos a sucessivas instâncias de tomada de decisão, que, conforme o posicionamento e a ideologia desses sujeitos, acabam determinando quais operações serão realizadas e quem são seus participantes. Nesse sentido, é fundamental destacar que nem todos os integrantes que participam das operações são *hackers*, conforme aponta Iggy (2015).

Tudo que você precisa fazer para se tornar um membro do *Anonymous* ou apoiar uma operação é simpatizar com ela, além, é claro, de estar disposto a ajudar. Há várias formas de ajudar, ou seja, não é simplesmente dizer 'se eu não posso *hackear*, então não posso ajudar', pelo contrário, você pode fazer muito, desde que queira (IGGY, 2015).

Desse modo, a comunidade pode ser considerada heterogênea em relação aos diversos integrantes, que apresentam diferentes competências e conhecimentos, sendo essas características que possibilitam ao *Anonymous* a realização de operações mais complexas. Nesse sentido, ressalta-se que há um repertório de ações que varia, desde aquelas realizadas virtualmente (como um ataque DDoS) até as que são realizadas no ambiente físico (como no caso dos protestos).

Esse repertório, por sua vez, está ligado ao percurso histórico do *Anonymous*, que, no início, tinha ações voltadas para a realização de "pegadinhas", mas, ao longo do tempo, passou a incorporar o ativismo, ampliando seu repertório e as possibilidades de engajamento em diversos contextos. Desse modo, a necessidade de competências diversificadas para cada um desses contextos em que a operação é realizada acabou determinando a forma com que os integrantes dividem as funções e as responsabilidades.

Bem, se você é bom com computadores, então eu iria atribuir-lhe uma tarefa relacionada com computadores. Se você é bom com as mídias sociais, então eu iria pedir-lhe para espalhar via texto o que está acontecendo. Se você é bom com artes visuais, eu iria pedir-lhe para criar vídeos, folhetos, etc. Se você está nas ruas, então eu iria pedir que falasse com as pessoas, para elas usarem os recursos que oferecemos (IGGY, 2015).

Percebe-se a presença de uma forma de divisão do trabalho baseada nas competências das pessoas, pois, em uma operação, há o envolvimento de diferentes especialistas realizando diferentes ações que se complementam na consecução da atividade. Portanto, quando as operações ampliam seu escopo, mostrando-se mais complexas, é natural que se fragmentem as funções, permitindo a identificação dos coordenadores (propositores da atividade), dos especialistas (funções específicas) e dos adeptos (integrantes que se engajam para a realização de ações, entretanto, seu nível de envolvimento é menor que o dos anteriores).

Apesar de essas características definirem uma certa estrutura do *Anonymous*, percebe-se que ela é dinâmica, pois a mobilidade virtual dos integrantes faz com que tudo seja provisório, flexível e mutável, inclusive suas fronteiras e definições, ou seja, há um processo contínuo de transformações que vai determinando o *Anonymous* em diferentes períodos de tempo e contextos. Essa dinâmica é diferente da comumente encontrada em um espaço organizacional, onde as coisas são mais definidas para evitar uma caótica situação de desorganização.

Por outro lado, se cada operação apresenta um nível de complexidade, em que distintos integrantes interagem através de uma dinâmica rede de relacionamentos, então é natural que surjam convenções para guiar esses comportamentos heterogêneos em um mesmo contexto. Nesse sentido, a segurança destaca-se como uma regra geral que todos devem seguir, independentemente de serem integrantes ou outros públicos, como os repórteres.

Você precisa se proteger *on-line* e também não dizer o que você está fazendo às outras pessoas. [...] é sempre bom manter-se protegido e [nesse sentido] é função das pessoas encarregadas das operações instruir aqueles com menos experiência ou nenhum conhecimento em computadores a proteger a si próprios. Na minha opinião pessoal, eu nunca me importei se um país tem ou não leis contra crimes tecnológicos, pois é SEMPRE recomendado se proteger (IGGY, 2015, ênfase do autor).

Portanto, uma das convenções do sistema é respeitar as regras de segurança, de modo que todos os integrantes estejam seguros durante a realização das operações. Dessa forma os integrantes mais experientes tornam-se responsáveis por guiar e vigiar os novatos, tornando-se os mantenedores da segurança. Além disso,

Iggy (2015) ainda aponta outro fator que também impacta no comportamento dos integrantes: o tempo.

É difícil pensar que todos estariam envolvidos durante toda a operação, pois a disponibilidade de tempo dita regra para todos. Alguns podem ajudar, outros talvez não, dependendo da sua situação pessoal. No IRC⁵, há sempre alguém disposto a assumir o comando dos movimentos que valem a pena lutar (IGGY, 2015).

Mesmo aqueles integrantes diretamente envolvidos com a operação, têm, conseqüentemente, períodos de ausência e, com isso, suas funções acabam sendo assumidas por outros integrantes durante a realização da atividade. Por outro lado, ao retornar, o integrante ausente pode assumir outra função. Em outras palavras, o tempo determina uma dinâmica nas relações entre integrantes e funções que afeta tanto os sujeitos quanto a divisão de trabalho na atividade. Fica, então, evidente a influência do tempo e da segurança nos integrantes envolvidos na Operação Venezuela, ou seja, são convenções que acabam inibindo ou instigando os comportamentos dos sujeitos que interagem no sistema de atividade.

Esse processo de delineamento dos elementos da atividade permitiu observar algumas características que corroboram o entendimento de que o *Anonymous* é uma organização social fluida (DOBUSCH; SCHOENEBORN, 2015). Independentemente da operação, percebe-se que há sucessivas instâncias de tomada de decisão e dinâmicas de organização e atuação, que combinadas, constituem a identidade coletiva do *Anonymous*. Nesse sentido, essa organização é fluida, justo porque o processo de filiação é mutável e difuso, com as fronteiras se expandindo e contraindo de modo dinâmico, conforme a participação dos integrantes (DOBUSCH; SCHOENEBORN, 2015). Assim, quando o *Anonymous* da #OpVenezuela se propõe a reconstruir a comunicação, ele reforça a identidade naquele contexto vivenciado. Em contrapartida, essa identidade coletiva necessita de reconhecimento dos demais atores envolvidos na atividade e, por isso, em razão de ser constantemente questionada, essa identidade requisita sua contínua reconstrução pelos processos interacionais dos sujeitos.

Ao delinear esse sistema, encerra-se o processo que levou à constituição tanto do sistema de atividade dos protestos venezuelanos quanto o do *Anonymous*. Através dele foi possível perceber a presença de tensões nos elementos

⁵ *Internet Relay Chat* (IRC) é um sistema de bate-papo on-line, que permite a conversação privada ou em grupo. Esse sistema difere dos atuais em relação aos recursos, ou seja, neste não há como enviar dados no formato de áudio ou vídeo, pois a conversação é puramente textual.

do primeiro sistema, as quais são fundamentais para análise sob a luz da Teoria da Atividade, pois essas contradições não se apresentam apenas como pontos críticos para a consecução da atividade, mas também como oportunidades, para que ocorram novas experiências capazes de resolver as contradições, permitindo o desenvolvimento e a expansão do próprio sistema.

No caso dos sistemas delineados, essa busca por novas experiências capazes de resolverem as contradições no sistema dos protestos levou ao envolvimento do *Anonymous* no contexto venezuelano, sendo que a análise desta situação leva ao entendimento a respeito das formas de intervenção e interação entre esses sistemas.

6.2 AS CONTRADIÇÕES E O ENVOLVIMENTO ENTRE OS SISTEMAS DE ATIVIDADE

As contradições são a chave para compreender as mudanças nos sistemas de atividade (HOLLAND; REEVES, 1994), as quais podem emergir em cada um dos elementos do sistema e entre eles, bem como na interação entre os diferentes sistemas (KUUTTI, 1996). Para Engeström (1987), essas contradições podem ser de quatro tipos:

- a) as que surgem em cada elemento da atividade (contradições primárias);
- b) as que ocorrem entre dois elementos (contradições secundárias);
- c) as que emergem quando um novo elemento é introduzido em um sistema (contradições terciárias);
- d) as que ocorrem entre sistemas, quando há uma mudança substantiva na atividade de um deles (contradições quaternárias).

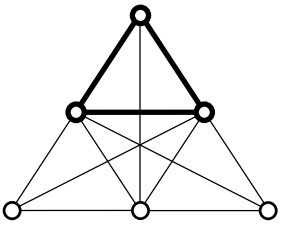
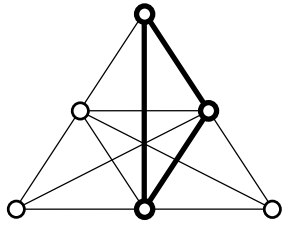
Em um sistema de atividade podem, conseqüentemente, emergir inúmeras contradições, entretanto este estudo se concentra naquelas que levaram ao envolvimento do *Anonymous* nas manifestações venezuelanas. Resgatam-se as tensões nos artefatos do sistema de atividade dos protestos venezuelanos, os quais tiveram seu escopo de ação bloqueado ou limitado pelo governo, levando à supressão da liberdade das dimensões comunicacionais e informacionais desses artefatos.

Tal supressão gera diferentes efeitos, tanto para o governo (objeto) quanto para estudantes e civis (sujeitos). No primeiro caso, ela permite que o governo manipule informações, especialmente em relação aos protestos, o que, em última

instância, leva a população a uma realidade distorcida, privilegiando os interesses do governo. No segundo, as dimensões comunicacionais e informacionais dos artefatos são fundamentais para o processo de associação dos sujeitos e para o contínuo questionamento da realidade imposta pelo governo. Portanto a supressão age habilitando o governo a determinar a realidade e, por consequência, as condições de vida da população, ao mesmo tempo em que inibe as manifestações de questionar essas condições, cessando qualquer possibilidade de elas desafiarem o sistema.

Por outro lado, essa contradição também impacta na comunidade do sistema (Sociedade Civil), pois a manipulação de informações afeta a capacidade de os venezuelanos refletirem sobre a realidade, que se encontra distorcida pelo governo; nesse contexto, as ações envolvendo o engajamento e a cooperação ficam comprometidas no que diz respeito a concretizar as mudanças nas condições de vida da população. Destacam-se, portanto, duas contradições: uma envolvendo os sujeitos, os artefatos e o objeto, e outra mais abrangente, que parte da comunidade e também envolve os artefatos e o objeto, conforme apresentado na Figura 12.

Figura 12 – Contradições no sistema de atividade dos protestos venezuelanos

ELEMENTOS ENVOLVIDOS	CONTRADIÇÕES
	<p style="text-align: center;">SUJEITO-ARTEFATOS-OBJETO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os estudantes e civis (sujeitos) utilizam a mídia e as manifestações para propagar suas ações e denunciar as injustiças. • A mídia (artefato) é fundamental para o acesso à informação, para o nível de conhecimento e possíveis ações coletivas da população. • O governo (objeto) tem na mídia um ponto-chave para a consolidação do bolivarianismo, por isso exerce o controle sobre ela, filtrando informações que corroboram a manutenção da sua imagem. • Contradição: emerge quando o governo obstrui as dimensões informacionais e comunicacionais da mídia, suprimindo as manifestações, instaurando, assim, uma realidade distorcida que dificulta o processo de contestação por parte dos estudantes e civis.
	<p style="text-align: center;">COMUNIDADE-ARTEFATOS-OBJETO</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Sociedade Civil (comunidade) é o espaço de onde emergem os movimentos sociais que formam coletivamente seus anseios. • A mídia (artefato), sendo influenciadora da opinião pública, é um dos principais meios utilizado pela população para acessar informações. • O governo (objeto) necessita consolidar o bolivarianismo e, para isso, utiliza-se de informações manipuladas para constituir uma realidade distorcida. • Contradição: surge quando a realidade distorcida do governo se choca com a realidade que emerge dos movimentos sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Engeström (1987, 2001).

Essa supressão das dimensões informacionais e comunicacionais dos artefatos constitui a condição de repressão e censura na Venezuela. Nesse contexto, emerge uma situação onde os estudantes e civis percebem a impossibilidade de solucionar tais contradições e, com isso, abre-se a oportunidade para o envolvimento do *Anonymous*, que pode ser compreendido ao longo de três momentos distintos: primeiro, a intervenção do *Anonymous* e a introdução de um novo artefato no sistema dos protestos; segundo, a reconstrução dos processos interacionais dentro do sistema que sofreu a intervenção e, por fim, a ressignificação das relações entre os dois sistemas.

O primeiro momento do envolvimento do *Anonymous* é, então, marcado pelo processo de intervenção, que incorpora um novo artefato (internet alternativa) ao sistema de atividade dos protestos venezuelanos. Nesse sentido, a introdução desse novo artefato busca atenuar as contradições, fazendo emergir possíveis interações a partir desse processo de intervenção, o qual altera as condições dos artefatos e, conseqüentemente do próprio sistema, reabilitando as manifestações dos estudantes e de civis e até da própria comunidade, as quais requisitam mudanças na postura opressora do governo. Essas colocações sugerem estudos que possam aprofundar o olhar sobre as contradições, ampliando a compreensão da dinâmica das interações e intervenções. Por outro lado, este estudo empírico materializa um exemplo de como a comunicação constitui a organização mediante episódios comunicacionais, ou seja, o *Anonymous* se constitui, organiza-se e reorganiza-se de forma dinâmica e contínua através da comunicação e das instâncias de tomadas de decisão, as quais estão relacionadas à identidade.

Nesse sentido, quando esse novo artefato passa a fazer parte do sistema, surgem disfunções entre ele e os demais elementos, as quais afetam a realização da atividade, e isso demanda uma reconstrução dos processos interacionais dentro desse sistema. Tais processos compreendem as inúmeras interações entre os elementos, os quais necessitam reconhecer o papel da internet alternativa (novo artefato) e a nova condição que projeta sobre o sistema, onde o governo já não tem controle sobre ela.

Por fim, uma vez que o sistema de atividade dos protestos venezuelanos consegue dar conta dessas transformações internas, ele passa a realizar a mesma atividade em uma condição diferente da anterior, que pode ou não ser a original. Nesse caso, demanda-se do *Anonymous* um reposicionamento em

relação a essa nova condição do sistema, o que leva à ressignificação das relações entre ambos. Dessa forma, o processo de intervenção cessa e dá lugar à interação entre esses sistemas, os quais se expandem para incorporar novas intervenções e interações.

O envolvimento do *Anonymous* é, portanto, um processo de via dupla, que se inicia mediante uma intervenção que produz alterações internas, levando esse sistema a uma nova condição, a partir da qual ele e os outros sistemas interconectados são ressignificados.

Percebe-se, por esse movimento duplo, que as contradições foram fundamentais para o envolvimento do *Anonymous* no contexto venezuelano, levando ambos os sistemas a se transformarem através dos processos de intervenção e interação. Diante desse quadro, analisam-se essas formas de intervenção e interação entre os sistemas, conforme apresentado na Figura 13.

6.3 AS FORMAS DE INTERVENÇÃO E INTERAÇÃO DO *ANONYMOUS*

Conforme apontado anteriormente, as contradições levaram ao envolvimento do *Anonymous* nas manifestações venezuelanas. Esse envolvimento não é apenas um “estar presente” sem implicações; pelo contrário, ele produz interferências que levam a transformações em ambos os sistemas. Outro ponto-chave foi compreender que esse ato de envolvimento ocorre ao longo de três momentos distintos: a intervenção e a introdução de um novo artefato, a reconstrução dos processos interacionais dentro do sistema e a ressignificação das relações entre os dois sistemas.

Nesse sentido, parte-se da premissa que havia uma atividade sendo realizada (manifestações) e que as ações do governo provocaram a repressão dos protestos e a censura das mídias, as quais resultaram em contradições que motivaram a intervenção do *Anonymous* nesse contexto. Esse processo de intervenção é caracterizado como uma interposição com o objetivo de influir sobre a situação e, nessa perspectiva, para Foot (2002), a intervenção não é o cessar do conflito, mas a transformação de uma condição negativa em positiva ou vice-versa (FOOT, 2002).

Dessa forma, tanto a disponibilização de uma internet alternativa quanto os ataques DDoS podem ser considerados ações intervencionistas no sistema de atividade dos protestos. No primeiro tipo de ação, a organização e implementação

de um meio de comunicação alternativo, fora do domínio do governo, permitiu aos venezuelanos voltar a se comunicar e a obter informações sobre o que estava ocorrendo no país. Por sua vez, a segunda é uma prática comum do *Anonymous*, utilizada principalmente para chamar a atenção da mídia.

Dentre essas ações intervencionistas, a primeira é fundamental para superar uma situação de crise no sistema de atividade dos protestos, restabelecendo as condições que permitem a busca por melhorias nas condições de vida dos venezuelanos. Além disso, a própria mensagem do vídeo divulgado pelo *Anonymous* deixa claro que a intervenção tem como objetivo resgatar a liberdade de expressão e associação dos venezuelanos, ou seja, o olhar vai além do ato de fornecer um meio de comunicação (internet alternativa) e, assim, possibilitar que os diferentes elementos se manifestem, ocasionando, a partir disso, desdobramentos. Nesse sentido, a intervenção do *Anonymous* afetou consideravelmente o sistema dos protestos, alterando as condições em que as manifestações se encontravam, reabilitando os estudantes e civis agirem-na ação contra o governo, ou seja, foi uma busca pela própria identidade, tornando-os reconhecidos em um contexto de crise.

Ao mesmo tempo, essa intervenção acabou por influenciar todos os venezuelanos, pois facilitou o diálogo e articulação, fundamentais para esses movimentos fortalecerem sua identidade e confrontarem a realidade imposta pelo governo. À vista disso, desenvolvem-se condições que podem levar à superação da condição de individualização que a comunidade venezuelana vivenciava e, com isso, os movimentos sociais podem impulsionar o processo de transformação que eles próprios iniciaram.

Dessa forma, ainda que a ação intervencionista tenha provocado mudanças pontualmente nos artefatos, seus desdobramentos implicaram transformações nos sujeitos e na comunidade do sistema de protestos, os quais readquirem a liberdade de expressão, de associação e o acesso à informação. Por esse ângulo, a liberdade de expressão é vital para que os venezuelanos possam expressar suas ideias, desejos e emoções, de modo que essas múltiplas vozes consolidem uma Sociedade Civil capaz de participar ativamente da reorientação da sociedade. Por sua vez, o acesso à informação é fundamental para que a população compreenda as diferentes situações a que está sujeita e, a partir disso, possa dialogicamente projetar o futuro que deseja. Por fim, a combinação da liberdade de expressão com o acesso à informação possibilita a reflexão que pode levar ao

estabelecimento de associações, fundamentais para qualquer tipo de cooperação entre as pessoas. Portanto o restabelecimento desses direitos pode facilitar a continuidade do processo de transformação das condições de vida dos venezuelanos, ou seja, ele reconstrói os processos interacionais dos elementos do sistema de atividade dos protestos.

Em contrapartida, ressalta-se que o processo de intervenção do *Anonymous* remove parcialmente os bloqueios e restabelece as condições necessárias para a realização da atividade, ou seja, esse processo é limitado para manter o envolvimento entre os sistemas, requisitando outros processos capazes de transcender essa situação de estranhamento e afastamento dos sistemas. Nesse sentido, fica evidente como a confiança estabelecida na rede de relacionamentos do *Anonymous* precisa transbordar suas fronteiras e estabelecer relações de cumplicidade com os manifestantes, permitindo que essas distintas audiências atinjam um nível de coesão, sem que ambas percam suas identidades. Para Marchiori (2008), esse tipo de situação emerge somente na presença da interação, a qual permite a construção de identidades, signos, atitudes e emoções que fundamentam a capacidade desses movimentos e leva esses sujeitos a interpretar e reinterpretar tanto as realidades quanto a si próprios, o que substancia o processo de mudanças.

Ao se estabelecer a rede de relações entre os movimentos, a fluidez do *Anonymous* se prolonga para encontrar e transpassar as fronteiras de cada movimento, tornando-as difusas e permeáveis, permitindo, com isso, a manutenção do princípio da *organizationality* (DOBUSCH; SCHOENEBOERN, 2015). Assim, nesse contexto de quase ausência de fronteiras, os elementos de ambos os sistemas necessitam de processos interacionais para dar conta de coordenar suas ações. Procura-se, então, reforçar a perspectiva processual de análise ao destacar que a identidade emerge das interações entre os sujeitos que se encontram naquele sistema de atividade, porém questiona-se o que acontece quando esses sujeitos estão articulados em uma rede de relacionamentos, cujas fronteiras coletivas são difusas e permeáveis.

Essa questão enseja olhar como a comunicação constitui a organização, sendo que ela se materializa além das fronteiras organizacionais, onde o fluxo de “negociação de filiação” é dinâmico e constante (PUTNAM; NICOTERA, 2009). Por outra forma, a negociação das fronteiras ocorre paralelamente às ações coletivas e perdura ao longo da atividade, sendo um processo de interação entre os

sujeitos imersos nos sistemas. Diante dessas condições, sobressai uma supra identidade (neste caso, o termo “#OpVenezuela”), para dar sentido a esse novo movimento estudantil e civil, ampliado pelo *Anonymous*, que também passa a ser um dos sujeitos envolvidos nas atividades dos protestos.

Portanto esses processos já discutidos promovem interações entre os sistemas, as quais não somente reabilitam a realização da atividade, mas elevam o nível de atuação dos movimentos para além das fronteiras venezuelanas, podendo, assim, levar esses sujeitos a outras experiências. Nesse contexto, surge um espaço comum de interação entre os sujeitos, a comunidade e o *Anonymous*, que impulsiona a realização da atividade.

O *Anonymous* intervém restabelecendo as condições dos elementos do sistema de atividade dos protestos, permitindo que a atividade seja realizada e, em um segundo momento, concretiza um movimento impulsionador da atividade conjuntamente com os estudantes e civis, buscando mobilizar os venezuelanos contra a realidade distorcida imposta pelo governo, o que lhes permitiria refletir sobre suas condições de vida e se engajar em um processo dialógico sobre o futuro da sociedade. Portanto é possível pensar sobre como a sustentabilidade está presente nesse contexto.

6.4 O ANONYMOUS CONTRIBUINDO PARA UMA POSSÍVEL VENEZUELA SUSTENTÁVEL

O processo de envolvimento do *Anonymous* não somente restabelece os fatores-chave para a manutenção e continuidade dos protestos na Venezuela, como também possibilita discutir em qual sociedade os venezuelanos desejam viver, principalmente porque o contexto socioeconômico e político da Venezuela é caracterizado por uma “sociedade de risco” (BECK, 2010b).

Para exemplificar, percebe-se que o medo da violência levou as pessoas a estabelecer um comportamento como se houvesse “toque de recolher”, e como a escassez de produtos e medicamentos, que originou o mercado negro, deteriora as condições de vida da população. Nesse sentido, no primeiro caso, há um bloqueio do processo reflexivo, e as pessoas parecem não mais perceber como as ações violentas interferem no fluxo da vida, a ponto de determinar novos comportamentos. Por sua vez, o segundo revela como as relações egoístas e irresponsáveis levam à dissociação das redes de relacionamentos entre as pessoas

e, assim, os valores coletivos deixaram de ser compartilhados, dando lugar a ações pautadas por interesses egoístas. Esses dois exemplos mostram como a “cultura da individualização” se forma na Venezuela (BAUMAN, 2009; BECK, 2010b; FUKUYAMA, 1999), deteriorando os valores morais e sociais necessários para haver qualquer tipo de cooperação entre as pessoas.

Se a cooperação requer o envolvimento de todos, discutindo e decidindo o futuro, então é possível estabelecer práticas capazes de gerar formas de aprendizagem e mudança social, as quais permitem que a sustentabilidade venha a abranger os contextos socioeconômicos, políticos e ambientais. Essas práticas são permeadas pelos valores e interesses dos cidadãos, que, quando não atendidos, acabam substanciando ações coletivas, como os protestos sociais e as manifestações simbólicas, que constituem uma forma de pressão sobre o governo. É importante destacar que essas práticas produzem efeitos contrários ao da individualização, pois tendem a reativar a solidariedade e a pleitear que as pessoas se articulem em determinados contextos, buscando rediscutir aquela realidade. Por outra forma, é dessas práticas que emergem processos interacionais que conduzem a novas discussões, experiências e aprendizado.

Eles pararam de agredir os estudantes e pararam a grande quantidade de abusos, então, sim, eu diria que houve melhora. O país ainda está uma merda, mas eles precisam gerenciar isso. Além disso, [os manifestantes] criaram seus próprios grupos no *Facebook* para se comunicar após os protestos e, uma vez que, a mídia social foi restabelecida, então, eles puderam se organizar em associações sociais após a operação (IGGY, 2015).

Esse testemunho deixa claro o desejo de um processo de conversação entre os venezuelanos, ressaltando a necessidade de uma sociedade mais segura, economicamente sustentável, com alimentos e medicamentos disponíveis para os cidadãos, conforme demandaram os protestos em 2014. Apesar disso, é um equívoco pensar que a resolução desses três problemas determine uma condição de sustentabilidade na Venezuela; pelo contrário, seriam necessários sucessivos processos dialógicos sobre as práticas e significados que emergem desse processo de engajamento civil. Assim a sustentabilidade é esse processo contínuo de questionamento sobre o futuro, que mobiliza e reorienta as práticas sociais com o objetivo de transformar a sociedade em um lugar melhor para todos.

O envolvimento do *Anonymous*, portanto, não apenas reabilita os protestos, mas também possibilita que os venezuelanos discutam a possibilidade de

ter uma Venezuela sustentável. Nesse sentido, é necessário nutrir a população com condições, para que ela converse sobre os motivos que levaram à deterioração das condições de vida e, com isso, construir significados capazes de engajar os sujeitos em um processo de experimentação e diálogo, apto a construir experiências coletivas que possibilitem a redefinição da vida no contexto venezuelano.

6.5 LIMITAÇÕES E ESTUDOS FUTUROS

A dificuldade em obter dados do *Anonymous* levou à realização de uma entrevista e à coleta documental, que podem ocasionar vieses. No caso da entrevista, há duas dificuldades: primeiro, o longo período *off-line* de Iggy, que impossibilitou a realização de novo contato, onde poderia se aprofundar pontos que emergiram da primeira entrevista, assim como novas abordagens. A segunda manifesta-se na dificuldade de se encontrar outro participante do *Anonymous* que trouxesse olhares distintos da entrevista realizada com o coordenador, o que certamente agregaria outras vozes à análise da Teoria da Atividade. A pesquisa documental, por sua vez, pode conter certo grau de subjetividade ou até mesmo de posicionamento ideológico, de modo que os textos são permeados por juízos de valor, principalmente as reportagens. Sob esse ângulo, o pesquisador selecionou fatos e acontecimentos que reacenderam a opressão do governo sobre a população, seguindo a perspectiva adotada pelo entrevistado.

A Teoria da Atividade, utilizada como lente para o processo de análise, foi concebida para ser flexível a ponto de o pesquisador decidir sobre o percurso do processo analítico, de modo que essa construção metodológica seja guiada pelos princípios destacados por Engeström (2001). Dessa forma, a análise é repensada conforme o contexto e os obstáculos que emergem e, conseqüentemente, um certo grau de subjetividade acompanha esse processo.

Diante dessas limitações e depois de realizado o estudo, alguns pontos podem ser destacados para futuras pesquisas:

Apesar de o *Anonymous* se envolver em uma situação negativa, isso não limita seu escopo de atuação, pois não há nada que impeça seus processos de ocorrer em situações positivas. Nesse sentido, podem emergir distintas formas de intervenção e interação, o que levaria à interpretação de outras facetas do *Anonymous*.

Um outro ponto que deve ser considerado é que o processo de intervenção é limitado, ou seja, podem-se mudar rapidamente as condições da mídia, mas não o respeito às leis da Constituição, o que enseja um aprofundamento sobre o alcance e a amplitude da atuação do *Anonymous* em outros contextos.

Por fim, é necessário ressaltar que esse é um caso específico de atuação, portanto outros casos podem ser explorados utilizando-se a mesma metodologia, bem como este mesmo caso ser analisado através de novas lentes. O primeiro pode levar ao entendimento sobre a composição e os significados que constituem o repertório de atuação do *Anonymous*, enquanto o segundo pode enriquecer debates sobre os avanços e as limitações de cada uma dessas lentes de análise.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a Teoria da Atividade, foi possível perceber que o *Anonymous* intervém pontualmente no sistema das manifestações, disponibilizando artefatos que restauram fatores-chave para a consecução e continuidade dos protestos. Além disso, percebeu-se que em ambos os sistemas (dos protestos e do *Anonymous*) ocorreram transformações, as quais requisitam processos capazes de dar conta das suas diversas dinâmicas de atuação. Portanto, para o *Anonymous*, o ato de realizar uma operação produz significados que perpassam seus processos de intervenção e interação e conduzem à construção de uma identidade que se posiciona contra as injustiças que afetam a população.

Surgem, dessa forma, as possibilidades para a realização de um movimento sustentável na Venezuela, com base na contínua discussão sobre qual sociedade os venezuelanos querem viver. Nesse sentido, as demandas da população materializam as manifestações que passam a atuar na busca por melhorias na qualidade de vida dessas pessoas, estabelecendo-se, assim, um processo que pode levar a uma sociedade sustentável, conforme discutido no terceiro capítulo. Entretanto convém salientar que sempre surgirão demandas, pois esse movimento é contínuo, ou seja, a sustentabilidade é constituída de ininterruptos processos que transformam continuamente a sociedade, levando-a a condição de no presente, construir seu futuro.

Além das discussões teóricas, este estudo apresentou evidências empíricas sobre a importância da Sociedade Civil em um contexto onde o Estado e o Mercado não conseguem responder às demandas da população venezuelana. Assim readquire-se o valor da Sociedade Civil por meio dos movimentos sociais, que pleiteiam mudanças nos vários âmbitos da vida venezuelana. Em especial, destaca-se que o Mercado, nesse contexto, está suprimido pelos controles do Estado e, assim, esse movimento transformador precisa ser acionado pela Sociedade Civil. Vale ressaltar que as esferas vão se evidenciando e alternando em movimentos de ampliação e contração do seu espaço de atuação, podendo ocorrer um movimento de expansão que suprima a atuação das demais esferas naquele contexto.

Uma vez destacado o valor dos movimentos sociais no processo de reconstituição da Sociedade Civil na #OpVenezuela, observa-se que as manifestações sufocadas pelo governo venezuelano possibilitaram a articulação, que

se materializa nas redes, reabilitando as condições para esses sujeitos exporem seus problemas. Nesse sentido, evidencia-se o olhar sobre essas redes, as quais apresentam a flexibilidade e o dinamismo que caracterizam novos *insights* para o campo dos movimentos sociais. Além disso, os resultados reforçam a presença do subjetivo, tanto na reconstrução da identidade quanto nos processos de reconhecimento das pessoas e das demandas envolvidas em determinados contextos. Assim a Teoria da Atividade enfatiza o olhar sobre o contexto sociocultural, sendo possível perceber durante o processo de análise o emergir dos conflitos de significados em cada sistema de atividade, o que amplia esse olhar sobre o subjetivo, tanto na organização quanto nas ações coletivas.

Do ponto de vista teórico, delinearam-se duas formas de organização, o *Anonymous* e os movimentos estudantis / civis, que passam a atuar conjuntamente, não obstante suas diferenças. Importa destacar que o processo de formação de identidade em um contexto em que as fronteiras são permeáveis e difusas é fundamental para o emergir de redes articuladas, que têm como base as identidades em que se interacionam.

A Teoria da Atividade compreende um conjunto de conceitos e métodos que permite estudar as formas comunicacionais que se materializam em organizações, vislumbrando a perspectiva da Comunicação Constituinte e Organizadora, através das práticas e atividades realizadas pelos sujeitos. Dessa forma, a Teoria da Atividade se posiciona como uma alternativa ou mesmo complementa os estudos baseados na sociomaterialidade (ORLIKOWSKI, 2007).

Por fim, cabe destacar a incipiência de trabalhos nacionais a respeito da Teoria da Atividade, levando o pesquisador a se deparar com um contexto completamente novo ao se envolver com esse processo metodológico. Assim este trabalho requisita novas incursões para provocar sua aprendizagem expansiva (ENGSTRÖM, 1987), além de inspirar novas pesquisas utilizando essa metodologia.

REFERÊNCIAS

ABERLE, D. F. **The Peyote Religion among the Navaho**. Chigado: Aldine, 1966.

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

ALEXANDER, J. C. **The Civil Sphere**. New York: Oxford University Press, 2006. 793 p.

_____. On the Interpretation of the Civil Sphere: understanding and contention in contemporary social science. **The Sociological Quarterly**, v. 48, n. 4, p. 641-659, set./nov. 2007.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Venezuela: los derechos humanos en riesgo en medio de protestas**. 2014. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Venezuela-Los-derechos-humanos-en-riesgo-en-medio-de-protestas.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

ANONYMOUS. **OpVenezuela**. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wMBMGWs7ruo>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

ARRÁIZ, L. E. **Protestas en ULA Táchira dejan estudiantes detenidos y 6 policías heridos**. 2014. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/140204/protestas-en-ula-tachira-dejan-estudiantes-detenidos-y-6-policias-heri>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

ASHCRAFT, K. L.; KUHN, T. R.; COOREN, F. Constitutional Amendments: "Materializing" Organizational Communication. **The Academy of Management Annals**, v. 3, n. 1, p. 1-64, 2009.

BARBER, B. R. Searching for civil society. **National Civic Review**, v. 84, n. 2, p. 114-118, mar./maio 1995.

BARKEMEYER, R.; HOLT, D.; PREUSS, L.; TSANG, S. What Happened to the 'Development' in Sustainable Development? Business Guidelines Two Decades After Brundtland. **Sustainable Development**, v. 22, n. 1, p. 15-32, jan./fev. 2014.

BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, n. 2, p. 14-24, abr./jun. 1992.

BAUMAN, Z. Introdução. In: _____. **A Sociedade Individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p. 7-23.

BECK, U. A Política na Sociedade de Risco. Tradução de Estevão Bosco. **Idéias**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 229-253, jul. / dez. 2010a. Tradução de: La politique dans la société du risque.

_____. **Sociedade de Risco**. Tradução de Sebastião Nascimento. 34. ed. São Paulo: Editora 34, 2010b. 384 p. Tradução de: Risikogesellschaft.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The Logic of Connective Action. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 739-768, jun. 2012.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 248 p. Tradução de: The Social Construction of Reality.

BLACKLER, F. Cultural-historical Activity Theory and Organizations Studies. In: SANNINO, A.; DANIELS, H.; GUTIÉRREZ, K. D. **Learning and Expanding with Activity Theory**. New York: Cambridge University, 2009. p. 19-39.

BOELE, R.; FABIG, H.; WHEELER, D. Shell, Nigeria and the Ogoni. A study in unsustainable development. **Sustainable Development**, v. 9, n. 2, p. 74-86, maio 2001.

BOSTRÖM, M. A missing pillar? Challenges in theorizing and practicing social sustainability: introduction to the special issue. **Sustainability: Science, Practice, & Policy**, v. 8, n. 1, p. 3-14, dez./fev. 2012.

BRUYN, S. T. **Appendix A: The Philosophy of Civil Society: An Historical Background**. 2010. Disponível em: <<https://www2.bc.edu/severyn-bruyn/CivilRepublic/appendixa.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BULGACOV, Y. L. M.; CAMARGO, D. D.; CANOPT, L.; MATOS, R. D. D.; ZDEPSKI, F. B. Contribuições da Teoria da Atividade para o Estudo das Organizações. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 648-662, jul./set. 2014.

BUNYAN, P. Re-conceptualizing Civil Society. **Voluntas**, v. 25, n. 2, p. 538-552, abr. 2014.

CAPRA, F. Vivendo Redes. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (Orgs.). **O Tempo das Redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 17-29.

CAROTHERS, T. Civil Society: thing again. **Foreign Policy**, v. 117, p. 18-29, 1999.

CASTELLS, M. Materials for an Exploratory Theory of the Network Society. **British Journal of Sociology**, v. 51, n. 1, p. 5-24, jan./mar. 2000.

_____. **O Poder da Identidade**: a era da informação - economia, sociedade e cultura. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 2. 530 p. Tradução de: The Power of Identity.

_____. **A Sociedade em Rede**: a era da informação - economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venancio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1. 698 p. Tradução de: The Rise of the Network Society.

_____. The New Public Sphere: global civil society, communication networks, and global governance. **The Annals of the American Academy**, v. 616, n. 1, p. 78-93, mar. 2008.

CICERO, P. H. D. M. O Contexto Político na Venezuela Contemporânea a partir de Reflexões sobre os Conceitos de "Sociedade Civil" e "Espaço Público". **História e Perspectivas**, v. 26, n. 38, p. 32, jan./jun. 2013.

CLEMENS, E. S.; MINKOFF, D. C. Beyond the Iron Law: Rethinking the Place of Organizations in Social Movement Research. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. **The Blackwell Companion to Social Movements**. United Kingdom: Blackwell Publishing Ltd, 2004. p. 155-170.

COHEN, J. L. Sociedade Civil e Globalização: repensando categorias. Tradução de Vera Pereira. **Revista Dados**, v. 46, n. 3, p. 419-459, jul./set. 2003. Tradução de: Civil Society and Globalization: rethinking the categories.

COLEMAN, G. **Anonymous: From the Lulz to Collective Action**. 2011. Disponível em:<<http://mediacommons.futureofthebook.org/tne/pieces/anonymous-lulz-collective-action>>. Acesso em: jun. 2015.

_____. **Hacker, Hoaxer, Whistleblower, Spy: the many faces of Anonymous**. New York: Verso, 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p. Tradução de: Our Common Future.

DI FELICE, M. *Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais*. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 27-45, jan./abr. 2012.

_____. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **MATRIZES**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 49-71, jul./dez. 2013.

DIANI, M. The Concept of Social Movement. **The sociological Review**, v. 40, n. 1, p. 1-25, fev. 1992.

DIAZ, M. **Venezuela: the internet goes dark in Táchira**. 2014. Disponível em:<<https://advox.globalvoices.org/2014/02/22/blackout-in-venezuela-the-internet-goes-dark-in-tachira-censorship-access/>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

DOBUSCH, L.; SCHOENEBORN, D. Fluidity, Identity, and Organizationality: The Communicative Constitution of Anonymous. **Journal of Management Studies**, v. 52, n. 8, p. 1005-1035, dez. 2015.

DOVERS, S. R. Sustainability: Demands on Policy. **Journal of Public Policy**, v. 16, n. 3, p. 303-318, set./dez. 1996.

DOVERS, S. R.; HANDMER, J. W. Uncertainty, Sustainability and Change. **Global Environmental Change**, v. 2, n. 4, p. 262-276, dez. 1992.

DUARTE, E. **The College Town Sexual Assault That Sparked the Venezuelan Violence**. 2014. Disponível em:<<https://newrepublic.com/article/116703/venezuela-protests-started-sexual-assault-san-cristobal>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

EDWARDS, M. **Civil Society**. 3. ed. United Kingdom: Polity Press, 2014. 138 p.

ELKINGTON, J. Towards a Sustainable Corporation: Win–Win–Win Business Strategies for Sustainable Development. **California Management Review**, v. 36, n. 2, p. 90-100, dez./fev. 1994.

ENGESTRÖM, Y. **Learning by Expanding**: an activity-theoretical approach to development research. Helsinki: Orienta-Konsultit, 1987.

_____. Expansive Learning at Work: toward an activity theoretical reconceptualization. **Journal of Education and Work**, v. 14, n. 1, p. 133-156, 2001.

ENGESTRÖM, Y.; SANNINO, A. Studies of Expansive Learning: foundations, findings and future challenges. **Educational Research Review**, v. 5, n. 1, p. 1-24, 2010.

_____. Discursive manifestations of contradictions in organizational change efforts: A methodological framework. **Journal of Organizational Change Management**, v. 24, n. 3, p. 368-387, 2011.

EUROPEAN GROUP FOR ORGANIZATIONAL STUDIES. **European Group for Organizational Studies**,. 2015. Disponível em:<<http://www.egosnet.org/home>>. Acesso em: jun. 2015.

FERNANDES, É. Á.; MARCHIORI, M. Leituras Possíveis Das Relações Sociedade-Trabalho E Trabalho-Comunicação No Âmbito Das Macroestruturas da Sociedade e do Desenvolvimento Sustentável. In: ENCONTROS DA ANPAD, 39., 2015, Belo Horizonte. **Anais**...Rio de Janeiro: ANPAD, 2015. p. 1-11.

FLANAGIN, A. J.; STOHL, C.; BIMBER, B. Modeling the Structure of Collective Action. **Communication Monographs**, v. 73, n. 1, p. 29-54, mar. 2006.

FLYVBJERG, B. Case Study. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. 4. ed. United States of America: SAGE Publications, 2011.

FOOT, K. A. Pursuing an Evolving Object: a case study in object formation and identification. **Mind, Culture, and Activity**, v. 9, n. 2, p. 132-149, out./dez. 2002.

FOOT, K. A.; GROLEAU, C. Contradictions, Transitions, and Materiality in Organizing Processes: an activity theory perspective. **First Monday**, v. 16, n. 6, 2011. Disponível em: <<http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/3479/2983>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, v. 4, n. 9, p. 1-34, jul./dez. 2001.

FUCHS, C. The Self-Organization of Social Movements. **Systemic Practice and Action Research**, v. 19, n. 1, p. 101-137, fev. 2006.

_____. The Anonymous Movement in the Context of Liberalism and Socialism. **Interface**, v. 5, n. 2, p. 345-376, nov. 2013.

FUKUYAMA, F. The Great Disruption. **The Atlantic Monthly**, v. 283, n. 5, p. 55-80, maio 1999.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 180 p. Tradução de: *The Consequences of Modernity*.

_____. **A Constituição da Sociedade**. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 458 p. Tradução de: *The Constitution of Society*.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T.-S. Shifting Paradigms for Sustainable Development: implications for Management Theory and Research. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 874-907, out. 1995.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A Pesquisa Qualitativa nos Estudos Organizacionais Brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. D. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 89-112.

GODOY, A. S. Estudo de Caso Qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. D. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-146.

GOHN, M. D. G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001. 213 p.

_____. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

GROSSBERG, L. **We gotta get out of this place**: popular conservatism and postmodern culture. Great Britain: Routledge, 1992. 436 p.

HACKING, T.; GUTHRIE, P. A framework for clarifying the meaning of Triple Bottom Line, Integrated, and Sustainability Assessment. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 28, n. 2-3, p. 73-89, fev./abr. 2008.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Criando Valor Sustentável. Tradução de Pedro F. Bendassolli. **RAE Executivo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 65-79, maio. / jul. 2004. Tradução de: Creating Sustainable Value.

HELD, D.; MCGREW, A. G. **The Global Transformations Reader**: an introduction to the globalization debate. 2. ed. United Kingdom: Polity Press, 2003. 602 p.

HILGER, P. Beyond Organized Civil Society: definitions and discourses of civic engagement. In: KATSUI, H.; WAMAI, R. G. (Eds.). **Civil Society Reconsidered: a critical look at NGO in developmento practice**. Helsinki: Institute for Development Studies, 2006. p. 8-23.

HODGE, B. Nonlinear causality in Castells's network society: disorder as problem and opportunity under globalization. **Global Networks Journal**, v. 13, n. 3, p. 330-344, jul. 2013.

HOLLAND, D.; REEVES, J. R. Activity Theory and the View from Somewhere: team perspectives on the intellectual work of programming. **Mind, Culture, and Activity**, v. 1, n. 1-2, p. 8-24, jan./jun. 1994.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable Development: Mapping Different Approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, fev. 2005.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, v. 3, 2009. Software.

IGGY. **Operação Venezuela**: depoimento [dez. 2015]. Internet, 2015. Texto. Entrevista concedida a Érik Álvaro Fernandes.

JAMES, P. **Urban Sustainability in Theory and Practice**: circles of sustainability. London: Routledge, 2015. 260 p.

JORDAN, T. **Activism!**: direct action, hacktivism and the future of society. London: Reaktion Books Ltd, 2002. 164 p.

JORDAN, T.; TAYLOR, P. **Hacktivism and Cyberwars**: rebels with a cause? London: Routledge, 2004. 186 p.

JOYCE, M. C. Introduction: how to think about digital activism. In: _____. **Digital Activism Decoded**: the new mechanics of change. New York: International Debate Education Association, 2010. p. 228.

KURMANAEV, A.; PONS, C. **Venezuela Inflation Hits 16 Year High as Shortages Rise**. 2013. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2013-11-07/venezuela-inflation-hits-16-year-high-as-shortages-rise>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

KUUTTI, K. Activity Theory as a Potential Framework for Human Computer Interaction Research. In: NARDI, B. A. **Context and Consciousness**: Activity Theory and Human-Computer Interaction. England: MIT Press, 1996. p. 14-44.

LÉLÉ, S. M. Sustainable Development: A Critical Review. **World Development**, v. 19, n. 6, p. 607-621, jun. 1991.

MAIA, R. C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 87-118, 2009.

MANSANO, S. R. V. O Método Qualitativo nos Estudos Sociais Aplicados: dimensões éticas e políticas. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 34, p. 119-, jan./mar. 2014.

MARCHIORI, M. **Cultura e Comunicação Organizacional**: um olhar estratégico sobre a organização. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2008. 288 p.

MARCHIORI, M.; BUZZANELL, P. M. Communities of Interaction: a brazilian NGO sustainability case study. In: EUROPEAN GROUP FOR ORGANIZATIONAL STUDIES COLLOQUIUM, 28, 2012, Helsinki. **Anais...**Helsinki: EGOS, 2012. p. 1-35.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, maio 1977.

MEBRATU, D. Sustainability and Sustainable Development: Historical e Conceptual Review. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 18, n. 6, p. 493-520, nov. 1998.

MELUCCI, A. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? Tradução de Suely Bastos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 17, p. 49-66, jun. 1989.

MEZA, A. **Venezuela reconhece que é o país com a maior inflação do mundo**. 2015. Disponível em:<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/14/internacional/1423887148_995415.html>. Acesso em: 05 jan. 2016.

MUMBY, D. K. Comunicação, organização e poder. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Faces da Cultura e da Comunicação Organizacional: perspectivas metateóricas da cultura e da comunicação**. São Caetano do Sul: Difusão, 2013. v. 3. p. 83-103.

NASCIMENTO, E. P. D. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NEAL, M. **Not Satisfied With Blocking Twitter and TV, Venezuela Shuts Off the Internet**. 2014. Disponível em:<<http://motherboard.vice.com/read/not-satisfied-with-blocking-twitter-and-tv-venezuela-shut-off-the-internet>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

NISBET, R. **História da Idéia de Progresso**. Tradução de Leopoldo José Collor Jobim. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. 363 p. Tradução de: History of the Idea of Progress.

OBSERVATORIO VENEZOLANO DE VIOLENCIA. **Informe del Observatorio Venezolano de Violencia**. 2014. Disponível em:<<http://observatoriodeviolencia.org.ve/ws/wp-content/uploads/2015/02/OVV-INFORME-DEL-2014.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

OLSON, P. **We Are Anonymous**: inside the Hacker World of LulzSec, Anonymous, and the Global Cyber Insurgency. New York: Little, Brown and Company, 2012.

ORLIKOWSKI, W. J. Sociomaterial Practices: Exploring Technology at Work. **Organization Studies**, v. 28, n. 9, p. 1435-1448, set. 2007.

PARDO, D. **¿Cuándo Venezuela se hizo tan violenta?** 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/01/140115_venezuela_violencia_causas_monica_spear_dp>. Acesso em: 05 jan. 2016.

PORPORA, D. V. Four Concepts of Social Structure. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 19, n. 2, p. 195-211, jun. 1989.

POSTMES, T.; BRUNSTING, S. Collective Action in the Age of the Internet: Mass Communication and Online Mobilization. **Social Science Computer Review**, v. 20, n. 3, p. 290-301, ago. 2002.

PRODAVINCI. **5 Claves para Entender las Protestas Estudiantiles en Venezuela**. 2014. Disponível em: <<http://prodavinci.com/2014/02/10/actualidad/5-claves-para-entender-las-protestas-estudiantiles-en-venezuela/>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

PURANAM, P.; ALEXY, O.; REITZIG, M. What's "New" About New Forms of Organizing? **Academy of Management Review**, v. 39, n. 2, p. 162-180, abr. 2014.

PUTNAM, L. L.; NICOTERA, A. M. **Building Theories of Organization**: the constitutive role of communication. New York: Routledge, 2009. 222 p.

PUTNAM, L. L.; PHILLIPS, N.; CHAPMAN, P. Metaphors of Communication and Organization. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook of Organization Studies**. London: Sage Publications, 1996. p. 375-408.

QUEROL, M. A. P.; CASSANDRE, M. P.; BULGACOV, Y. L. M. Teoria da Atividade: contribuições conceituais e metodológicas para o estudo da aprendizagem organizacional. **Gestão & Produção**, v. 21, n. 2, p. 405-416, abr./jun. 2014.

QUEROL, M. A. P.; JACKSON FILHO, J. M.; CASSANDRE, M. P. Change Laboratory: uma proposta metodológica para pesquisa e desenvolvimento da aprendizagem organizacional. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 12, n. 4, p. 609-640, out./dez. 2011.

RATTNER, H. O Esgotamento dos Recursos Naturais: Catástrofe ou interdependência? **Revista de Administração de Empresas**, v. 17, n. 2, p. 15-21, mar./abr. 1977.

_____. Sustainable Development – Trends and Perspectives. **FEA/USP**, set. 1991.

_____. Sustentabilidade – Uma visão Humanista. **Ambiente & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 233-240, jul./dez. 1999.

REDCLIFT, M. Sustainable Development (1987-2005): An Oxymoron Comes of Age. **Sustainable Development**, v. 13, n. 4, p. 212-227, out. 2005.

REDDIT. **Venezuelans students request for help. #OpVenezuela**. 2014.

Disponível

em:<https://www.reddit.com/r/anonymous/comments/1y02hq/venezuelans_students_request_for_help_opvenezuela/>. Acesso em: 05 jan. 2016.

ROBINSON, J. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological Economics**, v. 48, n. 4, p. 369-384, abr. 2004.

ROMAGNOLO, D. F.; FERNANDES, É. Á.; DE-LIMA, C. E.; DUTRA, I. S. Movimento Pela Paz e Não Violência - Londrina Pazeando: atores proeminentes como possíveis facilitadores de mobilizações na rede social. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE UNIVERSIDADES SUSTENTÁVEIS, 2., 2015, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: ELAUS, 2015. p. 1-14.

SAVAZONI, R.; MACHADO, M.; SILVEIRA, S. A. As Múltiplas Faces dos Anonymous: hacking político nas redes digitais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. **Anais...**São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012. p. 1-17.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 144 p.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHOENEBOERN, D.; BLASCHKE, S.; COOREN, F.; MCPHEE, R. D.; SEIDL, D.; TAYLOR, J. R. The Three Schools of CCO Thinking: Interactive Dialogue and

Systematic Comparison. **Management Communication Quarterly**, v. 28, n. 2, p. 285-316, maio 2014.

SCHREYÖGG, G.; SYDOW, J. Organizing for Fluidity? Dilemmas of New Organizational Forms. **Crossroads Organization Science**, v. 21, n. 6, p. 1251-1262, nov./dez. 2010.

SCHULTZ, M.; HERNES, T. A Temporal Perspective on Organizational Identity. **Organization Science**, v. 24, n. 1, p. 1-21, jan./fev. 2013.

SILBER, I. F. Space, Fields, Boundaries: the rise of spatial metaphors in contemporary sociological theory. **Social Research**, v. 62, n. 2, p. 323-355, jun./set. 1995.

SILLINCE, J. A. A. Can CCO Theory Tell Us How Organizing Is Distinct From Markets, Networking, Belonging to a Community, or Supporting a Social Movement? **Management Communication Quarterly**, v. 24, n. 1, p. 132-138, fev. 2010.

SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. Mapping the Terrain. In: _____. **The Blackwell Companion to Social Movements**. United Kingdom: Blackwell Publishing Ltd, 2004. p. 704.

SOBRAL, L. **Os principais números da Venezuela, antes e depois de Chávez**. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/os-principais-numeros-da-venezuela-antes-e-depois-de-chavez>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

STAKE, R. E. **Qualitative Research: studying how things work**. New York: The Guilford Press, 2010. 244 p.

STOHL, C.; GANESH, S. Generating Globalization. In: MUMBY, D. K.; PUTNAM, L. L. **The Sage Handbook of Organizational Communication: advances in theory, research, and methods**. 3. ed. California: Sage Publications, 2014. p. 717-741.

STOHL, C.; STOHL, M. Secret Agencies: The Communicative Constitution of a Clandestine Organization. **Organization Studies**, v. 32, n. 9, p. 1197-1215, set. 2011.

VAN LAER, J.; VAN AELST, P. Internet and Social Movement Action Repertoires: opportunities and limitations. **Information Communication & Society**, v. 13, n. 8, p. 1146-1171, dez. 2010.

VENEZUELA. Constituição (1999). **Constitución De La República Bolivariana de Venezuela**. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/MLA/sp/ven/sp_ven-int-const.html>. Acesso em: 05 jan. 2016.

VOS, R. O. Perspective Defining sustainability: a conceptual orientation. **Journal of Chemical Technology and Biotechnology**, v. 82, n. 4, p. 334-339, abr. 2007.

WEISSTEIN, E. W. **Trefoil Knot**. 2015. Disponível em:<<http://mathworld.wolfram.com/TrefoilKnot.html>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

WILPERT, G. **The Economics, Culture, and Politics of Oil in Venezuela**. 2003. Disponível em:<<http://venezuelanalysis.com/analysis/74>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

WILSON, P. **Social media key for Venezuelan protesters**. 2014. Disponível em:<<http://www.usatoday.com/story/news/world/2014/02/19/venezuela-uprising-protests/5606899/>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Risks**. 9. ed. Genebra: World Economic Forum, 2014. 60 p.

WRIGHT, E. O. The 'triadic' model of society in Somers' Genealogies of Citizenship. **Socio-Economic Review**, v. 9, n. 2, p. 405-418, abr./jun. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Diário de Campo

11 a 13/12/2015

Esse foi o período de preparação do computador (instalação de *softwares*) para entrar em contato com o grupo Anonymous, conforme o guia exposto na página do *Anon Insiders*, destinado para aquelas pessoas que querem se tornar membros do grupo ou para jornalistas.

O primeiro acesso a esta página foi por meio do navegador padrão do Microsoft Windows (WIN). Nela encontram-se as sugestões de software e configurações para contatar o grupo, tais como o uso de uma máquina virtual (MV), a obrigatoriedade de ser um sistema operacional baseado no Linux e o acesso à internet através do TOR, um navegador modificado para se obter o máximo de anonimato.

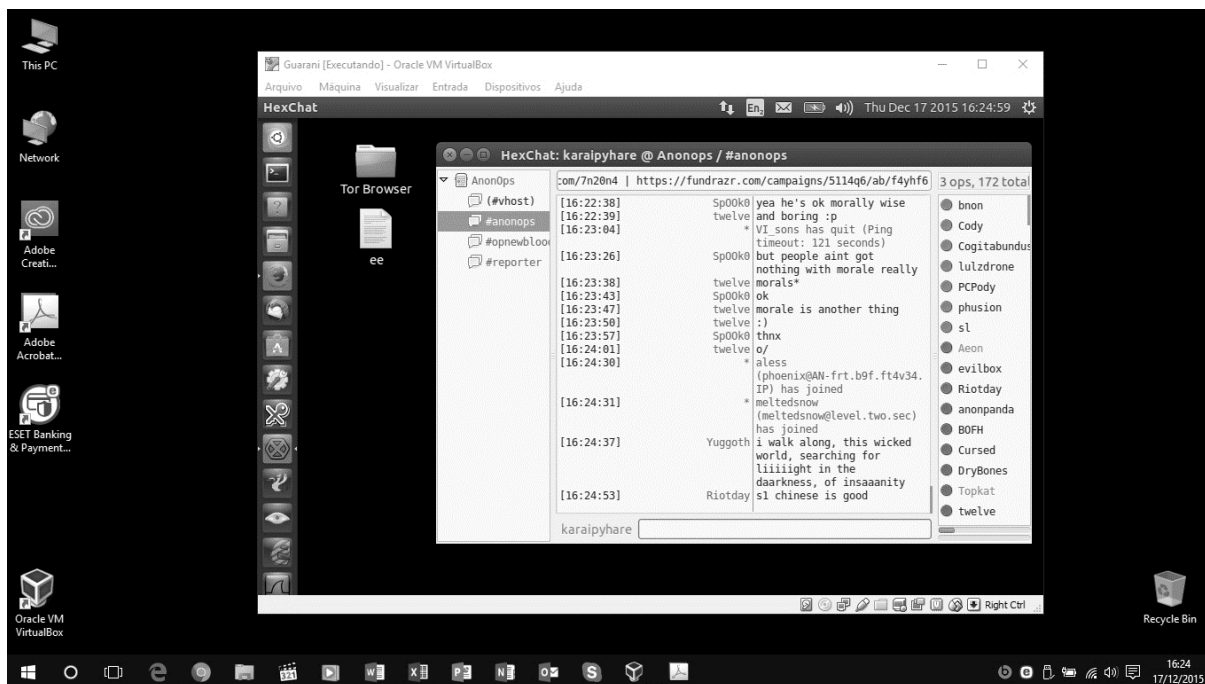
É importante ressaltar que em nenhum momento foi sugerido o passo-a-passo, com figuras de como instalar e configurar esses programas, fato que causou estranhamento num primeiro momento, mas que acabou desaparecendo ao conseguir acessar o servidor de IRC (Internet Relay Chat), uma das formas mais antigas de se comunicar, criada nos primórdios do surgimento da internet. Esse ato de dificultar o acesso ao grupo através das próprias complicações tecnológicas, produz uma seleção natural entre aqueles que conseguem aprender por si (autodidatas) e aqueles esperam até ter tudo pronto, rápido e fácil. Isso é muito valorizado pelos membros, os quais mesmo após você entrar no servidor IRC, não agem como tutores, repetindo seguidamente a cada questionamento dos *newbies* (iniciantes que respeitam os que já tem conhecimento): “leia isso” e “aprendam por si”, sugerindo leituras que explicam a importância de determinado software, porém em nenhum momento apresentam um tutorial de como instalar ou configurar esses softwares.

Assim, seguindo as recomendações instalei a MV da Oracle e o sistema operacional chamado de Ubuntu, uma distribuição Linux que conforme a página, é uma das mais seguras e fáceis para os *newbies* (experientes utilizam o Debian, outra distribuição Linux, da qual deriva o Ubuntu).

A máquina virtual (MV) é um programa que simula virtualmente um computador. Com isso, pode se ter um “computador” dentro de outro computador e isso é uma medida de segurança, caso ocorra um ataque ao sistema, é danificado o sistema virtual ao invés do sistema real. Nesse sentido, a instalação deste programa transcorreu sem maiores problemas. Já na instalação do Ubuntu, os sucessivos erros

que impediam a instalação exigiram dois dias de leituras para serem sanados. Para exemplificar o nível da dificuldade dessa instalação, soluções chegaram a sugerir modificações nas configurações do BIOS (Basic Input/Output System), uma memória que contém as principais configurações de um computador antes desse receber um sistema operacional. Um dano na BIOS e o computador se torna inútil por inteiro.

Após a instalação do sistema operacional Ubuntu, surgiram os problemas de desempenho, onde o mouse, o teclado, as janelas estavam excessivamente lentas. Assim, uma nova rodada de leituras foi necessária para resolver essas questões técnicas, sem ainda acessar qualquer conteúdo relacionado ao grupo. Por fim, após todos esses processos, o sistema virtual ficou pronto. A figura abaixo mostra a tela do computador real, rodando os dois sistemas, o Windows 10 (real) e o Ubuntu (virtual na janela da MV).



Nesta figura é possível também ver o servidor de IRC do grupo *Anonymous* e a pasta de acesso para o navegador TOR. A barra cheia de botões na lateral da janela são os programas do Ubuntu (diferente do Windows que tem essa barra no canto inferior da tela).

As medidas de segurança exigidas, vão desde o sistema operacional até os programas de navegação na internet (TOR) e os utilizados para se comunicar através de e-mails (*Thunderbird*). O TOR já vem configurado para o utilizar o máximo do anonimato na navegação, enquanto que o Thunderbird requer a utilização de um e-mail privado e anônimo, além da chave pública de codificação e decodificação. Assim,

foi requerido acesso a dois servidores de e-mails sugeridos: o riseup.net e o inventati.org, ou seja, nesses servidores é necessário justificar o porquê e a finalidade do e-mail e somente depois de avaliada a justificativa, é liberado (ou não) o acesso a conta. A justifica dos servidores é que uma vez que o usuário tem uma conta totalmente privada e anônima, fica difícil a interlocução entre o servidor e este usuário e, portanto, o desviar da sua justificativa para abertura do e-mail torna-se o motivo para um cancelamento instantâneo.

Além disso, o grupo ainda exige que todo e-mail seja criptografado, ou seja, é necessário criar um par de chaves (uma pública e outra privada) para codificar a mensagem antes de enviá-la e o receptor utiliza a chave pública para decodificar a mensagem, permitindo sua leitura. Caso você receba um e-mail de alguém, é necessário pedir a chave pública para o autor para decodificar a mensagem e ler.

Uma vez feita todas as configurações do sistema operacional e dos programas utilizados, passou-se a configuração do servidor IRC do grupo Anonymous.

14/12/2015

Neste dia, acessei pela primeira vez o servidor IRC do grupo Anonymous. Em um primeiro momento, era obrigatório o acesso ao canal (*channel*) chamado #opnewblood (*operation new blood*), onde os *newbies* ao pedirem ajuda ganham novos endereços para estudarem e aprenderem. Nesses endereços, são apresentados os requisitos para se pedir um acesso mais seguro ao servidor, sendo que isso pode ser feito após três a quatro dias de acessos diários e comunicação com pelo menos três canais (salas de bate papo).

A partir disso, acessou-se os canais #anonops, destinado a conversas sobre vários temas entre os membros do servidor IRC, onde os *newbies* são extremamente hostilizados, e o #news, onde automaticamente são apresentados os títulos e links de notícias (o IRC é básico só aceita texto), das principais páginas de conteúdo jornalístico do mundo, de páginas de notícias de usuários locais e de *newsletters* acadêmicas. Portanto, esse canal torna-se um *pool* de informação para qualquer membro, sobre tudo que está acontecendo em várias partes do mundo em tempo real.

Outros canais, como #help e #tutorial servem para os *newbies* aprenderem sobre os canais e como se portar ali. Há também os canais das operações como: #opblackoutisis, #opisis, #opParis, #opFerguson, #opRussia, #opSyria, entre outras. Nesses canais, há pouca discussão e muitos links são disponibilizados para aqueles que vão realizar o hacktivism e o ciberativismo. Esses links levam o *newbie* a um

novo estágio de aprendizado, enquanto que os experts têm acesso a lista de alvos, datas, e configurações especialmente criadas para operação.

Depois de um tempo tentei me comunicar, fazendo dois tipos de perguntas: as relacionadas com aspectos técnicos de configurações e dúvidas e aquelas relacionadas a conhecer membros. Nesse sentido, as primeiras foram prontamente respondidas pelos moderadores da sala (conhecidos como operadores no IRC), entretanto, as últimas não foram respondidas.

Depois de um tempo de navegação pelos canais encontrei um chamado #reporter, onde resolvi fazer as perguntas sobre os membros e fui atendido por um membro chamado "Logical", que se prontificou a verificar se algum membro estaria interessado em conceder entrevista para minha dissertação. Isso só foi possível após o Logical me pedir que lhe enviasse um e-mail de uma conta institucional da universidade para ter certeza que sou um estudante.

Abro uma conta de e-mail no servidor sigaint.org, acessível somente através da *DeepWeb* usando o navegador TOR. Apesar de ser um e-mail seguro, descobro que ele não pode ser configurado no programa cliente *Thunderbird*, o que inviabiliza a criação da chave de segurança. Por esse motivo, faço um pedido de conta de e-mail no servidor riseup.net, apresentando minha justificativa para isso.

I'm a master course student in Brazil. The focus of my thesis is in power, organizing e operates of alternative organizations e how these organizations establish relations with sustainability, in the way they claim for changes in society.

By the way, I participate in a research group which the focus is presenting the power of networking groups to the social movements in my home city, stimulating they to talk with other. This can generate actions with more value to the individuals or society, for example, movements that take care in some dimensions of life, like psychological e medical can take actions together generating more benefits to the individuals.

So I'm not working directly with activism, but I can try improve these groups with my studies.

15/12/2015

Neste dia apenas naveguei como um *Lurker* (membro iniciante em uma comunidade online, que se porta passivamente, apenas observando), em outras palavras, um expectador nas salas #anonops, #opNewBlood e #reporter. O usuário que eu conversei ontem não se encontrava online.

16/12/2015

Me conecto ao servidor IRC para tentar estabelecer novas conversas com os membros e também para ver se encontro o Logical online para perguntar-lhe se ele tem boas notícias sobre a entrevista. Assim, restabeleço as conexões com os canais #anonops, #opNewBlood e #reporter. Logical novamente não se encontrava online, porém falo com outro usuário chamado se7en, que me indica esperar por Logical, pois

ele é o usuário que tem acesso as pessoas que atuaram em antigas operações. Neste dia também fiz um pedido de uma conta de e-mail no servidor autistici.org, caso a resposta do riseup.net seja negativa.

17/12/2015

Me conecto ao servidor IRC para tentar estabelecer novas conversas com os membros e também para ver se encontro o Logical online para perguntar-lhe se ele tem boas notícias sobre a entrevista. Assim, restabeleço as conexões com os canais #anonops, #opNewBlood, #opParis e #reporter. Logical não se encontrava online.

Verifico a conta de e-mail criada no sigaint.org e tenho um e-mail aprovando minha conta no servidor riseup.net, o qual é especializado no serviço de e-mail com privacidade e segurança muito utilizado por ativistas enquanto navegam na *DeepWeb*.

Abro minha conta e configuro o *Thunderbird*, programa de e-mail cliente como o *Outlook* da *Microsoft*, porém sob a licença de software livre. Uma vez configurada a conta nele, posso criar uma assinatura digital através do *Enigmail*, para criptografar as mensagens.

18/12/2015

Não foi realizada nenhuma conexão com o servidor IRC do Anonymous.

19/12/2015

Me conecto ao servidor IRC para tentar estabelecer novas conversas com os membros e também para ver se encontro o Logical online para perguntar-lhe se ele tem boas notícias sobre a entrevista. Assim que restabeleço as conexões com os canais #anonops, #opNewBlood, e #reporter, encontro o Logical online e o questiono primeiramente se ele recebeu o e-mail, ele me confirma e pergunta se ainda preciso da entrevista. Respondo afirmativamente e depois de alguns minutos o usuário Iggy (inicialmente utilizando o codinome RapedByPigs) é adicionado ao canal #reporter, vindo falar comigo na sequência, enquanto altera seu *nickname*. Conversamos por cerca de 1 hora e 20 minutos, onde tentei explorar todas minhas dúvidas sobre a operação que ele coordenou, chamada #OpVenezuela.

20/12/2015

Neste dia apenas naveguei como um *Lurker* nos canais #anonops, #opNewBlood e #reporter.

21/12/2015

Não foi realizada nenhuma conexão com o servidor IRC do Anonymous.

22/12/2015

Não conectei ao servidor IRC do Anonymous, porém fui verificar a resposta do servidor de e-mail autistici.org, sendo ela positiva. A partir de agora posso configurar uma segunda conta de e-mail com as medias de segurança e privacidade que o site oferece. Outro ponto que posso configurar é um acesso Virtual Private Network (VPN) pessoal, o que garante que nenhum dado entre eu e o servidor de serviço da internet (ISP) seja roubado. O site riseup.net fornece esse serviço gratuitamente uma vez que você consegue uma conta de e-mail.

APÊNDICE B – Entrevista Iggy

[23:24:42] * RapedByPigs (Iggy@sweetest.person.ever) has joined
[23:24:55] <RapedByPigs> Hi
[23:25:00] <Logical> karaipyhare, meet RapedByPigs. He's happy to help you!
[23:25:02] <Logical> :p
[23:25:12] <RapedByPigs> Whats the thesis about?
[23:25:17] * RapedByPigs is now known as Iggy
[23:25:24] <karaipyhare> Hy Iggy
[23:25:31] <Iggy> Hi karaipyhare
[23:25:37] <Iggy> What a weird nick you got there dude
[23:25:57] <karaipyhare> I try establish a relation between the anonymous and the sustainability
[23:26:23] <karaipyhare> in the sense the group proposes change the society and this is a form of sustainability
[23:26:34] <karaipyhare> so the idea is understand the motivations
[23:26:39] <Iggy> What kind of sustainability
[23:26:43] <Iggy> Ah
[23:26:45] <Iggy> Social then
[23:26:49] <karaipyhare> not only
[23:27:24] <karaipyhare> but all of them need human action... so the social is the start point
[23:27:32] <karaipyhare> to change all in this case
[23:27:56] <Iggy> Ok
[23:28:15] <Iggy> Well, I'm guessing you are a bit familiar with the history of the idea?
[23:28:37] <Iggy> By the idea I mean Anonymous as social movement
[23:28:49] <karaipyhare> yes
[23:29:02] <karaipyhare> but i not called it a social movement
[23:29:22] <Iggy> Keeping a sustainability in Anonymous is a hard thing to accomplish since its conformed in a large amount of users and volunteers
[23:29:36] <karaipyhare> this is the point
[23:29:47] <karaipyhare> social movement has a boundaries
[23:29:51] <karaipyhare> in and out
[23:29:59] <karaipyhare> and in this case anonymous is different
[23:30:03] <Iggy> Since every individual is by its own definition 'individual' the ideas most the time have discrepancies
[23:30:11] <karaipyhare> is like a network of associations
[23:30:31] <Iggy> But the main focus when it comes to Anonymous is to support specific situations by those interested in them
[23:30:42] <karaipyhare> right
[23:31:02] <Iggy> A good example would be the Isis issue right now. Loads are supporting the operations held by Anonymous
[23:31:02] <karaipyhare> has a lot of contradictions
[23:31:25] <karaipyhare> between the "members"
[23:31:26] <Iggy> Some haven't; why? This depends on different situations
[23:31:31] <Iggy> Yeah
[23:31:48] <karaipyhare> this is a good question
[23:32:01] <Iggy> Example as the Isis operations would be me. I agree with the operations but I do not support them since I have other concerns to worry about

[23:32:07] <karaipyhare> what let the person (member) to participated in a operation
[23:32:15] <karaipyhare> what motivations
[23:32:25] <karaipyhare> can use you like a example
[23:32:31] <karaipyhare> to understand this
[23:32:41] <lggy> Mostly I'd dare to say lyes on empathy
[23:32:54] <lggy> Yeah no problem
[23:32:54] <karaipyhare> what operations did you participated?
[23:33:03] <karaipyhare> old ones
[23:33:04] <lggy> I've participated in loads of operations
[23:33:16] <lggy> The one I was most involved in was #OpVenezuela
[23:33:24] <karaipyhare> great
[23:33:35] <karaipyhare> what is the objective of #opvenezuela?
[23:33:36] <lggy> I have sympathy for latinamericans since I am myself a latinamerican
[23:33:58] <karaipyhare> sorry about my english...ok?
[23:34:00] <lggy> #OpVenezuela had as principle to show the people in Venezuela that they were not alone
[23:34:13] <lggy> The regimen of Maduro was/is ruining the country
[23:34:58] <lggy> What we did mainly (besides) the hacking stuff was provide the people on the riots with mediums for them to communicate
[23:35:05] <karaipyhare> can you described how you see the context of this people? how they you understand the venezuela at the moment of operation?
[23:35:37] <lggy> I setup myself 3 servers so they could use them with raidcall which is an app to communicate. Is like a peer-to-peer communication
[23:35:39] <karaipyhare> the communications are weak? or are repression?
[23:35:57] <lggy> They used it since Twitter, FB and some other social media were being banned
[23:36:08] <karaipyhare> banned?
[23:36:09] <lggy> was repression most of it
[23:36:28] <lggy> Yeah, the government blocked Twitter so rioters would not communicate through it
[23:36:58] <karaipyhare> and one objective was set a communication to them, but in a great sphere the objective is any type of social change?
[23:37:00] <lggy> They also blocked my 1st server of raidcall so we had to penetrate a server inside Venezuela with an IP from Venezuela and use it as hostpot
[23:37:08] <lggy> Yes
[23:37:24] <lggy> The point of that operation was to help the people living in Venezuela to stay in touch
[23:37:30] <lggy> Specially the people on the streets
[23:37:42] <karaipyhare> create a strong civil society?
[23:37:54] <lggy> THere were several dead students and so many injured
[23:38:17] <karaipyhare> dead man? so be very serious the situation
[23:38:29] <lggy> Basically we were aiming to establish a way for them to communicate so their structure would continue
[23:38:43] <lggy> Yeah, there were around 30 murders during the riots
[23:38:53] <karaipyhare> and how you see the outcomes of this operation?
[23:38:54] <lggy> All of them students which was the worst
[23:39:25] <lggy> They used our mediums and had communication, it served them to stay focus on the riots and stay aware of what places should avoid
[23:39:33] <lggy> I dare to say it was very helpful
[23:39:38] <karaipyhare> great

[23:39:54] <karaipyhare> and how was the construction of this operation
[23:40:09] <lggy> There was a group of people very willing to help
[23:40:15] <karaipyhare> what you need to do to get the adherence of anonymous
[23:40:32] <lggy> I gathered them all and we planned what to do
[23:40:46] <lggy> We assigned tasks to each one of the members of the group
[23:41:07] <karaipyhare> great
[23:41:11] <lggy> All you need to do in order to become an Anonymous member and/or support an operation is have sympathy for it, be willing to help
[23:41:23] <lggy> And, of course, the most important part; help
[23:41:38] <lggy> There are several ways of help, this is not just like "I can't hack I can't help"
[23:41:58] <lggy> You can do so much as long as you want to
[23:42:10] <lggy> Is what I've always thought regarding anonymous operations
[23:42:13] <karaipyhare> can you say if there are more latin americans anonymous in this operation, or all nationalities are present?
[23:42:46] <lggy> I would say that in order for us to keep sustainability in Anonymous we need to keep bringing up operations so people get interested in them
[23:43:01] <lggy> During #OpVenezuela so many people from so many different countries helped
[23:43:06] <karaipyhare> great
[23:43:15] <lggy> I had several interviews by several reporters from several countries
[23:43:25] <karaipyhare> serious?
[23:43:32] <karaipyhare> tell me more about this...
[23:43:34] <karaipyhare> please
[23:43:36] <lggy> I can remember people from Italy coming here to get to know what was going on
[23:44:14] <lggy> There was a reporter from france that rather to come around this IRC because newspapers were disclosing pure bullshit as info
[23:44:28] <karaipyhare> i confess i not heard about this operation
[23:44:39] <lggy> Here you could see what was really was going on, people used to get in here and post pictures of what police were doing to the students
[23:44:44] <karaipyhare> but i`m exciting to knowing it
[23:44:53] <lggy> You can Google it, was well spread around
[23:45:01] <karaipyhare> thanks
[23:45:24] <karaipyhare> i like to question in operation things
[23:45:47] <karaipyhare> like how can you decided the divion of work... who do what?
[23:45:53] <karaipyhare> is determined
[23:45:53] <lggy> We posted guides so people could bypass censorship
[23:46:00] <karaipyhare> is in a conversation way
[23:46:13] <lggy> Well, if you are good with computers then I would assign you a task related to computers
[23:46:26] <lggy> If you are good with social media then I'd ask you to spread the word of whats going on
[23:46:44] <lggy> If you are good with visual arts I'd ask you to create videos, flyers, etc
[23:46:45] <karaipyhare> but always are a core group that decided a few of things?
[23:47:09] <lggy> If you are on the streets then I'd ask you to talk to people and ask them to use the resources we provide etc
[23:47:23] <karaipyhare> well i a newbie in here but i learning one thing
[23:47:29] <lggy> Operations are often started by a group of people

[23:47:39] <karaipyhare> you know who do what in the way
[23:47:57] <lggy> Given example can be you. Let's say you start an Op tomorrow because you want the world to know that your government is doing something bad
[23:48:07] <karaipyhare> no is hard to find who is best suited to do a specific work
[23:48:16] <lggy> Then you can start the op and you could take initiative and/or choose people you trust to help
[23:48:32] <lggy> Yes, but there is when it comes how much you trust people
[23:48:47] <lggy> No matters how much you wanna help but you can't just go around saying what you're doing
[23:48:54] <karaipyhare> and the trust is constructed in here?
[23:48:54] <lggy> That means police will go after you
[23:48:57] <karaipyhare> irc?
[23:49:04] <karaipyhare> or are another ways?
[23:49:09] <lggy> Trust can be built in here or different ways
[23:49:25] <lggy> Maybe someone you know in real life, someone you know from Twitter or someone you simply think is trustworthy
[23:49:38] <karaipyhare> interesting
[23:49:38] <lggy> It is good to always be reasonable though
[23:49:53] <lggy> Since no matters how much you think you know someone, you might not actually know that person at all
[23:50:04] <lggy> Trust is something really valuable in this path
[23:50:12] <karaipyhare> before the operation... you was in touch with anonymous for how much time?
[23:50:18] <lggy> Years
[23:50:23] <karaipyhare> i think so
[23:50:32] <lggy> The group I started the op with was people I knew from years ago
[23:50:43] <karaipyhare> trust is the special clue for the group i think
[23:50:45] <lggy> We had launched so many operations across so many countries
[23:50:51] <lggy> Yes, it is
[23:51:00] <karaipyhare> cool
[23:51:16] <lggy> I can't just tell you what I'm doing right now since I don't know you; you could be from FBI for all I know
[23:51:28] <karaipyhare> yes
[23:51:49] <karaipyhare> i wait for this interview because i need pass to some check with logical first
[23:52:08] <karaipyhare> send to him a email from my academic network
[23:52:18] <karaipyhare> i know how are the things
[23:52:31] <lggy> Ok thats OK
[23:52:46] <lggy> Not saying you are a fed, was just an example
[23:53:09] <karaipyhare> and you has a hard work to pass the real context of venezuela to another " members" ?
[23:53:11] <lggy> So you understand people here can't simply blindly trust anyone since we don't know who the person on the other side is
[23:53:17] <karaipyhare> ok relax
[23:53:29] <karaipyhare> i love this conversation.. learning a lot
[23:53:41] <lggy> The Op was well mentioned at the moment, my channels were full all the time
[23:54:00] <lggy> We had around 200-280 people in the channels discussing on what to do next
[23:54:09] <karaipyhare> right now?

[23:54:21] <lggy> Not now, that happened like a year or more than a year ago
[23:54:34] <karaipyhare> great
[23:55:10] <Logical> karaipyhare, I told you I got the email
[23:55:11] <karaipyhare> i was in the #opParis and the number of participants is like 100
[23:55:13] <Logical> you're good to go
[23:55:20] <karaipyhare> yes I do
[23:55:23] <karaipyhare> you did
[23:55:25] <lggy> Yeah, that is an active Op
[23:55:43] <karaipyhare> thanks Logical
[23:56:03] <lggy> I wanted to help but due to personal stuff I'm short of time.
[23:56:25] <lggy> At this moment I can't get fully involved. I could try to help in some areas like hacking and stuff like that
[23:56:33] <karaipyhare> can we talk another time
[23:56:37] <karaipyhare> if you can
[23:56:43] <lggy> But the Op is not focused on hacking so my abilities would be of no use
[23:56:48] <lggy> Yeah no problem
[23:57:05] <karaipyhare> this is what exciting my curiosity
[23:57:19] <karaipyhare> because the main operations are hacking...
[23:57:29] <lggy> Not all of them but yeah most of them are
[23:57:32] <karaipyhare> yes
[23:58:02] <karaipyhare> and i see in this operation that you related the real example of social change
[23:58:09] <karaipyhare> this is a great example to me
[23:58:38] <lggy> Good to be helpful
[23:58:47] <karaipyhare> and you know how the Venezuela people received
[23:58:52] <karaipyhare> your operation
[23:58:56] <karaipyhare> for example
[23:59:06] <lggy> #OpParis created impact on social media since they attacked several ISIS-oriented accounts
[23:59:09] <karaipyhare> if the people in general see this like a crime
[23:59:13] <karaipyhare> or this things
[23:59:28] <karaipyhare> how are the public opinion in the Venezuela?
[23:59:33] <lggy> Problem is that there is a philosophical dilemma regarding what we do
[23:59:52] <lggy> the operation was well accepted by the population
[00:00:05] <lggy> That can be proven with the accounts used to spread the operation
[00:00:11] <karaipyhare> cool
[00:00:27] <lggy> They grew from having a few members and/or followers to so many
[00:01:14] <karaipyhare> thinking about the sustainability compose of three parts (social, economic and politic) what the economic organization do?
[00:01:25] <karaipyhare> they participated
[00:01:40] <karaipyhare> or are against the op?
[00:01:57] <lggy> They mostly rely on the legal part. When there is an impact that negatively affects them, they start investigations
[00:02:07] <lggy> Which leads to captures of our members
[00:02:08] <karaipyhare> thiking the government the main opposition to this operation
[00:02:23] <karaipyhare> serious
[00:02:24] <lggy> Most economical institutions are on the government side

[00:02:29] <lggy> So hard to keep them on track
[00:02:33] <karaipyhare> yes
[00:02:46] <lggy> When it comes to economical system in anonymous operations is hard
[00:03:10] <lggy> Because most of our services or resources require our members to spend their money
[00:03:18] <karaipyhare> so i can say that was the social against the economic and politic spheres?
[00:03:29] <lggy> Basically yeah
[00:03:45] <lggy> <https://www.rt.com/news/venezuela-elections-maduro-hacked-850/>
[00:03:49] <karaipyhare> thanks
[00:03:52] <lggy> There is something that happened during the Op
[00:04:14] <karaipyhare> i will need all piece of information that that you can offer me
[00:04:28] <lggy> Regarding economics I'd say that this affects all of us, the government and our members as well since we do need to use some of our own assets to help some times
[00:04:40] <karaipyhare> because i need described the operation in the historical way
[00:04:41] <lggy> the best example would be this very network anonops.com
[00:04:54] <lggy> The ops use their own resources to keep this network alive
[00:05:37] <karaipyhare> yes
[00:05:54] <lggy> <http://www.bnamericas.com/en/news/technology/anonymous-attacks-venezuela-govt-websites>
[00:05:56] <karaipyhare> so this fight stopped?
[00:05:59] <lggy> Thats something of what happened
[00:05:59] <karaipyhare> or not?
[00:06:05] <lggy> the riots stopped
[00:06:16] <lggy> But if they start again I'll probably jump in to help again
[00:06:31] <karaipyhare> how much years pass from the operation?
[00:06:35] <lggy> <https://advox.globalvoices.org/2013/04/15/venezuela-internet-blocked-for-three-minutes-on-election-da/>
[00:06:39] <karaipyhare> since the riots stopped
[00:06:44] <lggy> Around 2 years since the operation
[00:07:00] <lggy> They shutdown the internet for 3 minutes after the break into their systems
[00:07:22] <karaipyhare> and you see changes in Venezuela? not only in virtual way, but in real in the society?
[00:07:39] <lggy> Besides OpVenezuela I was also an active member of Oplran but I left it due to internal disputes between members
[00:07:59] <lggy> They stopped hitting students, they stopped the large amount of abuses
[00:08:07] <lggy> So yeah I'd say there was an improvement
[00:08:14] <karaipyhare> conflict of ideologies?
[00:08:26] <karaipyhare> great
[00:08:33] <karaipyhare> this is very important
[00:08:34] <lggy> The country still into deep shit but they need to manage that
[00:08:49] <lggy> And yeah, OPlran I left it due to conflict of ideologies
[00:09:12] <karaipyhare> i know if another group or social movement derived from this operation... in this case not only virtual ones
[00:09:15] <lggy> Sustainability in Anonymous is possible as long as there is people willing to help the different causes

[00:09:16] <karaipyhare> for example
[00:09:23] <karaipyhare> after que communication improved
[00:09:37] <lggy> In my case I only helped virtually because I am not in Venezuela and this was my only way to help
[00:09:37] <karaipyhare> more social associations emerge from society
[00:10:05] <lggy> They created their own FB groups to communicate after the riots and once the social media was reestablished
[00:10:23] <lggy> So yeah, they have social associations after the operation
[00:10:34] <karaipyhare> because i think in the way when communication are improved the possibilities of new social movements become more real
[00:10:51] <lggy> Yes, in any war the communication is essential
[00:10:56] * se7en has quit (Ping timeout: 121 seconds)
[00:11:10] <karaipyhare> and do you think if there are another riot
[00:11:23] <karaipyhare> this new association will participated with the operation?
[00:11:32] <karaipyhare> there are a trust between
[00:11:36] <lggy> Yeah, that was the purpose of the creation
[00:11:47] <karaipyhare> or it will need to be constructed yet?
[00:11:51] <lggy> However, it is hard to think they all would be involved since time dictates rules for everyone
[00:12:09] <lggy> Some might assist, some others might not depending on their personal situation
[00:12:35] <lggy> In the IRC there is always someone willing to take the head of movements that are worth the fight
[00:12:55] <lggy> Give me a min, need more beer or I die, need alcohol in my veins
[00:13:13] <karaipyhare> great.. it was one thing i like to do... created or support conditions for the people can sad what are suffering
[00:13:46] <karaipyhare> ok no problem
[00:14:16] <lggy> Back
[00:14:25] <lggy> Yeah thats a good attitude
[00:14:55] <karaipyhare> yes
[00:15:09] <lggy> Do you have any more questions?
[00:15:17] <karaipyhare> in the operation... you used another tools
[00:15:29] <karaipyhare> i think computer and communication but sometimes
[00:15:33] <lggy> Yeah, it deppends on what you are aiming to do
[00:15:41] <karaipyhare> another tools can be necessary to realize the operation
[00:16:02] <karaipyhare> do you remember this another tools?
[00:16:05] <lggy> If the idea of the operation is to take down services/websites then you need tools for that
[00:16:23] <lggy> If what you want is to get yourself into a system then you need some tools as well
[00:16:32] <karaipyhare> yes
[00:16:39] <lggy> Well, for DoS/DDoS tools you can visit the channel #ddos
[00:16:40] <karaipyhare> but outside the system
[00:16:52] <lggy> The bot has a list of useful tools
[00:16:56] <karaipyhare> bot?
[00:17:03] <karaipyhare> can you explain to me?
[00:17:07] <karaipyhare> please
[00:17:07] <lggy> Yeah, the bot is a network service
[00:17:11] <lggy> Like a virtual robot
[00:17:19] <karaipyhare> ah ok

[00:17:23] <lggy> AnonBot is the bot of this channel
[00:17:29] <lggy> Some channles have more than 1 bot
[00:17:32] <karaipyhare> automatic answers
[00:17:45] <lggy> if you want a list of hacking tools you can check the list in the channel #hackers
[00:18:25] <karaipyhare> and did you adapted the operation to respect some special rule from the context
[00:18:32] <karaipyhare> for example.
[00:18:32] <lggy> Now that I remember, another op I was very involved with was #operationgreenrights
[00:18:41] <lggy> Rule from context?
[00:18:56] <karaipyhare> in the usa the laws are different from the Venezuela
[00:19:14] <karaipyhare> in this case you need do some adaptation in the operation
[00:19:27] <karaipyhare> or is like the same thing in any case
[00:19:44] <lggy> Oh yeah, that's why you need to know how to protect yourself online and also not to tell people what you're doing
[00:20:06] <lggy> Some countries do not see as a felony what we do
[00:20:11] <lggy> Most others do
[00:20:22] <lggy> Either way is good to always stay protected
[00:20:46] <lggy> We recommend our newbies to visit the channel #OpNewblood for information on how to protect theirselves
[00:20:49] <karaipyhare> this fact turns the operation easily or not is a good idea think in this way?
[00:21:35] <karaipyhare> when you say some countries do not see as a felony
[00:21:39] <karaipyhare> what we do
[00:21:42] <lggy> Is the people in charge of the operation's responsibility to instruct those with less or no knowledge in computers how to protect theirselves
[00:22:12] <karaipyhare> right
[00:22:21] <lggy> In my personal opinion I never care if the country has a law against computer crimes or not, it is ALWAYS recommended to protect yourself
[00:23:07] <karaipyhare> all support that operation needed was in virtual? or can people help in there
[00:23:16] <karaipyhare> live in the Venezuela
[00:23:29] <karaipyhare> i think in this like manifestations
[00:23:40] <lggy> During #OpVenezuela, people rioting on the streets were the main force
[00:23:49] <lggy> We only provided the means for them to communicate
[00:24:06] <karaipyhare> the manifestation so born naturally
[00:24:10] <lggy> We also did our part by showing support taking down sites and defacing sites and dumping and hacking shit
[00:24:22] <lggy> The manifestation started online
[00:24:30] <lggy> Then the people started taking the streets
[00:24:35] <karaipyhare> and after gone to streets
[00:24:41] <karaipyhare> cool
[00:25:00] <karaipyhare> can you talk a little about the operation green rights
[00:25:37] <karaipyhare> how was or are the objectives of this operation
[00:25:38] <lggy> #operationgreenrights is based on Green Right elements. Entirely focused on a fight for the environment and natural resources
[00:25:58] <karaipyhare> great
[00:26:11] <karaipyhare> if for a specific local or around world?

[00:26:13] <lggy> At this point is on stand by since the founder and main guide/resource of the operation was arrested

[00:26:32] <lggy> No, we focused around the world

[00:26:53] <karaipyhare> and the founder was arrested why?

[00:27:02] <karaipyhare> hacking?

[00:27:18] <lggy> As highest achievements, can highlight that we hacked Intel, IBM and so many other high profile companies because the way they create many of their hardware

[00:27:30] <lggy> Was from exploiting minerals and enslaving people

[00:27:41] <karaipyhare> because this is a legitim fight

[00:27:49] <lggy> the founder was arrested because the operation caused so many trouble in so many companies

[00:27:57] <karaipyhare> serious

[00:28:04] <karaipyhare> can you tell about what happen?

[00:28:20] <lggy> Some leaks, emails and stuff that happened caused companies economical loss

[00:28:46] <lggy> Cannot go into detail since still a kinda sensitive topic but basically can say that he was arrested for just being the head of the operation

[00:29:03] <lggy> He wasnt even a hacker but he was the source of ideas

[00:29:06] * digitalomen333 (digitalomen@AN-fmd.3e4.uiro53.IP) has joined

[00:29:06] <karaipyhare> fbi in the game, in this case

[00:29:17] <lggy> Interpol

[00:29:21] <karaipyhare> interpol

[00:29:32] <karaipyhare> and the operation stopped?

[00:29:41] <lggy> Just on stand by

[00:30:01] <lggy> Waiting for people with initiative to come by and start moving strings around to give it some spark again

[00:30:02] <karaipyhare> can I access some things to know it operation?

[00:30:26] <karaipyhare> i think this two examples are great related to sustainability

[00:30:29] <lggy> You can check the blog

[00:30:29] <lggy> <http://operationgreenrights.blogspot.com/>

[00:30:31] <karaipyhare> in different ways

[00:30:49] <karaipyhare> one social and another more ecologic one

[00:31:10] <karaipyhare> in the green rights

[00:31:22] <lggy> Oh, with that op we also hacked a nuclear base

[00:31:30] <lggy> That one was cool

[00:31:40] <karaipyhare> you participated but not propose this theme, right?

[00:31:45] <lggy> Yeah, Anonymous ideals are not stick in one simple spot

[00:32:06] <lggy> No, I joined the operation years ago but was the guy arrested who started the whole thing

[00:32:18] <lggy> WE could say he is the soul of the channel

[00:32:26] <karaipyhare> i understand

[00:32:43] <lggy> We also had #OpSaveAnimals

[00:32:47] <karaipyhare> and has some prevision to see this guy free?

[00:32:48] <lggy> That one was also very good op

[00:32:56] <lggy> No idea so far

[00:33:05] <lggy> And people from his country still dont know neither

[00:33:19] <karaipyhare> so hard...

[00:33:41] <karaipyhare> in this case the objective is only crash que companies sites?

[00:33:47] <karaipyhare> que=the

[00:34:16] <karaipyhare> or there are support to ongs?
[00:34:26] <lggy> That operation was mainly focused on spread social info, DoS/DDoS, awareness, leaks, defacements, etc
[00:34:27] <karaipyhare> with information or another thing
[00:34:29] <karaipyhare> things
[00:34:47] <lggy> Yeah, we gained support from groups like Greenpeace
[00:35:10] <lggy> Some members from Greenpeace even came to this IRC network to stick around the channel and discuss possible new targets
[00:35:20] <lggy> That channel was also very visited
[00:35:22] <karaipyhare> great
[00:35:36] <lggy> But since the op is on stand by kinda looks dead now
[00:35:44] <karaipyhare> this guy is brilliant
[00:35:46] <lggy> It just needs a spark to start the fire again
[00:35:51] <lggy> <http://www.ibtimes.com/anonymous-opgreenrights-hack-team-knocked-nuclear-corporation-areva-offline-leaked-1909527>
[00:35:52] <karaipyhare> to propose a theme like this
[00:36:15] <lggy> That was one of the big projects, That wasnt exactly a hack into the nuclear reactor but just the email services
[00:36:31] <karaipyhare> i think this operation need continues... is so important for all people around world
[00:36:33] <lggy> He is a well known and respected member of the Anonymous group
[00:36:40] <lggy> Hopefully he will be released soon
[00:36:56] <karaipyhare> i hope too...
[00:37:17] <karaipyhare> only greenpeace support?
[00:37:22] <karaipyhare> there are another?
[00:37:39] <karaipyhare> because there are so much environmental ongs
[00:37:42] <lggy> <http://fortune.com/2015/05/07/wto-hacked-anonymous/>
[00:38:01] <lggy> Yeah we had some more but Greenpeace is the only one that comes into my mind at the moment
[00:38:13] <lggy> I'm already kinda drunk so will probably remember later
[00:38:39] <karaipyhare> hahaha
[00:38:40] <karaipyhare> ok
[00:38:44] <lggy> :)
[00:38:59] <karaipyhare> Iggy i think you helped me a lot...
[00:39:04] <lggy> Good to know
[00:39:12] <karaipyhare> i want to know if i can talk again
[00:39:26] <lggy> Come by again if you need more help. If I'm not around I'm sure my woman Logical here can get you someone else to talk to
[00:39:40] <karaipyhare> because the academic work that gone and back
[00:39:49] <karaipyhare> the achiever do some orientation
[00:39:58] <karaipyhare> and maybe I need talk with you again
[00:40:07] <lggy> Yeah no problem, you can also visit us in the different ops and see how they go on
[00:40:10] <Logical> oh please
[00:40:14] <Logical> "my woman"
[00:40:16] <Logical> you wish
[00:40:17] <lggy> shh
[00:40:21] <lggy> Go do the dishes
[00:40:34] <karaipyhare> hahaha
[00:40:38] <karaipyhare> Logial and Iggy

[00:40:43] <karaipyhare> Logical and Iggy
[00:40:57] <lggy> Yes
[00:40:58] <karaipyhare> if i can talk too with a member from op green rights
[00:41:10] <karaipyhare> i like this suggestion from lggy
[00:41:14] <karaipyhare> if possible
[00:41:17] <karaipyhare> ??
[00:41:22] <lggy> You can talk to Satan but hes mostly offline this days
[00:41:22] <karaipyhare> is it possible?
[00:41:28] * digitalomen333 goes to nuke some dinner
[00:41:38] <lggy> Problem is that the op been stand by for a while
[00:41:46] <lggy> Only few original members still around
[00:41:48] <karaipyhare> yes
[00:42:05] <karaipyhare> but if anyone want talk
[00:42:09] <lggy> Oh, might talk to cogitabundus, the oldman barely gets involved since he is an oper but hes been around that channel for a long time
[00:42:29] <karaipyhare> Cogitabundus help me a newbie
[00:42:39] <karaipyhare> but i think he is not patience
[00:42:41] <karaipyhare> hahaha
[00:42:56] <lggy> Hes old, old people has no patience
[00:43:01] <karaipyhare> hahaha
[00:43:16] <karaipyhare> but of course i was great if he can help me
[00:43:27] <karaipyhare> lggy go to the beer man
[00:43:33] <karaipyhare> thanks a lot for help
[00:43:53] <lggy> Anyway, I'll watch a movie then sleep so night and glad I was able to help you. Can help anytime I'm available
[00:43:59] <lggy> o/
[00:44:11] <karaipyhare> Logical you is my heroes
[00:44:13] <karaipyhare> bye bye
[00:44:17] <karaipyhare> thanks a lot
[00:44:40] <Logical> you're welcome
[00:45:55] <lggy> np